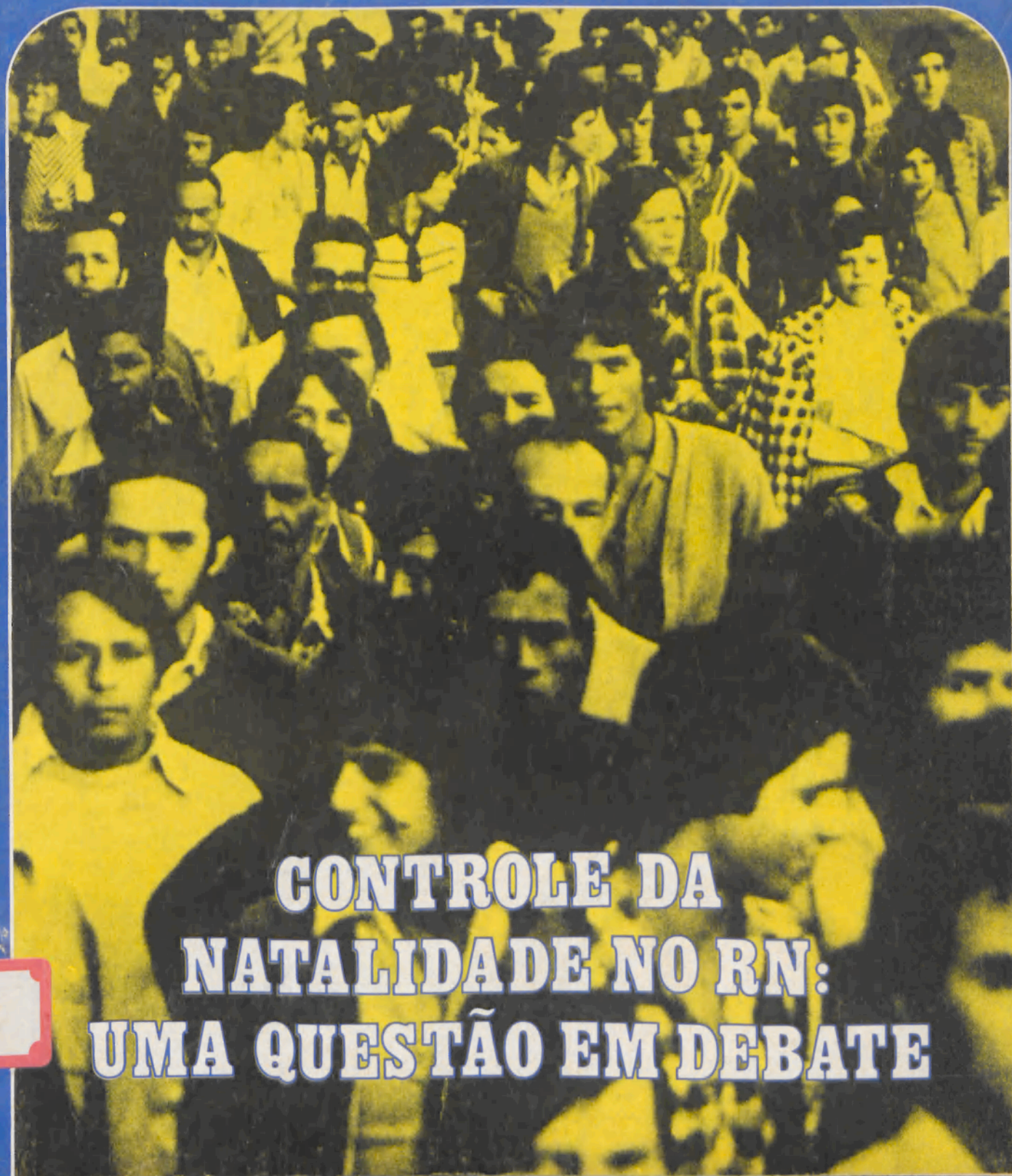


RN/ECONÔMICO

Revista mensal para homens de negócios
ANO X — Nº 117 — NOVEMBRO/80 — Cr\$ 100,00

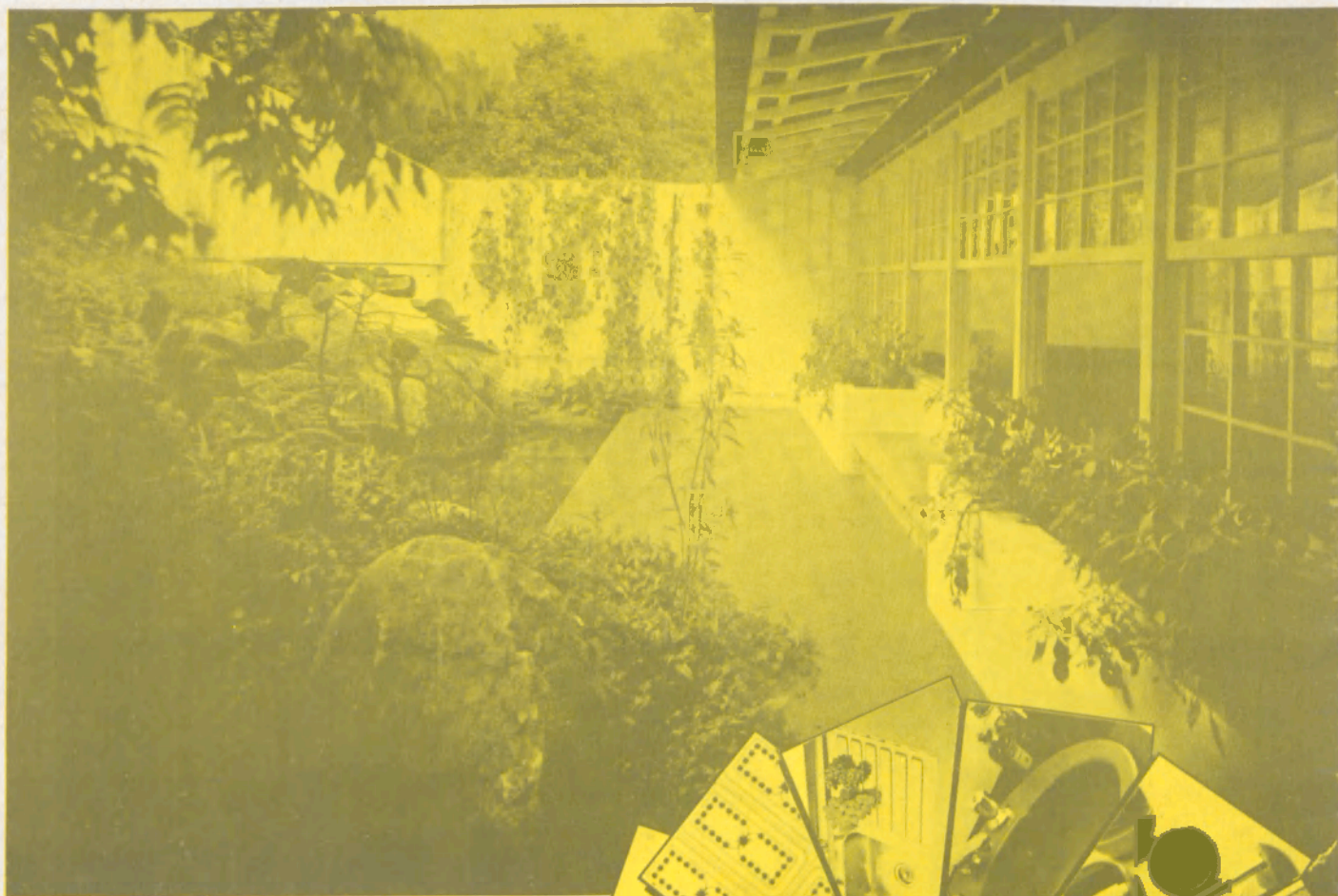
LUIZ ANTONIO
*A valorização do
legislativo*



**CONTROLE DA
NATALIDADE NO RN:
UMA QUESTÃO EM DEBATE**

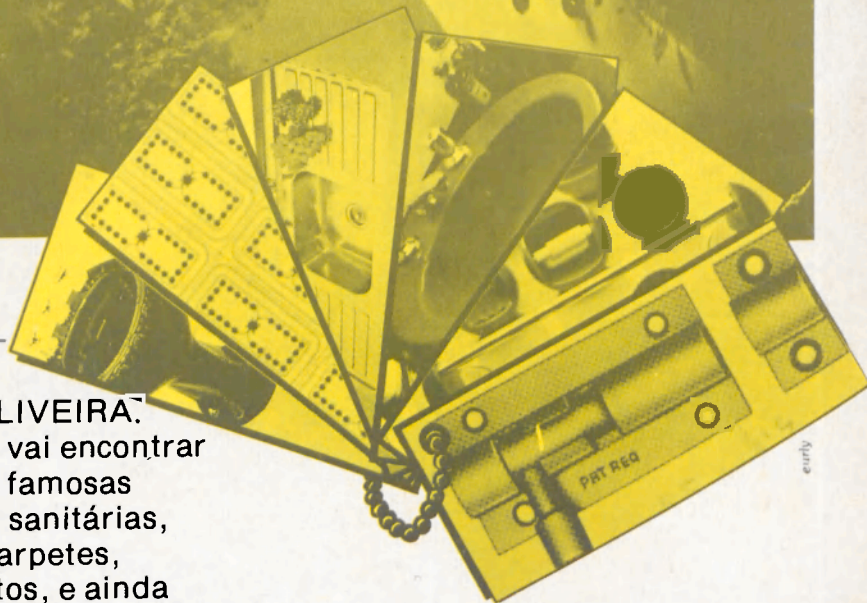
411

EM QUEIROZ OLIVEIRA VOCÊ ENCONTRA SIMPLEMENTE TUDO PARA SUA CONSTRUÇÃO.



VISITE-NOS

Antes de definir os materiais da sua construção, passe em QUEIROZ OLIVEIRA. Sem falar nos melhores preços, lá você vai encontrar um verdadeiro *show room* com as mais famosas marcas de cerâmicas e azulejos, louças sanitárias, metais e ferragens, tintas e vernizes, carpetes, laminados de plástico para revestimentos, e ainda o maior estoque de ferro e madeiras.



Secretaria da Administração
ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL
Rua Manoel Machado nº 354, 358
NATAL — RN

CONFIANÇA A QUEM CONSTROI



QUEIROZ OLIVEIRA

Comércio e Indústria Ltda.
Av. Rio Branco, 185 - Fone 222-2056 - Natal RN

Diretores-Editores

Marcos Aurélio de Sá
Marcelo Fernandes de Oliveira

Redator-Chefe

Manuel Barbosa

Gerente Administrativo

Vanda Fernandes

Redatores

Aderson França
José Ari
Paulo de Souza Lima
Carlos de Souza

Sucursal de Brasília

Airton Alves de Souza

Correspondente em Mossoró

Roberto Eduardo de Souza

Fotografias

João Garcia de Lucena

Diagramação e Paginação

Fernando Fernandes

Fotocomposição e Montagem

Gonçalo Henrique de Lima
Fortunato Gonçalves

Departamento de Arte

Eurly Morais da Nóbrega

Consultores

Alcir Veras da Silva, Alvarado Furtado, Dom Antônio Costa, Cortez Pereira, Dalton Melo, Dantas Guedes, Diógenes da Cunha Lima, Fernando Paiva, Genário Fonseca, Hélio Araújo, Jayme Santa Rosa, Janilson de Paula Rêgo, João Frederico Abbot Galvão Jr., João Wilson Mendes Melo, Jorge Ivan Cascudo Rodrigues, Manoel Leão Filho, Marco Antônio Rocha, Moacyr Duarte, Nelson Hermógenes Freire, Ney Lopes de Souza, Dom Nivaldo Monte, Otomar Lopes Cardoso, Otto de Brito Guerra, Paulo Gonçalves, Severino Ramos de Brito, Túlio Fernandes Filho, Ubiratan Galvão.

RN/ECONÔMICO — Revista Mensal especializada em assuntos econômicos-financeiros do Rio Grande do Norte, é de propriedade de RN/ECONÔMICO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA. — CGC nº 08286320/0001-61 — Endereço: Rua Dr. José Gonçalves, 687 — Natal-RN — Telefone: 231-1873. Composição e Impressão: EDITORA RN/ECONÔMICO LTDA. — CGC nº 08423279/0001-28 — Insc. Est. 20012932-5 — Endereço: Rua Dr. José Gonçalves, 687 — Natal-RN — Telefone: 231-1873. É proibida a reprodução total ou parcial de matérias, salvo quando seja citada a fonte. Preço do exemplar: 100,00. Preço da assinatura anual: Cr\$ 1.000,00. Preço do número atrasado: Cr\$ 120,00.

Da mesa do Editor

Apresentamos nesta edição um tema altamente polêmico: a política de controle da natalidade, executada em caráter oficial no Rio Grande do Norte há dez anos. Autoridades médicas e religiosas opinam sobre o assunto, enumerando pontos positivos e negativos da questão.

A matéria política vem por conta do encerramento de mais um período legislativo. A opinião pública concorda que a nossa Assembléia está se reencontrando e se revalorizando, tendo para isto contribuído o espírito de luta, a coragem e a independência com que vem se comportando o deputado Luiz Antônio Vidal, presidente do Poder.

Oferecemos ao leitor, ainda, reportagens sobre o setor mineral, com destaque para a scheelita e a tantalita; sobre medicina e saúde; sobre a estagnação das exportações do Estado, problemas na indústria de beneficiamento da mamona, e sobre o trabalho desassistido do nosso artesão.

Nossa próxima edição será comemorativa dos 11 anos de circulação;



como as outras edições especiais que já fizemos, será um amplo documentário sobre a vida econômica potiguar. Será também o último número de RN/ECONÔMICO dedicado exclusivamente ao Rio Grande do Norte, pois a partir de janeiro a revista será regionalizada.

Sumário

MATÉRIA DE CAPA

- Controle da natalidade no RN: uma questão em debate..... 7

POLÍTICA

- Luiz Antônio Vidal — a luta pela valorização do Poder Legislativo... 12

MINÉRIOS

- DNPM prejudica produtores de scheelita..... 18
- Aumenta a produção de tantalita.. 20

PROFISSÕES LIBERAIS

- INAMPS recebe críticas dos médicos..... 24

SAÚDE

- Medicamentos: objetivos econômicos comprometem o objetivo natural... 36

GOVERNO

- BNH: Emergência tem outra interpretação..... 42

CONJUNTURA

- As exportações do RN estão caindo..... 44
- Desajustes do mercado criam dificuldades para a mamona..... 49
- Artesanato continua esperando incentivo..... 56

SEÇÕES

- Homens & Empresas..... 4
- Olho Vivo..... 28
- Informações Econômicas..... 54

ARTIGOS

- O radicalismo e o gradualismo... 22
PEDRO SIMÕES NETO
- Impostos & Inflação..... 32
ADILSON GURGEL
- Lições da História..... 34
OTOMAR LOPES CARDOSO
- Potencialidades e distorções da economia brasileira..... 39
PAULO PEREIRA DOS SANTOS
- Inflação e balança de pagamentos: as angústias do Brasil..... 47
AMARILIO DUQUE

Homens & Empresas

ALGODOEIRA SÃO MIGUEL FAZ EXPERIÊNCIAS

A exemplo do que já fez em outros anos, a Algodoeira São Miguel S/A realiza experiências com algodão fibra longa na região do vale do Açú. Desta feita, sob a supervisão do agrônomo David Knoll, a empresa cultivou dez hectares de algodão tipo Acalla del Cerro, de origem peruana, utilizando técnicas de irrigação e adubação química, conseguindo uma produção superior a 2 mil quilos por hectares. Toda a semente conseguida nestas experiências está sendo levada para o Estado do Pará, onde a Algodoeira São Miguel também desenvolve um bem sucedido projeto de cotonicultura. As sementes conseguidas aqui têm maior poder germinativo.

SEDE DA ALCANORTE CRITICADA NO SUL

A vocação do ex-governador Tarcísio Maia para construir obras de fachada está lhe rendendo dividendos negativos no plano nacional. Jornais como O Globo, Jornal do Brasil, revista Veja, Correio Brasiliense e muitos outros, publicaram inclusive em editoriais pesadas críticas ao médico que hoje está à frente da Indústria Nacional de Álcalis e da ALCANORTE — Álcalis do Rio Grande do Norte. Tudo porque, em plena seca do Nordeste (a maior do século) Tarcísio Maia está mandando construir em Natal um edifício no valor de Cr\$ 300 milhões, que servirá de sede para a ALCANORTE. Falta a imprensa do Sul informar que, enquanto a fábrica de barrilha da ALCANORTE está quase paralisada, a empresa estatal — por decisão de Tarcísio — está construindo em Macau um equipadíssimo aeroporto com largas pistas asfaltadas, capacitado até a receber aviões a jato do tipo Boeing.

INPASA REFRIGERANTES LANÇA NOVO PRODUTO

A INPASA Refrigerantes S/A, concessionária da Pepsi-Cola para todo o Rio Grande do Norte, lança neste início de dezembro mais um produto no mercado: a Mirinda, refrigerante à base de suco natural de laranja. Para os primeiros testes de qualidade, Ezequiel Ferreira de Souza e Augusto Carlos de Viveiros, diretores da indústria, convidaram alguns amigos e empresários, que não pouparam elogios ao produto. Já em dezembro, a previsão de vendas da Mirinda é de 15 mil caixas, enquanto a Pepsi-Cola, já consagrada pelo consumidor, venderá mais de 60 mil caixas.

MEDEIROS & CIA. AMPLIA INDÚSTRIAS

Medeiros & Cia., empresa com sede no município de Jardim do Seridó, está agora ampliando ainda mais as suas atividades no campo da agroindústria. Tradicionalmente, o grupo Medeiros é conhecido no Estado como beneficiador de algodão, fabricante de óleos vegetais, e também beneficiador de castanha de caju. Agora, segundo a informação de Djalma Medeiros, a empresa parte para produzir sabão, rações balanceadas para gado, além de pó-de-fricção e óleo de castanha, sendo o pó utilizado como matéria-prima para fabricação de lonas de freio. Fazendo todo este grande trabalho de aproveitamento e transformação de nossos produtos agrícolas, o grupo Medeiros espera há oito anos pela concessão de benefícios fiscais.



WANDICK LOPES ENTREGA TRATORES A COOPERATIVAS

A Comercial Wandick Lopes S/A, revendedora para o Rio Grande do Norte dos tratores Valmet, acaba de realizar a entrega de 22 tratores a diversas cooperativas agropecuárias. As máquinas — tratores de pneus 86-1D — foram adquiridos através de um convênio entre o governo do Estado e as cooperativas do interior, representando uma operação de Cr\$ 16 milhões.

CIA. AÇUCAREIRA RECEBE TRATORES FIAT-ALLIS

Por outro lado, a Comercial Wandick Lopes também efetuou recentemente a entrega à Cia. Açucareira Vale do Ceará-Mirim de três tratores de esteira AD-7-B fabricados pela Fiat-Allis, indústria também representada no RN por Wandick. Segundo a informação de José Gondim, diretor da empresa, as três máquinas custaram Cr\$ 12 milhões.

ESTADO PERDE ALGO?

Comentários ouvidos em determinados meios empresariais davam conta de que, diante do escândalo nacional provocado pela decisão de Tarcísio Maia de construir em Natal um edifício de Cr\$ 300 milhões para sede da ALCANORTE (já apelidado pela oposição de "Palácio da Seca"), só quem tem a perder é o Estado. Foi quando um dirigente de empresa construtora argumentou: "O Estado, ou seja, nossa economia não chega a perder grande coisa. Afinal, certamente a obra seria entregue a firmas de fora, como determina o figurino administrativo da família Maia. No final, talvez nem os materiais empregados na construção viessem a ser comprados às firmas locais, pois estas não estão em condições de atender à sofisticação de um projeto do internacional Oscar Niemeier".

NOTAS RÁPIDAS

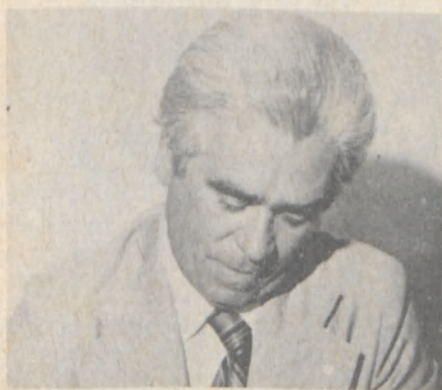
O Diário de Natal, jornal de maior circulação do Estado, não teve outra saída: cortou o crédito de algumas grandes firmas do comércio natalense que vinham publicando anúncios até de páginas inteiras, sem pagá-los com regularidade. ●●● A partir de 1981 RN/ECONÔMICO passará a ser uma revista regional, circulando inicialmente nos Estados da Paraíba, Pernambuco e Ceará, contendo ampla cobertura dos assuntos econômicos e políticos da região. Não haverá mudança de título. Apenas a sigla RN passará a significar REVISTA DO NORDESTE. ●●● O líder do empresariado do Rio Grande do Norte, Fernando Bezerra, deverá ser escolhido para compor o Conselho Diretor do Banco do Nordeste, com apoio unânime de todas as Federações da Indústria da região. ●●● Radir Pereira, presidente da cadeia de lojas A Sertaneja, já recebeu o avião Tupi, encomendado meses atrás à EMBRAER. ●●● O grupo Henrique Lage, tradicional produtor de sal no Estado, ingressou com grande sucesso na maricultura. Em 1981, a empresa já conseguirá produzir 12 toneladas de artemia salina cujo preço de hoje no mercado internacional é de Cr\$ 4 mil, o quilo.

USINA ESTIVAS: MAIS DE 10 MILHÕES DE LITROS DE ALCOOL EM 80

A Usina Estivas S/A alcançará este ano a produção de 10,5 milhões de litros de álcool hidratado, para fins combustíveis. A produção de açúcar da atual safra será de 1 milhão e 200 mil sacos. Por outro lado, aperfeiçoando o funcionamento das suas caldeiras, a empresa está conseguindo uma grande economia de bagaço de cana, que assim está sendo exportado para uma indústria pernambucana — a PONSÁ — Papéis Ondulados do Nordeste —, onde é consumido como matéria-prima. Este ano, as vendas do bagaço ultrapassaram 40 mil toneladas.

BORBOREMA ATINGE 100 TONELADAS/MÊS

A S/A Fiação Borborema, indústria hoje ligada ao grupo Linhas Correntes, já está alcançando a marca das 100 toneladas/mês de fios finos de algodão. William Bisland e Rolando Olobardi, dirigentes da empresa, consideram satisfatórios os níveis de produção e de qualidade até agora alcançados. Toda a produção da Borborema é consumida pelo próprio grupo Linhas Correntes, através das suas indústrias no Sul do país.



JOÃO NEWTON DA ESCÓSSIA PERFORARÁ 200 POÇOS

O prefeito de Mossoró, João Newton da Escóssia, já fixou uma meta para os próximos dois anos do seu mandato: perfurar mais duzentos poços tubulares na zona rural e nos distritos do seu município, contando para isto com o apoio do INCRA, Fundação SESP e do governo do Estado de São Paulo. Somente em 1980, a prefeitura conseguiu perfurar 35 poços, com uma profundidade média de 150 metros e vazão entre 6 e 8 mil litros por hora. O trabalho de João Newton se torna ainda mais valorizado por conta da fase de seca que o Estado atravessa.



MINISTRO DIALOGA COM EMPRESÁRIOS DO RN

O ministro da Indústria e Comércio, Camilo Pena, atendendo convite das entidades de classe do Rio Grande do Norte, aproveitou sua visita a este Estado, mês passado, para participar de um encontro com dirigentes da indústria e do comércio, dispondo-se inclusive ao debate dos assuntos de interesse local. Camilo Pena foi saudado pelo presidente da Federação das Indústrias, Fernando Bezerra, que reivindicou tratamento diferenciado para o Nordeste, expansão do crédito, e que Natal fosse transformada em sede da Comissão Executiva do Sal. Também saudou o ministro o presidente da Federação do Comércio, que se perdeu num extenso e cansativo improviso. Camilo Pena, expôs os modelos de atuação do seu ministério na região e em seguida, respondeu a perguntas formuladas pelo auditório.

DIFICULTADA A SAÍDA DE CASTANHA DO RN

Medida adotada pela Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Norte, atendendo a reivindicações da Associação Comercial do Estado e das indústrias beneficiadoras, dificultará de agora por diante a saída da castanha de caju para os Estados vizinhos, especialmente o Ceará. A Fazenda Estadual elevou de Cr\$ 40,00 para Cr\$ 55,00 a pauta da castanha, para efeito de taxaço. Por outro lado, como apoio às indústrias que beneficiam a castanha, a Secretaria da Fazenda está parcelando em três meses o recolhimento do ICM para essas empresas.

FIAT-LUX FEZ CONVENÇÃO NO RN

O grupo Fiat-Lux, o mais forte do país no setor de produção de fósforos, realizou pela primeira vez a sua convenção anual no Rio Grande do Norte, reunindo em Natal mais de 40 representantes da indústria em todos os Estados brasileiros. Do Rio Grande do Norte, participaram da convenção as firmas João Cantídio Comércio e Representações Ltda., de Mossoró, representada pela sua gerente Rose Cantídio e J. Oliveira & Cia., através do seu diretor Wilson Oliveira. Esteve à frente dos trabalhos convencionais o vice-presidente do grupo Fiat-Lux, Fernando Correia da Costa, auxiliado pelos diretores Haroldo Raymundo de Melo, Mário Hugo Siedel e Heitor Fernandes de Oliveira.

PEDRO SIMÕES É O NOVO PRÓ-REITOR

O advogado e professor Pedro Simões Neto, diretor-adjunto de RN/ECONÔMICO Empresa Jornalística Ltda., foi convidado pelo reitor Diógenes da Cunha Lima para ocupar o cargo de Pró-Reitor para Assuntos de Extensão Universitária da UFRN. Ao aceitar o convite, Pedro desligou-se de todas as atividades a que estava vinculado passando a dedicar tempo integral e dedicação exclusiva à Universidade. Executivo dinâmico, intelectual preocupado com os problemas sócio-econômicos do Estado, ele emprestará o seu apoio à meta de Diógenes da Cunha Lima de integrar a UFRN na luta pelo desenvolvimento.

ALCIR VERAS TEM LIVRO IMPRESSO

O economista Alcir Veras da Silva, professor da UFRN e articulista de RN/ECONÔMICO, já está com o seu livro "Algodão e Indústria Têxtil do Nordeste" impresso, aguardando data de lançamento. Trata-se de uma excelente pesquisa sobre os problemas enfrentados pela indústria têxtil nordestina a partir da criação da SUDENE, quando os grandes grupos multinacionais ou sulistas praticamente levaram à ruína as empresas do setor que estavam nas mãos de empresários regionais. É um trabalho de quase 300 páginas que não pode deixar de ser lido por quem deseja conhecer a realidade econômica do Nordeste.

Pessoas como você acostumadas a ficar do lado de dentro dos grandes acontecimentos, vão gostar ainda mais da linha **Chevrolet 81**. O Diplomata por exemplo é um carro desenhado anatomicamente, para aumentar ainda mais o seu conforto. O Hatch estilo moderno e agressivo, para quem espera um carro incrivelmente versátil, que dá até gosto de dirigir. A Caravan é o carro típico para a família e para quem gosta de viajar. Pick-up este é um carro com bons antecedentes, rápido, dinâmico e econômico. Cabine com caçamba ou sem caçamba (Stander e Luxo). Faça-nos uma visita ainda hoje.

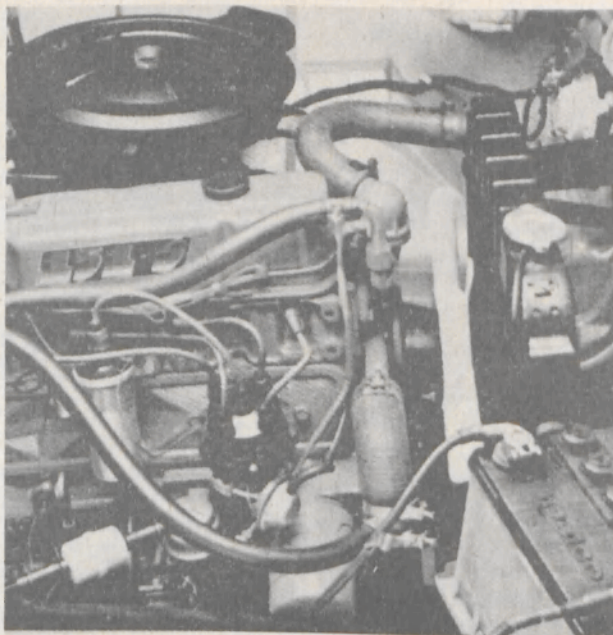
Chevrolet

Juntos prá valer



**NAVESA-NATAL
VEÍCULOS E PEÇAS S.A.**

BR 101 Km 04 - Tel.: 231-1226



O VALOR DE QUEM É O PRIMEIRO



CHEVETTE SR 1.6



CHEVETTE MARAJÓ



DIPLOMATA



Pick-up Diesel Chevrolet D-10/1000

CONTROLE DA NATALIDADE NO RN

uma questão em debate

Médicos, religiosos e técnicos em planejamento familiar debatem o tema, no âmbito de suas consequências.

O Governo Brasileiro mantém uma política de planejamento familiar desde a criação da BEMFAM há 15 anos atrás e que agora é dirigida pelas Secretarias de Saúde assessoradas pela BEMFAM.

Esta política de planejamento familiar conta com uma série de controvérsias. Médicos e especialistas dos órgãos governamentais defendem firmemente o planejamento familiar adotado pelo governo que consiste no uso de anticoncepcionais não naturais, ou seja, a pílula, o DIU (dispositivo intra-urino), o condon, etc. Por outro lado a Igreja se dispõe numa posição de repúdio diante dos métodos adotados por tais órgãos, chegando a acusar publicamente a prática de esterilização adotada pelos defensores do planejamento empreendido pelo governo, acusando o planejamento oficial de ser apenas um disfarce para o controle da natalidade propriamente dito.

D. Estevam Bittencourt, em entrevista concedida ao Diário de Natal afirmou que *"todo o dinheiro que está sendo gasto com a distribuição de pílulas anticoncepcionais, para o controle da natalidade promovido pelo governo federal poderia ser aplicado na orientação da população para utilizar métodos mais naturais e solucionar o problema da super-população"*. D. Estevam é um monge da Ordem dos Beneditinos do Mosteiro de S. Bento no Rio de Janeiro. Além de outros argumentos, ele procurou mostrar a inconveniência da prática de métodos abortivos bem como do controle da natalidade partindo do princípio de que o aborto é sempre



Os programas de planejamento familiar no Rio Grande do Norte vão completar 10 anos, com resultados discutíveis.

um homicídio: *"As explosões demográficas e as razões levantadas em favor do aborto não justificam esse crime, pois o fim não justifica os meios. É preciso remediar os males da população de hoje mediante outros recursos, como o planejamento familiar por métodos naturais. É importante que os casais e os jovens sejam conscientizados sobre os vários problemas da explosão demográfica, de maneira que haja planejamento familiar observando as leis da natureza, porque qualquer intervenção que fira a natureza fere o próprio homem"*.

Segundo o médico Leide Morais, diretor da Maternidade Escola Januá-

rio Cicco, *"o planejamento familiar por métodos anticoncepcionais não naturais só deve ser feito com um rigoroso controle por parte dos médicos"*. O planejamento familiar levado a efeito pelos médicos da maternidade é feito através de palestras educativas em ambulatórios de aconselhamento onde são indicados diversos métodos anticoncepcionais, suas vantagens e desvantagens, para que o casal fique conscientizado da eficácia daqueles métodos. *"Defendemos o planejamento onde são indicados diversos métodos anticoncepcionais, suas vantagens e desvantagens, para que o casal fique conscientizado da eficácia daqueles métodos. Defendemos o planejamento familiar e a paternida-*

de responsável e consciente,"assevera Leide Morais,"porque olhamos a realidade nua e crua da nossa região, onde o índice de natalidade é altíssimo e as condições socio-econômicas são muito precárias". Leide Morais considera que o maior problema entre as mulheres, principalmente no Nordeste, é o alto risco que representam as gestações múltiplas para a saúde das pacientes.

"Para uma perfeita compreensão do problema formulamos uma hipótese: Tomamos por base um país que tenha um alto nível de natalidade, e que cresce a um índice de 3.0 por mil ao ano. Digamos que sua renda per capita seja de 100 dólares. No cabo de um decênio essa renda sofrerá um aumento de apenas 17 dólares. Portanto, um país como este deverá contar com um alto índice de analfabetismo, um baixo nível de ingestão de proteínas animais e vegetais resultando em um menor índice de caloria, redundando em subnutrição.

Formulada a hipótese, podemos chegar à seguinte conclusão:

O simples incremento da produtividade econômica não cobre o aumento explosivo da população, ou seja, a explosão demográfica sufocará o aumento da produtividade, suplantando assim as perspectivas de desenvolvimento".

O médico Iaperi Araújo para ilustrar esta posição, cita como exemplo, a construção da represa de Assuan, no Egito. "A represa foi construída com a finalidade de incrementar a produção agrícola nas margens do Nilo. A perspectiva de crescimento girava em torno dos 30%. Mas, como foi constatado depois, o Egito cresce em população numa média de 3% ao ano, então o que ocorreu foi que o simples incremento de produção não aumentou a renda per capita, que continuou sendo a mesma, em vista de que o crescimento demográfico registrado foi de um nível altíssimo". Iaperi Araújo cita como características principais do alto nível de natalidades registrados em países de todo o mundo, o baixo potencial de energia e deficiência de sistemas viários além



O médico Leide Morais considera um direito do casal planejar a família.



O jornalista católico Dermi Azevedo acha que o planejamento familiar não atende interesses do povo.

da falta de mão-de-obra especializada.

Para finalizar suas declarações Leide Morais afirma: "Combatemos acima de tudo, a hipocrisia social. Porque sabemos que todo casal que tem um nível de instrução médio tem o direito de planejar sua família, e não compreendemos porque é negado às classes mais pobres, este direito fundamental que é o de planejar suas famílias".

APENAS UM DISFARCE — Dermi Azevedo, Presidente da Comissão de Justiça e Paz, explica que, "nosso ponto de vista é de que a questão fundamental a ser abordada é a possibilidade da maioria da população do país ter acesso aos direitos básicos de um cidadão. Seja no campo do trabalho, da saúde, da educação, da moradia, do lazer e da participação social. Agora, colocar como questão prioritária, o controle da natalidade é partir de uma perspectiva falsa. Temos a convicção de que este programa de planejamento familiar que vem sendo desenvolvido pela BEMFAM, em conjunto com a Secretaria de Saúde do Estado, não atende, aos interesses do povo do Rio Grande do Norte". Para Dermi Azevedo, esta política que se estende a quase todo o país, atende aos inte-

resses de dominação política, social e econômica de nações capitalistas. Não somente o Brasil, mas todos os países do terceiro mundo. Considera também esta política, no ponto de vista econômico, uma política "equivocada e antinacional".

A Comissão de Justiça e Paz teme que um novo programa oficial, denominado "Previ-saúde", venha a ser uma maneira de disfarçar e ocultar uma massificação do controle da natalidade no país, e critica entre outras coisas, a atitude de segredo que envolve os programas de planejamento familiar empreendido por órgãos do governo.

Rebatendo a teoria sustentada por Leide Morais, a respeito do aumento de produtividade, Dermi Azevedo diz: "Esta teoria não é nova; os defensores desta teoria são chamados de "neo-Malthusianos", pois foi Malthus quem a formulou muitos anos atrás na Inglaterra. É portanto uma posição superada. Se no caso do Brasil, continua Dermi, fossem criadas condições de trabalho para todos e houvesse uma justa distribuição de renda, não haveria porque a preocupação diferencial entre a demanda de bens de serviço e a pouca produtividade dos vários setores da economia. Os recursos disponíveis hoje na

terra são mais do que suficientes para alimentar e garantir boas condições de vida para todos. Nenhuma medida isolada, como o problema do aumento populacional, posto como prioritário, irá resolver o problema das injustiças sociais. A realidade no Brasil é que a persistência de estruturas econômicas, contribuem para que as rendas se concentrem nas mãos de poucos”.

A irmã Maria José Torres é médica, pernambucana e reside em Brasília exercendo a função de assessora da CNBB no campo da pastoral familiar. Vem percorrendo várias dioceses do Brasil procurando difundir o pensamento da Igreja sobre a paternidade responsável e planejamento familiar. Irmã Torres é membro da FIDAF (Federação Internacional de Ação Familiar) sediada em Washington, e é consultora do Conselho Pontifício Para os Leigos e do Comitê Para a Família, do Vaticano. Quando inquirida sobre controle da natalidade, ela fez questão de situar bem a diferença que existe entre o controle da natalidade e o planejamento familiar propriamente dito:

“Quando falamos de planejamento familiar queremos logo nos referir ao modo de atuar das famílias, querendo respeitar a liberdade do casal em ter aqueles filhos que eles possam ter, assumindo a responsabilidade de criar e educar — ou ainda, falar na ajuda prestada ao casal para que possam fazer o espaçamento dos filhos.

Quando se trata de controle da natalidade, a referência é de algo numa linha de pressão governamental. Portanto trata-se de uma decisão política assumida pelo governo, por considerar que a população do seu país está crescendo demasiadamente. E isso traz inconvenientes variados. Então considerando que o crescimento populacional é demasiado, este governo impõe à população uma norma estabelecida, coercitiva, no sentido de determinar, por exemplo, um prazo para a descida do crescimento populacional. E existem casos em que o governo obriga ao casal a fazer logo uma esterilização, após o número de filhos permitidos”.



Irmã Maria José Torres, médica e assessora da CNBB, diz que o controle da natalidade é uma política imposta.



Araken Pinto: “Não entendo porque, em vez de se discutir como fazer, no Brasil se discute se deve ser feito o planejamento familiar”.

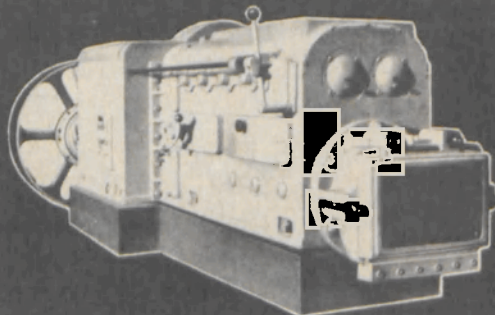
O LADO COMERCIAL — Irmã Torres acha que, quando se fala de controle da natalidade neste aspecto, mostra que o que se quer fazer é algo violento na linha de pressão, e da opressão, ferindo profundamente a liberdade que o casal tem direito. “O controle da natalidade, continua irmã Torres, é toda uma linha de imposição governamental, pretendendo já de antemão atingir certas

metas demográficas. Estabelecer, por exemplo, que um crescimento de 3. % ao ano de uma população caia para 2.2% em 6 ou 8 anos, é uma meta de cunho político, e portando desrespeitosa”. Dando continuidade a seu depoimento irmã Torres ressalta: “Os órgãos governamentais brasileiros que têm trabalhado explicitamente no campo do planejamento familiar tem sido: Secretarias de Saú-

MÁQUINAS PARA CERÂMICA M.V.P. 5 Super MORANDO

CÉSAR Comércio e Representações Ltda.

RUA DR. BARATA, 209 — CX. POSTAL, 71 — FONES: 222-8490 E 222-8491 — NATAL-RN



EIXOS EM AÇO ESPECIAL
TRATADO

POLIA DE COMANDO COM
FRIÇÃO PNEUMÁTICA

LUBRIFICAÇÃO FORÇADA

TODAS AS PARTES DESGAS-
TÁVEIS SÃO RECAMBIÁVEIS

Carregadeiras de rodas 1500-B e 1900-B: máquinas compactas, com características e desempenho de carregadeiras pesadas

As carregadeiras 1500-B e 1900-B foram desenhadas para proporcionar conforto e eficiência ao operador. O operador fica sentado exatamente em cima da área de engate, tendo, portanto, uma visibilidade em toda a volta, especialmente nos cantos da cabana.

Uma espaçosa cabine, totalmente desimpedida, e alças de apoio convenientemente colocadas permitem fácil entrada e saída nos dois lados da máquina.

Assento anatômico, ajustável em qualquer posição, oferece o máximo conforto durante o trabalho.

Indicadores e medidores de fácil leitura, montados em painel antiofuscante, permitem verificação instantânea.

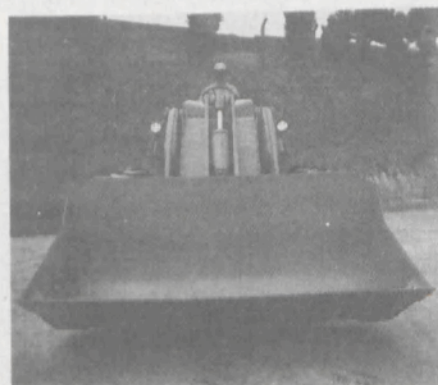
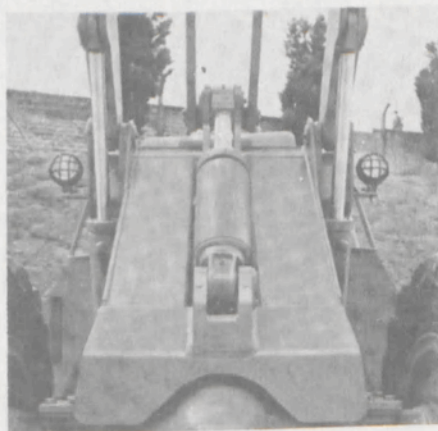
A transmissão Full Power-Shift permite operação rápida e fácil, encurtando o ciclo de carga e descarga e assegurando maior produção.

As duas alavancas montadas sobre a coluna, controlam as mudanças de marcha e direção.

A direção servo-assistida requer menos esforço do operador graças aos dois cilindros de direção de grande diâmetro e com duplo acionamento.

As alavancas de controle hidráulico estão convenientemente posicionadas à direita do operador.

A alavanca do freio mecânico de estacionamento está localizada ao alcance da mão à esquerda do operador.



ML
COMERCIAL
WANDICK
LOPES S/A

Rua Teotônio Freire, 218 - tels.: 222-3778/3642/3301/3118 - Natal — Rua Alfredo Fernandes, 5 tels.: 321-4242/5186 - Mossoró
Rua Augusto Monteiro s/n tel.: 421-2096 - Caicó

de de vários estados em convênio com a BEMFAM que é um órgão filiado ao IPPF de Londres e que é difusora de todos os métodos anticoncepcionais não naturais mais usados no mundo inteiro. Portanto é certo que a nível internacional, existe muitas multinacionais empenhadas em fazer crescer sempre o número cada vez maior das usuárias da pílula e de outros meios não naturais. Então, havendo esta pressão das multinacionais para a venda de seus produtos aos farmacêuticos que por sua vez têm interesse também em vender seus estoques, apresenta-se um elemento meramente comercial na questão”.

Irmã Torres ressalta o seguinte fato: “Agora, eu faço ver aquela reflexão que se tem muitas vezes em relação à ajuda prestada pelos países mais desenvolvidos aos países subdesenvolvidos. Claro que para um país desenvolvido é de todo interesse que os países vizinhos, subdesenvolvidos tenham suas populações em crescimento reduzido e em pequena escala no pressuposto de que teriam fatalmente que arcar com despesas e dividir um pouco de suas riquezas com países mais pobres, colocando em xeque sua economia e abrindo mão de certas regalias a que estão afeitos seus cidadãos”.

— “Não acredito — prossegue irmã Torres que um programa de controle da natalidade, sozinho, representa uma medida eficaz para resolver os problemas econômicos de um país. Acredito sim, que um aumento sempre maior de produtividade econômica, acompanhado de um perfeito programa de planejamento familiar através tão somente da conscientização de casais para o uso de métodos naturais de anticoncepção e espaçamento de filhos, seja o caminho ideal para a resolução de tais problemas”.

O BRASIL ESTÁ ATRASADO — Araken Pinto, médico supervisor do Programa de Mobilização de Recursos Comunitários para o Planejamento Familiar, defende o uso de todos os métodos anticoncepcionais, desde os métodos naturais até aos não naturais. “Todos os métodos são váli-

dos, explica Araken Pinto, mas os métodos naturais, que são defendidos pela Igreja são considerados estatisticamente menos eficientes que os métodos não naturais. Não sou contra o método natural, mas alerta para o grande risco que eles representam em termos de falha. Digamos que um casal de baixa renda se utilize dos métodos naturais e eles venham a falhar, supõe-se que a única atitude imediatamente tomada pelo casal, seja recorrer à prática do aborto criminoso. Portanto é mais seguro o uso consciente do anticoncepcional não natural, através do acompanhamento médico e orientação técnica por parte do programa”.

“Se você fizer uma análise do problema — conclui Araken Pinto — vai notar que diversos países do mundo já adotaram ou estão adotando a planificação familiar. Não entendo porque aqui no Brasil, ao invés de se discutir como fazer o planejamento familiar, ainda se discute “se deve ser feito” o planejamento familiar.”

O Brasil ainda é um país atrasado em termos de planejamento familiar. Existem países menos desenvolvidos que o Brasil que já têm o seu programa de planejamento familiar. No Brasil existe uma dívida social com relação às classes mais pobres, pois não dispõe de condições para o acesso às informações e aos métodos necessários para um perfeito planejamento familiar. O planejamento familiar é uma decisão livre a nível de casal sem interferência de terceiros. O governo deve oferecer condições adequadas para que se torne possível ao casal o uso de métodos necessários ao planejamento .

Para finalizar, Araken Pinto defende: “Acho que para haver algum desenvolvimento em termos econômicos no Brasil, o governo deve se preocupar com inúmeros aspectos entre eles o do controle da população. É preciso cuidar de um conjunto de medidas como, aumento da produção, aproveitamento racional da terra, melhoria das condições de saúde e também a questão de planejamento familiar”.



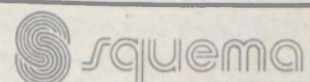
SOM IMAGEM CALCULADORAS



INSTALAÇÃO DE TOCA-FITAS



**VENDAS E ASSISTÊNCIA
TÉCNICA PERMANENTE
Sharp • Dismac • Olymplia**



LABORATÓRIO ELETRÔNICO

RUA SERIDÓ, 722 – PETRÓPOLIS

FONE(084) 222-6382

- NATAL-RN

Luiz Antônio Vidal

A luta pela valorização do poder legislativo

Desde meados da década de 60 a opinião pública do Rio Grande do Norte, como de resto a brasileira, estava condicionada a ignorar a atuação do Poder Legislativo. No plano estadual, como no federal, o exagerado fortalecimento do Executivo depois da Revolução de 1964, significou o esmagamento das Assembléias Legislativas. Aqui no Estado, a figura do deputado — quando da situação — ficou confundida com a de um auxiliar secundário do governante; e quando da oposição, com a de um quixote inconsequente, combatendo em vão contra um poder mais forte e inexpugnável. A Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte alcançou tal desimportância no contexto político e administrativo, anos atrás, que o veterano deputado Theodorico Bezerra chegou a revelar pela imprensa: *“Quando um deputado tem alguma reivindicação importante, basta ter prestígio com o governador e falar diretamente com ele. Não precisa trazer o assunto para a Assembléia”*. Para castigar ainda mais o Legislativo, vítima de uma conjuntura onde o poder se concentrava nas mãos dos tecno-burocratas e na qual os políticos não passavam de “um mal necessário”, em âmbito nacional e estadual o

Executivo chegou a avocar a si o direito de criar as leis. O Congresso chegou a ser fechado por diversas vezes. Aqui no Rio Grande do Norte um governador se preocupou até em retirar dos deputados não apenas as suas prerrogativas constitucionais, mas até uma parte dos seus vencimentos. Foi o caso de Tarcísio Maia, que proibiu aos parlamentares a percepção de diárias quando em viagens no interesse da Assembléia.

Toda esta ingerência acontecia diante da passividade dos próprios membros do Legislativo. Mas, aos primeiros sopros da abertura política, a situação começa a ser alterada. Aqui no Estado, sob a presidência de Luiz Antônio Vidal, um deputado de quem se esperava uma conduta essencialmente governista, a Assembléia começou a se reencontrar e a se valorizar. Os assuntos debatidos no plenário começaram a encontrar espaço nos jornais. Os deputados ousaram pensar e falar, saindo da passividade que os caracterizava há muito tempo.

Luiz Antônio Vidal, em entrevista exclusiva, relata a seguir os caminhos que precisou trilhar para mudar a desgastada imagem da nossa Assembléia, caminhos que envolvem também uma luta pessoal contra um sistema político.



O deputado Luiz Antônio Vidal está conseguindo, nos dois anos do seu mandato na presidência da Assembléia Legislativa, elevar o conceito deste poder perante a opinião pública do Estado.

Sob a presidência do deputado Luiz Antônio Vidal a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte vem perseguindo o reencontro com a autonomia e a independência, preceituadas na Constituição. Embora tenha o apoio de uma bancada majoritária, o Governo do Estado já está consciente de que não encontrará, como no passado, os deputados sempre prontos a balançar afirmativamente a cabeça, aprovando sem conhecer e sem analisar as matérias do interesse do Executivo. Até bem pouco tempo, era comum o Governo, através da liderança do PDS, simplesmente mandar "fechar questão" em torno de certas matérias, fazendo-as aprovar "em regime de urgência".

Deputado egresso das hostes governistas por não aceitar o tratamento inferior que estava recebendo do Executivo, Luiz Antônio conseguiu, com o seu gesto, estimular o espírito

de alvivez entre os seus colegas na Assembléia, que em sua maioria, até então, aceitavam calados e passivos um tratamento pouco condizente com a função e o papel político de cada um. É claro que ainda existe intervenção do Executivo no Legislativo e que a submissão de alguns deputados é visível, mas aos poucos se confirma que, como um todo, o Poder já está consciente da sua importância.

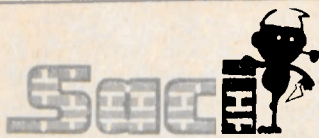
COMEÇO DA LUTA — É o próprio presidente da Assembléia quem comenta os critérios que adotou na sua gestão para melhorar a imagem da Casa:

"Quando fui eleito presidente da Assembléia minha primeira preocupação foi conhecer o funcionamento do Poder Legislativo em centros maiores. Até então, eu nunca havia visitado outras Assembléias e fiquei

convencido de que lá fora os deputados eram bem mais valorizados do que aqui. Passei assim a procurar as fórmulas capazes de dinamizar a nossa Casa e de prestigiar os seus componentes. Uma necessidade inicial era garantir aos deputados a dignificação dos seus mandatos, fazendo-os participar mais dos problemas do Estado. E isto só seria possível a partir da hora em que eles entrassem mais em contato com os grandes temas sociais, políticos e econômicos. Para que isto acontecesse, foi reativado na Assembléia um Centro de Estudos e Debates, convidando-se autoridades para realizarem conferências e dialogarem com os deputados. Faltavam também os meios materiais para que a Assembléia pudesse cumprir satisfatoriamente as suas atribuições. Os deputados não tinham direito à Previdência Social. Muitos deputados, depois de cumprirem 4 ou 5 legislaturas, ao fim de até 20 anos de mandato e de serviços prestados ao Estado, se não conseguissem reeleição ficavam simplesmente desamparados, ou a mercê de um emprego público para sobreviverem. Por outro lado, o quadro de funcionários da Assembléia estava desestimulado. Os servidores mais graduados ganhando salários na base de Cr\$ 8 mil. Hoje, existe a Previdência Parlamentar; foi feita uma reestruturação no quadro e já existem funcionários percebendo Cr\$ 60 mil. Muitos funcionários realizaram estágios nas Assembléias do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, ou no Congresso Nacional, capacitando-se melhor para o trabalho. Enfim, até uma sede definitiva a nossa Assembléia está ganhando, devendo dentro em breve deixar de ocupar o prédio atual, situado nos fundos do IPE, onde — para que se tenha uma idéia da sua precariedade —, existe apenas um sanitário para os 24 deputados".

Prossegue Luiz Antônio Vidal:

"Sei que a valorização do Poder Legislativo não é uma atribuição isolada da presidência, mas decorre da mudança do comportamento da maioria dos deputados. Minha parte eu



**mostra porque
está sempre
na vanguarda.**



Quem constrói em Natal desde 1962, conhece muito bem a SACI. Porque a SACI está sempre na vanguarda, revendendo os melhores materiais de construção produzidos no RN ou no País.



Além disso, a SACI não é somente uma loja de alto nível. É também uma indústria, produzindo lajes pré-moldadas, combogós, mosaicos e artefatos de cimento em geral.



**Pensou em construir
Pensou na SACI.**



Rua Pres. Bandeira, 828 — Fones:
222-1543 — 222-4677 — 222-3513
Av. Rio Branco, 304 — NATAL-RN

cumpri e sinto que os colegas estão também cumprindo a sua''.

APÊNDICE DO EXECUTIVO —

Tem sido uma norma a interferência do Executivo nas eleições das mesas nos Parlamentos. Luiz Antônio Vidal reconhece este fato como correto, principalmente quando o partido que está no poder detém a maioria dos deputados sob a sua legenda. Ele não chega a considerar esse tipo de interferência como maléfica, pois afinal ela decorre da movimentação partidária. O que ele condena é intromissão do Executivo nas atribuições do Legislativo, seja pressionando os deputados ou tentando algum tipo de chantagem para no final conseguir retirar deste poder o direito de atuar com liberdade. Afirma o presidente da Assembléia:

“Em muitos casos, as imposições do Executivo são facilmente aceitas. Falta em muitos deputados, ainda, a vontade de se afirmar. Dou como exemplo um caso recente: a votação da Emenda de Roberto Furtado que consubstanciava projeto dos deputados Garibaldi Filho e Paulo de Tarso, anteriormente vetado pelo governador propondo equiparação de vencimentos para funcionários aposentados e inativos. O que se viu? Vários deputados que assinaram a proposta de Emenda à Constituição não sustentaram a posição assumida, deixando de honrar suas assinaturas, cedendo abertamente às pressões governamentais”.

ROMPIMENTO COM GOVERNO

— Luiz Antônio Vidal foi o deputado estadual mais votado em 1978 no Rio Grande do Norte, quando recebeu apoio maciço do esquema oficial, pois era certamente o candidato mais ligado ao então governador Tarcísio Maia e ao seu sucessor, Lavoisier Maia, de cuja candidatura ele foi defensor intransigente. Ao tempo em que Lavoisier Maia foi secretário da Saúde e depois secretário de Governo e Justiça, Luiz Antônio manteve com ele entendimentos diários. Não havia problemas do Governo ou assuntos políticos que os dois não passassem, sempre em busca de en-

contrar as soluções que mais interessassem ao esquema do governador Tarcísio Maia. Naquela época, o sonho do atual governante era se candidatar a deputado federal. De repente, vislumbrou-se a oportunidade do lançamento de Lavoisier como candidato ao Governo. Coube a Luiz Antônio lutar dentro da Assembléia para desfazer uma bem engendrada manobra do senador Dinarte Mariz que visava unir a ARENA em torno de um único nome para suceder Tarcísio Maia: Dix-huit Rosado. O trabalho de Luiz foi bem sucedido e desta forma a ARENA remeteu para Brasília não apenas um nome, mas uma lista sextupla, onde se incluía Lavoisier Maia. O resto, coube a Tarcísio Maia, graças à sua influência junto ao general Golbery do Couto e Silva, conseguir junto ao Presidente Figueiredo. E lá estava Lavoisier designado governador para o quadriênio 79/83. Naturalmente, o deputado que o ajudara e que o tinha como amigo estava feliz e esperava receber do novo governante pelo menos o mesmo tratamento que recebera do antecessor. Mas isto não aconteceu. Luiz explica:

“Lavoisier Maia mudou. Não sou somente eu que acho. Como secretário de Saúde ele era um homem simples, humilde até. Gostava de trocar idéias, ouvir sugestões. Depois que ganhou a indicação e que assumiu o Governo, ele ficou um homem diferente. Comecei a ter dificuldade para conversar com ele. Lavoisier não tinha mais novidades para contar, não pedia sugestões, não dialogava. É verdade que eu nunca o tive como líder. O nosso líder, no tempo em que convivíamos, era Tarcísio Maia. Acho que isto talvez tenha contribuído para esfriar nosso relacionamento depois que ele subiu. Por falar nisto, e para provar que ele mudou, eu pergunto: quem, das pessoas que conviviam com Lavoisier antes dele ser governador, continua hoje ao seu lado? Aparentem alguém...”.

CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS —

Luiz Antônio Vidal relata as razões do seu afastamento do Governo e o ingresso num partido de oposição:

“Convivi quatro anos com Lavoisier

sier Maia como secretário de Saúde e nunca tive, naquele tempo, um só desentendimento com ele. O mesmo digo com relação ao ex-governador Tarcísio Maia. Estou há 12 anos na Assembleia Legislativa e nunca tive também nenhum desentendimento com os meus colegas. Digo isto apenas para que não se queira considerar o meu temperamento difícil ou para que não se declare que eu sou um emocional e que rompi por não saber conviver bem com as pessoas. Na verdade, sempre fui amigo do atual governador, mas sem ser um comensal ou um áulico. A ele, nunca reivindiquei nada para mim. Lutei, apenas, pelos interesses das regiões onde fui votado. Mas as reivindicações que eu fazia ele não atendia, ou quando atendia era de uma forma morosa, tardia, precisando às vezes da intervenção de outras pessoas para que não ficassem esquecidas. Sempre fiz política no interior e procurei corresponder à confiança das pessoas que me apoiavam. Assim, quando um prefeito municipal tinha um pleito a fazer ao Governo, lá estava eu disposto a lutar pelo seu atendimento. Ia ao governador, ele me prometia atender, mas não cumpria a palavra. E os pleitos iam aumentando. As lideranças me apossavam cada vez mais, me cobrando as soluções por saberem ser eu uma pessoa com acesso direto ao governador. O tempo passava. De repente, se abate sobre o Estado a seca. A Região Agreste era uma das mais castigadas. Mas apesar dos meus apelos, não foi incluída na área de Emergência. Procurei Lavoisier para que me explicasse a razão de não ter reconhecido a seca no Agreste. Ele culpou o vice-governador Geraldo Melo, e me garantiu que novos municípios seriam proximamente incluídos na Emergência, e desta vez o Agreste estaria atendido. Quando foi publicada a relação desses municípios, outra vez o Agreste estava de fora. Isto me deixava completamente desnortado, a ponto de eu imaginar que na verdade o governador queria que eu me afastasse dele. Ele sabia que eu tinha uma indisposição pessoal com a família Alves; que eu estava muito ligado ao senador Dinarte

Mariz e ao ex-governador Tarcísio Maia, de forma que não tinha saída. Só me restava permanecer no partido do Governo, mesmo desprestigiado. Quando eu me encontrei com o governador após saber que de novo o Agreste ficou de fora da Emergência, eu lhe disse que no dia seguinte pronunciaria um discurso na Assembleia, em protesto”.

“Não rompi com o Governo logo no primeiro ano da administração de Lavoisier Maia por atenção a Tarcísio. Mas, finalmente, surgiu a gota d’água que fez transbordar a minha indignação contra tantos desencontros políticos. Por ocasião da formação da Comissão Provisória para dirigir o PDS no Rio Grande do Norte o

“Lavoisier mudou. Antes, era um homem simples, humilde até. Depois que assumiu o governo, ficou diferente”

meu nome foi lembrado e incluído. Eu, pessoalmente, achava que não seria justo o comando partidário alijar dessa Comissão nomes como o do deputado Wanderley Mariz, apenas por conta de um desentendimento que à época existia entre a família Maia e o senador Dinarte. Fiz ver isto a muita gente e cheguei até a dar entrevista mostrando a necessidade de se compor a Comissão através de um entendimento com Dinarte Mariz e com os Rosado. Externei até o meu desejo de sair da Comissão para dar lugar a outros nomes que unissem o partido. Fui, porém, instado pelo ex-governador Tarcísio Maia a impedir a publicação da minha entrevista e a desmentir rumores que a imprensa já espalhara de que eu era favorável ao ingresso de Wanderley Mariz e da família Rosado na Comissão do partido. Tarcísio me dizia que o meu lugar era sagrado e que não admitia minha ausência. Mesmo contrafeito,

atendi ao seu apelo. Dias depois, Tarcísio me telefona para comunicar que me excluiu da Comissão. Foi a gota d’água. Eu simplesmente comuniquei a ele que a partir daquele instante ele não me teria mais como correligionário. Estava cansado de tantas desatenções. Eu queria ser um colaborador, não um subserviente sem liberdade para praticar os atos que a minha consciência mandava”.

INGRESSO NO PP — Afastado do Governo, cabia a Luiz Antônio Vidal buscar um novo caminho político. Houve a fase das análises, das conversações com os diversos segmentos oposicionistas. Foi quando o PP (Partido Popular) começou a se estruturar no Estado pelas mãos experientes do ex-governador Aluizio Alves, já então rompido com a família Maia e assumindo a atual postura de comandante das oposições do Rio Grande do Norte. Um amigo pessoal de Luiz Antônio, serviu de ponte de ligação entre este e Aluizio, superando antiga inimizade nascida ainda no começo da década de 60 por causa de uma campanha eleitoral no município de Santo Antônio. Este amigo fez ver a Aluizio que poderia contar com a participação de Luiz Antônio no PP, e que este deputado nada tinha a pleitear em caráter pessoal para se inscrever no partido. Aluizio, ao manter a primeira conversa com Luiz Antônio acerca do assunto, chegou a se dizer surpreendido com o gesto do deputado, pois este — ao contrário de tanta gente — não apresentou condições, não pleiteou cargos num futuro Governo, nem pleiteou uma candidatura a deputado federal pelo PP; apenas pediu que, se em 82 o PP chegar ao Governo, a Região Agreste seja realmente beneficiada. Quando Aluizio lhe falou dos projetos (especialmente na área agrícola e pecuária) que tem para os taboleiros e os vales úmidos da região, Luiz já se deu por recompensado. É ele quem afirma:

“Passei para o PP sem exigir de Aluizio Alves nenhum compromisso para comigo. Apoio a sua candidatura ao Governo do Estado porque acho que é chegada a hora de derrotar esse sistema que está aí. Os primeiros mo-

tivos que me fizeram romper com o Governo atual foi o tratamento que recebi de Lavoisier Maia. A ele jamais levei um pleito de natureza pessoal. Pelo contrário, só busquei apoio para uma região que precisa do Governo para se desenvolver e resolver os seus problemas. Uma região com milhares de hectares de vales úmidos, como o Trairi, o Araraí, o Baldum, o Santo Alberto, além de mais 3 ou 4 vales no município de Baía Formosa, mas que nunca mereceu uma iniciativa sequer no sentido de ser beneficiada e de se transformar no grande celeiro abastecedor do Estado. Quando coloquei estas questões a Aluizio Alves, ele me enumerou planos concretos para aproveitamento de todas as potencialidades da minha região. E isto pesou muito mais do que qualquer outro fator para que eu firmasse o meu compromisso partidário com ele. Não permaneci no Governo porque comecei a ver em Lavoisier Maia um Governo imobilista, sem criatividade, do qual daqui a 10 anos ninguém sequer se lembrará".

CAMPO ECONÔMICO — Sempre ressaltando sua condição de político do interior, voltado especificamente para os problemas das regiões onde atua, Luiz Antônio Vidal tentou se esquivar de dar respostas a alguns temas, como o econômico, que ele considera mais da competência dos estudiosos, dos empresários e dos técnicos. Mas diante da insistência da pergunta, ele enumerou aspectos do que considera "um contrasenso do Governo" em termos de política de desenvolvimento. Em primeiro lugar, ele estranhou que hoje o Estado do Rio Grande do Norte, através da sua Secretaria da Fazenda, esteja encetando uma luta contra o Ceará visando proibir ali a concessão de incentivos fiscais às indústrias, "quando o lógico seria nós também abriremos as nossas portas aos investidores para criarmos aqui os empregos e as riquezas de que nosso povo tanto precisa". Também criticou a administração estadual por não ter, até hoje, conseguido implantar um distrito industrial, quando nos Estados vizi-

nhos eles existem há quase 20 anos. No seu ponto-de-vista, "sem dar incentivos fiscais e nem um mínimo de infra-estrutura às indústrias, nós jamais conseguiremos atraí-las".

Para combater as secas, Luiz Antônio ainda considera a açudagem como o caminho mais correto. Segundo ele, "os grandes açudes, além de resistirem à estiagem, ainda oferecem a vantagem de possibilitar a irrigação de áreas próximas, gerando condições para a prática da agricultura mesmo sem inverno". Além do mais, ele acha mais importante garantir o abastecimento d'água nas zonas rurais com o fim de diminuir o êxodo para as cidades. Ele concorda plenamente com uma política de perfuração de poços tubulares nas regiões secas e só não entende porque, atualmente, ao invés de distribuir dinheiro às Prefeituras para que sejam cons-

truídas cadeias públicas, o Governo não destina tais recursos à perfuração de mais poços no interior.

E concluindo, afirma Luiz Antônio Vidal:

"Qual o grande projeto de importância econômica que nasceu do atual Governo? Qual a grande obra, mesmo isolada, que possa ajudar ao nosso desenvolvimento? Não há criatividade por aqui. Enquanto em Pernambuco o Governo tem o "Projeto Asa Branca", para perenizar os rios; enquanto na Paraíba são levados a efeito programas de irrigação de terras, aqui não existe nada. No meu modo de entender o que o RN está precisando é exatamente o que este Governo não faz: é o esforço global e obstinado de transformação das nossas precárias condições econômicas".

BOMBAS SUBMERSAS
PARA FAZENDAS, INDÚSTRIAS
E RESIDÊNCIAS
e com **CYRO CAVALCANTI**



ÁGUA
DE ONDE
ESTIVER
PARA ONDE
VOCÊ
QUISER

- VENDAS
- INSTALAÇÃO
- PERFURAÇÃO
- ASSISTÊNCIA

CYRO CAVALCANTI
Av. Duque de Caxias, 170 - Fone 222.7072, 222.2234
Ribeira-Natal



Um novo serviço GALUX

CAD



Sempre na vanguarda. Sempre oferecendo o melhor, Galvão Mesquita e Casa Lux apresentam um novo serviço: CAD.

CAD é Consultoria de Arquitetura e Decorações. Pessoal técnico especializado para oferecer orientação segura a quem deseja decorar, reformar ou ampliar sua casa. O primeiro núcleo da CAD está funcionando no Supermercado Galvão Mesquita ao lado da Igreja São Pedro e é dirigido pela dra. Márcia Maria Duarte Garcia, Arquiteta, que terá imenso prazer em recebê-lo para oferecer os seus serviços.

E o CAD é um serviço inteiramente gratuito. Uma forma de retribuir sua preferência, servindo sempre melhor.

GALVÃO MESQUITA - CASA LUX

D.N.P.M. PREJUDICA PRODUTORES DE SCHEELITA

Desestímulo à pesquisa e fixação de cotas para a exportação, são algumas das sugestões apresentadas em aditamento ao II Plano Decenal de Aproveitamento de Recursos Minerais. Tudo isto vem contra os interesses das empresas mineradoras do Rio Grande do Norte.

Um "Notas Complementares" apresentadas a título de subsídios à pesquisa, lavra, comercialização e industrialização de tungstênio perante a comissão incumbida da redação do II Plano Decenal para aproveitamento de recursos minerais no país, se incluídas no referido plano, trarão enormes prejuízos para o RN. Por esta razão, a ASMINORTE protestou e encaminhou memorial ao DNPM fazendo ver àquele Órgão os problemas que seriam criados, se postas em execução as medidas sugeridas para inclusão no referido plano.

MENOS PESQUISAS — Até bem pouco tempo, o incentivo à pesquisa era meta primordial do D.N.P.M. — Departamento Nacional de Produção Mineral, que acreditava estar exatamente na pesquisa, a oportunidade maior de um aumento de produção com a consequente descoberta de novas jazidas inexploradas. Agora, pelo que se observa após os debates recentes da Comissão que elabora o II Plano Decenal para aproveitamento de recursos minerais, a situação mudou e a pesquisa já não é apontada como fator primordial para aumento da produção mineral do País.

O assunto é do mais alto interesse para o Rio Grande do Norte, onde a maioria dos produtores de minérios atua na área da scheelita, que seria a área mineral mais prejudicada.

O documento, apresentado à comissão de redação do II PDARM e encaminhado pelo Presidente do

DNPM, Ivan Barreto, diz textualmente em seu 1º item: "No sentido de ampliar o conhecimento de novos depósitos o DNPM vem realizando trabalhos básicos que deverão ser continuados pelos mineradores e para que isso aconteça sugere-se que seja estabelecido um contingenciamento para as exportações, no sentido de que as empresas adquiram quotas de exportação em função de suas reservas. Isto certamente forçaria a pesquisa da iniciativa privada, de maneira análoga ao estabelecido pelo governo anos atrás para o flúorita de Santa Catarina".

Este ítem do documento deixa clara a pretensão do DNPM com relação à exploração do minério. Sentindo de perto o problema, e antevendo logo as implicações que trarão aos mineradores do nosso Estado, a ASMINORTE — Associação Profissional dos Mineradores do Rio Grande do Norte, tenta sob todas as maneiras, fazer as autoridades ligadas ao assunto, entenderem a gravidade do problema prestes a ser criado.

O Presidente da ASMINORTE, Marcelo Mário Porto, afirma, após examinar o documento do DNPM: "Com toda a certeza, o que está contido no ítem primeiro, da complementação não estimularia a pesquisa por parte dos produtores de scheelita, pelo seguinte: com o contingenciamento para as exportações, isto é, com a distribuição de quotas para a exportação, ocorreria o que está na fácil previsão de qualquer uma: queda de produção, pois, como é sabido, vender no mercado interno é incomparavelmente mais oneroso e desvantajoso do que vender para o exterior. E o desestímulo à produção importa necessariamente no desinteresse pela pesquisa".



Marcelo Porto, presidente da ASMINORTE, considera sugestões do DNPM desestimulantes à produção de scheelita.

EXPLICAÇÕES — Para justificar um possível corte nos financiamentos das pesquisas minerais, o DNPM, nas suas "Notas Complementares" trata do assunto de uma maneira taxativa. O item segundo do documento apresentado à comissão de redação do II — PD, tem o seguinte teor: "Vemos que grande parte da produção de scheelita advem de pequenas minas e garimpos de que se servem algumas empresas para aumentar suas produções e com isso explicarem a desnecessidade de fazer pesquisas".

O Presidente da ASMINORTE, afirma que isto não é verdade e explica: "Como se vê do próprio documento onde se faz uma observação errônea e contrária aos interesses dos mineradores do RN, não é certo que "grande parte da produção da scheelita", advenha de garimpos e pequenas minas, e, para mostrar como está errada a informação dada pelo DNPM cito o fato de que, nas referências do documento enviado pelo DNPM, a produção de scheelita das minas Brejuí, Barra Verde e Boca de Lage — as maiores — foi, em 1978, de 1.570t., e a produção de garimpos e pequenas minas, não ultrapassou de 403t., sendo que a estimativa otimista daquele órgão, em relação a garimpos, foi de apenas 172t. Pelo visto, não é certo que os produtores da scheelita do Rio Grande do Norte, "se sirvam da produção dos garimpos e pequenas minas para justificarem e" com isso explicarem a desnecessidade de fazer pesquisa".

Todos os produtores de scheelita do Estado, afirma Marcelo Mário Porto, estão cansados de pedir, clamar, demonstrar a necessidade de pesquisar, pois sem pesquisa não se descobre novos jazimentos e sem novos jazimentos não se amplia a área produtora do mineral.

Hoje, a produção do garimpo é praticamente nula. O garimpeiro de scheelita, ante as condições adversas do seu trabalho, e a marginalização a



Uma denúncia: "Os produtores de scheelita do RN estão subsidiando as indústrias de manufaturados de tungstênio do Sul".

que foi submetido, está muito mais presente na literatura de cordel do Nordeste do que na participação efetiva da produção mineral.

Para o Presidente da ASMINORTE, "os mineradores do Rio Grande do Norte fazem o que podem. E para se ter uma idéia do que fazem, basta citar que somente a Mineração Tomaz Salustino gastou em 1979, Cr\$ 13 milhões, exclusivamente com a pesquisa da scheelita, o que corresponde a metade do seu lucro líquido apurado em balanço, o mesmo ocorrendo com outras minerações. A verdade é bem outra. Os produtores da scheelita do Rio Grande do Norte estão subsidiando as indústrias de manufaturados de tungstênio do sul do País, que crescem na mesma proporção em que minguam a produção de scheelita do Estado Potiguar".

MEDIDAS ESSENCIAIS — Diante do problema que se pronuncia, uma primeira solução será um exame consciente por parte do DNPM, pois as medidas que se alvitraram nas "notas" propostas para incrementar a produção da scheelita

em nada coincidem, com as providências que são reclamadas pelos mineradores do Rio Grande do Norte que têm sobre o assunto um saber de experiência.

À vista do assunto, a Associação dos Mineradores do RN, que é a rigor, a Associação de produtores de scheelita da região, pediu, em memorial expositivo enviado ao Diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral, Ivan Barreto de Carvalho; um reexame do tormentoso assunto e sugere, para o efetivo incremento da produção, três medidas essenciais: 1) Mais pesquisas, pois somente com incentivo às novas descobertas, se pode ter um aumento na produção e em consequência um maior incremento no trabalho dos garimpeiros e mineradores. 2) Assistência ao Garimpeiro, em todos os sentidos, social e financeiro, para que ele possa viver mais tranquilo e produzir mais. 3) Preços e condições de venda no mercado interno iguais aos preços e condições vigentes no mercado externo, a fim de acabar os problemas de vendas internas que vêm ocasionando insatisfações entre os mineradores, pelo preço pouco convincente que é oferecido.

AUMENTA A PRODUÇÃO DE TANTALITA, UM MINÉRIO NOBRE E MUITO CARO

A tantalita é um minério nobre, produzido em apenas três estados brasileiros — dentre eles o Rio Grande do Norte. A alta cotação desse mineral no mercado internacional é um ótimo estimulante para os mineradores. E a tantalita já persegue a posição da castanha de caju e da scheelita na pauta das exportações do nosso Estado.

Um mineral estratégico de alta cotação no mercado internacional, a tantalita é muito usada no mercado bélico, na fabricação de tubos blindados, em cascos de submarinos nucleares, na confecção de depósitos de combustíveis para foguetes interplanetários, e muitas outras aplicações. Enfim, é um minério de grande importância para os países desenvolvidos, que o buscam incessantemente, justificando-se, exatamente, sua alta cotação de mercado.

No Brasil, apenas três Estados têm produção considerável de Tantalita, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Goiás.

A Tantalita se apresenta de duas maneiras: em jazidas convencionais, que são depósitos com informações, onde dos chamados "veios" se extraem os minérios, como é o exemplo dos Estados de Goiás e Minas e pode ocorrer também em pegmatitos, que são ocorrências do minério, como no caso do Rio Grande do Norte, na região do seridó e alto oeste.

Os pegmatitos preenchem vazios de formações geológicas e apresentam uma estruturação diferente, formando uma autêntica muralha de rochas encravadas em outras rochas com composição totalmente diferentes. Não existe uma formação geoló-



Elias Fernandes, presidente da CDM/RN, ressalta a grande potencialidade do Estado no campo da tantalita.

gica definida, ocorrendo esporadicamente.

Segundo informações do Presidente da CDM — Companhia de Desenvolvimento de Recursos Minerais, Elias Fernandes Neto, a Tantalita pode ocorrer também nos aluviões de rios, quando as águas transportam esses materiais jogando-os nas suas margens, em locais de pouca profundidade, onde, através da batéia — gamela de madeira que serve para

lavagem de areias para separação de minérios — são retirados.

No nosso Estado, a potencialidade do minério é muito boa, predominando nas regiões tradicionalmente minerais do RN, principalmente nos municípios de Currais Novos, Cruzeta, Acari, Caicó, Lajes e São Tomé.

PRODUÇÃO — O Rio Grande do Norte produziu, no ano passado, mais de 60.000 kg desse minério e tem uma estimativa para este ano de alcançar a casa dos 100.000 kg. Esta produção poderia ser maior se houvesse, por parte do Governo, um estímulo maior às Empresas e aos Garimpeiros.

O preço da Tantalita, no momento, para compra por parte das cooperativas fica em torno de Cr\$ 5 mil e Cr\$ 6 mil, o quilo (dependendo é claro do seu teor — em torno de 40% de óxido de tântalo). No mercado exportador esse preço chega a Cr\$ 10 mil.

Para alguns garimpeiros conhecidos na região do seridó, como Sebastião Eduardo, Nezinho, Júlio Amaral, Enefino, Inácio Medeiros e outros, "viver só do garimpo, sem uma proteção social e sem ajuda necessária para compra de equipamentos necessários, é muito difícil." Para eles, o garimpo é ingrato. Há semanas em que se consegue um alto rendimento, mas em outras não se ganha nada, e esta incerteza é que desmotiva o garimpeiro a enfrentar o desafio, de viver exclusivamente à procura do minério.

O mercado consumidor da tantalita é basicamente o mercado exterior. Como país não tem ainda uma tecnologia para beneficiamento do Tântalo, do qual deriva a tantalita, aqui no RN é feito apenas um beneficiamento primário, embora exista uma tentativa de se conseguir beneficiar o minério, como é o caso de empresas como a Eletrometal e o próprio CTA — Centro Tecnológico da Aeronáutica, que pesquisam uma maneira de se conseguir beneficiamento para o

tântalo, mas cujos estudos ainda engatinham.

Assim, o RN, tem toda sua produção exportada para os Estados Unidos, Holanda, Bélgica, Alemanha Ocidental, Japão, Suécia, Rússia e Inglaterra, que necessitam cada dia mais, de maiores quantidades do minério.

O QUE SE TEM FEITO — Em benefício dos mineradores do Rio Grande do Norte, praticamente nada tem sido feito pelo Governo para beneficiar aqueles que trabalham na exploração da tantalita. Em nosso Estado, apenas a CDM vem tentando fazer alguma coisa para beneficiar aqueles que trabalham nessa área mineral. O Presidente da CDM Elias Fernandes Neto, explica: *“Como a tantalita no RN é um mineral essencialmente para Garimpo, o que podemos fazer em benefícios dos garimpeiros é agrupá-los em cooperativas de mineradores, tendo para isso, em funcionamento, as de São Tomé, Cerro Corá e Jucurutu, estando em processo de formação as cooperativas de Lajes e Parelhas. Somente essas cooperativas já englobam mais de 2 mil associados e ajudam aos garimpeiros com empréstimos de ferramentas necessárias, como martelo, compressores, etc., para que eles possam desenvolver seus trabalhos”*.

Entusiasmado, o presidente da CDM, acredita que esse sistema de cooperativas vem alcançando o mais amplo sucesso. Como prova disso, cita a implantação do nosso modelo em vários outros estados, a ponto do próprio Diretor do DNPM, — Departamento da Produção Mineral, de Brasília, ter vindo pessoalmente verificar o trabalho que considerou o mais concreto em termos de assistência ao garimpeiro, desenvolvido em todo o país.

A CDM já empregou somente nas cooperativas, para compras de equipamentos e instalações, mais de Cr\$

5 milhões no ano em curso e para Elias Fernandes, esse trabalho é gratificante pelo reconhecimento de todos, principalmente daqueles mais carentes desse serviço, que são os garimpeiros.

FORÇA — Apesar de pouco tempo de atuação as cooperativas já representam uma forma atuante em defesa dos garimpeiros e como fruto dessa força, recentemente, se conseguiu incluir os associados dessas cooperativas no programa de emergência do Governo. Agora, os garimpeiros não têm mais preocupações no momento de crise atual, com as incertezas do garimpo, que às vezes não oferece condições de sustento, e ficam garantidos, com a receita obtida na emergência, beneficiando a própria região, de vez que, ele não se afasta dali e continua no seu trabalho de garimpo, contribuindo para que não aconteçam novas migrações urbanas.

Embora não sendo da sua área específica, a CDM vem atuando, por solicitação do DNPM, na fiscalização da produção da tantalita, visto que aquele Departamento não tem residência em Natal, a solicitação objetiva numa tentativa que se faz para evitar que o minério saia do Estado clandestinamente originando prejuízos para o RN pois os impostos sobre esses minérios serão pagos em outros centros. Esse controle é muito difícil, pois como se trata de um minério pesado, se torna fácil transportar uma relativa quantidade em qualquer veículo, sem o menor problema.

É aí que entra a figura do atravessador, que compra grande parte da produção do garimpo, e a conduz para onde deseja, burlando a fiscalização, que não tem muitas condições de deter esse tipo de comércio ilícito.

A compra feita pelas cooperativas, ao contrário, tem uma fiscalização eficaz, através dos registros feitos nos livros e cujos impostos são pagos em nosso Estado.



Os últimos lançamentos da Feira de Utilidades Domésticas em São Paulo



Todos os produtos estão dentro das normas ABNT, ASTM e CSA.



Detalhes de bom gosto, com a beleza e a transparência do acrílico.

Onde é mais fácil comprar

CommeL

**Comercial
Medeiros Lima
Ltda.**

NATAL
Praça Pedro II, 1020-Fone: 222-1916
C.G.C. 08.371.718/0003-68
Insc. Estadual 20068189-3
SANTA CRUZ
Rua Eloi de Souza, 171-Fone: 291-2177
C.G.C. 08.371.718/0001'-04
Insc. Estadual 20066691-6

O RADICALISMO E O GRADUALISMO

Um amigo, velho curtidor da filosofia cabocla, costuma dizer que a **história não se repete**, mas é muito parecida. Nada tão exato, nem tão desalentador, agora.

Refiro-me aos horizontes políticos apenas descobertos e já ameaçados por espessas nuvens radicais. A justificativa, não por acaso, é o temor da repetição da história recente do país.

Nunca, em tão pouco tempo, aconteceram tantas coisas, num ritmo tão frenético. De 1978 para cá, viramos ao avesso as concepções e os sistemas então vigentes, na expectativa de um novo pacto nacional, um grande acordo nacional à base do dissensualismo, onde extraíssemos o essencial à convivência comum entre o regime e os seus desafetos. Muita coisa foi revista desde então. Do lado do regime, as posições inflexíveis quanto ao percurso ideológico dos contestadores. Nesse particular, embora uma legislação excepcional mantivesse os opositores a rédeas curtas, indiscutível é conceder ao sistema o mérito pela abertura de novos espaços políticos.

Achamos irrelevante questionar a graduação liberal de tais aberturas. Fato é que elas aconteceram — e não apenas porque o regime, num ato de penitência, as concedesse. Mas igualmente, porque a sociedade, nos seus mais representativos segmentos, como que orientou naturalmente o processo para a vocação liberal da nação brasileira. Se os governos no Brasil sempre tiveram inclinações autoritárias, a nação sempre deliberou pelo liberalismo. É do caráter nacional.

E hibernamos longamente até a conquista do espaço político. Acordamos do sonho (insânia?) de 1963, com uma revolução que não chegou a acontecer. Aguardamos, com ansiedade, que a situação política do país, aderisse a uma definição institucional. Em 1968 nossas esperanças foram derrogadas pelo Ato Institucional nº 5 que, ao invés de "abrir" o regime, o excepcionalizou. Em 1977, a sociedade política quase perdeu o seu único instrumento institucional: o Congresso. Desde então, suportamos estoicamente as manobras diversionistas do sistema: o casuísmo e as salvaguardas, ao invés de definições e do estado de direito; a concessão de franquias individuais, a título precário; o estabelecimento e controle das regras do jogo político; a delimitação de um estreito espaço para a contestação.

Viejo a anistia. Depois, os espaços foram se alargando, até a antevisão das eleições

diretas em 1982 a possibilidade de uma Constituinte, a partir dessas eleições. O gradualismo advogado pelos ideológicos do movimento de 1964, prossegue sua marcha — lenta mas determinada.

CABEÇAS DE PAPEL — Dezesseis anos depois, já conseguimos identificar a mesma movimentação que conduziu o sistema vigente ao Poder. Isto é, a mesma ebulição política que justificou a deposição do Presidente João Goulart. Vivemos o pré-64, com os mesmos erros de perspectiva, desde a crença na mobilização popular como instrumento de reação, até a subestimação do potencial ofensivo do sistema.

No capítulo, há o concurso de figuras sinistras (no duplo sentido) que imaginam assentar uma nação sobre ruínas, argumentando que dos escombros, surgirá o novo. Nem discutimos o enunciado. Só queremos é saber do novo, a nova proposta. Que tal é ela — se existe?

Particularmente, não somos reformistas, considerando o conceito que os atuais reformadores fazem desse eufemismo. Até abominamos a maioria das propostas reformistas conhecidas, porque elas não mudam rigorosamente nada, em essência. Mas daí a preconizar um confronto com blocos estruturais da ideologia do regime, vai uma distância muito grande. A necessidade de absorver certas regras regimentais não é apenas um indicativo de ponderação, é também um atestado de inteligência. As concessões feitas agora, resultarão num maior somatório de dividendos políticos amanhã.

Creio firmemente que, se os panfletários e os teóricos kamikazes do pré-64, tivessem aprendido um pouco com os erros dos fomentadores políticos do passado nacional, não teríamos o desdobramento do pós-64. A lição é válida para hoje.

Em política, diferentemente das Ciências Exatas, às vezes não é a reta a menor distância entre dois extremos. Daí que certa **intelligentsia**, certamente mais experiente que as lições de história apontam — ou verdadeiramente mais reais que o rei — atropelam os fatos, forçando e provocando a reação.

Fico imaginando onde estariam esses modernos cavaleiros da tábua redonda — versão 1980 — quando explodiu o movimento de 1964. E depois. Certamente que não foram atropelados por ela. Talvez estivessem construindo uma nova espécie. Ou



PEDRO SIMÕES NETO

viessem, anos depois, a **refletir sobre a Praxis**, aguardando o momento em que exibiram ao mundo o seu talento político ou a sua oculta e insuspeitada vocação revolucionária.

É fácil, portanto, compreender que aguardaram o momento em que o sistema tornasse suas regras mais flexíveis, mais tolerantes, mais receptivas à contestação, para extravasarem seus ideais revolucionários. E, péssimos alunos, pregam a cartilha insurrecionista, a partir de suas situações individuais, de seus estratos, de sua ótica personalista — para estendê-la ao universo. E mais: como comensal e áulico do sistema, quer dizer, gozando do sistema que contestam.

A MAIORIA SILENCIOSA — O radicalismo não agrega nenhuma contribuição à comunidade nem é por ela absorvido. A maioria silenciosa, quando não é conservadora, permite-se, a avanços reformistas que não violentem as estruturas. Sem generalizar esse é, pelo menos, o caso do Brasil. Esse estrato poderia até se deixar conduzir, seduzido por um programa reformista. Nunca, porém, através de um programa de extremo ideológico. E ele for que o torna excelente difusor de idéias, influenciador do comportamento da massa. É engano pensar que no Brasil a massa decide ou tem maior influência no processo político.

Pois, bem. Além dessa maioria, há que ser levado em consideração, os reacionários a qualquer processo de mudanças, os que até protestam pelo retorno ao passado recente!

Nem com tanta sede ao pote ou com tanta fome ao prato. Um novo pacto social está em andamento. A partir de uma nova aliança, colhida da opinião majoritária da sociedade, plebiscitariamente, por via de uma constituinte ou mesmo das eleições diretas, teremos o norteio da sociedade brasileira. Não será uma minoria quem decidirá o rumo que devemos tomar, mas toda a sociedade brasileira. Não será uma (Aliás, é moda agora a representação sem mandato. Todo mundo fala em nome do povo, interpreta os anseios popula-

res, mas ninguém se preocupa em auscultar a opinião da clientela supostamente representada).

Há outros mandatários sem mandato e sem causa. São tipos carnavalescos, que trocaram a escola de samba e o futebol pelo emocionante esporte político. Situam-se na periferia da intelectualidade, nas adjacências dos fechados centros da moda contestatária, para, a partir do Castelinho ou das praias nordestinas, discutirem o drama rural e fundiário brasileiro, por exemplo. Nem se lhes pergunte como solucioná-lo. Eles só conhecem, de informações folhetinescas, a realidade adversa e a necessidade de mudá-la. De preferência, que eles (os festivos) sejam os líderes barbudos, messiânicos, místicos... e irresponsáveis.

Sonham com um amplo movimento democrático, psicossocial, partindo dos slogans e da palavra de ordem ditada pelo guru de plantão, transmitida pela traição oral a um pequeno grupo de iniciados. O detalhe prosaico é que levam à fogueira, **democraticamente**, os não-radicalis, os não-simpatizantes e os não-aderentes à sua causa. Não toleram o dissensualismo e a contestação às suas idéias. E são democratas, se dizem democratas viscerais. A propósito, a palavra da moda agora é **colocar**. (Vou colocar para vocês a problemática...).

AHI DEMOCRACIA... — O dissensualismo não é apenas legítimo. É saudável. A contestação é uma prerrogativa política dos que encaminham propostas de substituição de sistemas ou de regimes. É a oposição estrutural, ideológica. O jogo, aberto pelo regime, é o de definições partidárias; então, que lhe seja agregado uma proposta ideológica. Mas não acreditamos que a alternativa ideológica resolva os graves problemas nacionais. No outro extremo político, talvez haja uma inversão socioeconômica que privilegie a maioria da população, em detrimento da minoria que concentra tais privilégios. Mas duvido que prossigamos além disso, além do pressuposto teórico de dar a cada um segundo suas necessidades.

Além da natural inibição do modelo socialista para empreitadas desenvolvimentistas, a natural descentralização e repartição do produto, pressupõe recursos internos de poupança em volume suficiente para a redistribuição igualitária. A nação, além de pobre é endividada, é bom não esquecer. Entretanto, acolhe um modelo que, bem ou mal, tem perseguido o objetivo do crescimento econômico, por meio do qual, a saciedade seria alcançada. Se o modelo fracassou, permenece o objetivo. Como alcançá-lo, é o grande desafio nacional.

As pátrias-mães dos dois sistemas bipolarizados estão em crise institucional. Cada uma procura o seu oposto, gradualmente, numa tentativa de encontrar a fórmula adequada. O capitalismo ortodoxo é uma solução ultrapassada. As economias planificadas nunca exibiram um demonstrativo considerável de riqueza. Talvez bem no meio desses sistemas esteja a solução. O Brasil é um país jovem, em vias de desenvolvimento, com modelos experimentais. Quem sabe, ao invés de **contestar** formando um modismo, ou o de entoar loas ao sistema, não seria mais coerente a crítica e a reflexão descompromissada com ideologias, que nos conduziisse a propostas concretas, para instrumentalizarmos em ação o resultado de nossas investigações? Ou se ao invés de elegermos a cultura como finalizadora de nossas especulações, associássemos a um objetivo do bem comum?

Só há uma certeza que trafega livremente entre gregos e troianos dos mais variados matizes ideológicos: a democracia é a única alternativa política viável contemporaneamente. Mesmo os que no passado elegeram o igualitarismo em oposição ao liberalismo, por mero eufemismo hoje se penitenciam diante da constatação de que, sem o liberalismo o igualitarismo se torna inócuo. Embora, também eufemisticamente, contraponham à pretensa democracia social que advogam, uma democracia burguesa — tal o modelo ocidental.

Mas é preciso tomar cuidado. Democracia é uma palavra que anda de boca em boca, qual dentifício ordinário. Ou mau hábito. Tomam seu santo nome em vão para justificar as maiores igomínias praticadas em seu desfavor. Antidemocrática, por exemplo, passou a ser a conduta da maioria, que se insurge contra a ditadura da minoria. Antidemocrático é também não aderir a propósitos minoritários de movimentos autodenominados de democráticos, que solapam e consomem o exercício democrático. Antidemocrático na nova e autoritária concepção é lutar pelo direito de divergir, de não ser engolido pelos robôs da intolerância, de não permitir o patulhamento de suas idéias, de reagir à insensatez e à superficialidade.

Bem dizia o meu velho amigo, filósofo caboclo: "O Brasil está precisando de mais gente que segure o cabo da enxada, em vez de ensinar a segurá-la. Bom mesmo era que esses doutores largassem seus livros, suas teorias e viessem p'ro meio do mato aprender com a gente e só depois pensassem em mudar nossa situação".

Democracia não nasce da palavra, mas de ação.

**PEPSI-COLA, BRAHMA,
BANCO DO BRASIL, UFRN,
SPERB DO NORDESTE,
ALPARGATAS, BANCO ITAÚ,
DUCAL PALACE, ALCANORTE,
BANDERN, A SERTANEJA,
UNIVERSIDADE DE SERGIPE,
MORADA RIOMAR,
FIAÇÃO MOCO**

Os construtores destas grandes empresas tiveram a feliz idéia de preferir esquadrias de alumínio da ÚNICA MENTAL.

Faça como eles: valorize seu investimento preferindo também a melhor qualidade e o mais fino acabamento.



ÚNICA METAL
INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.



F. BEZERRIL
IMÓVEIS

CRECI 163 - 17ª. REGIÃO

**PROJETOS,
ADMINISTRAÇÃO,
LOTEAMENTOS,
COMPRA E VENDA DE
IMOVEIS EM GERAL**

Rua do Saneamento, 232 - Ribeira
(Ladeira de Marpas, por trás do Riomar)
Fones: (084) 222-3004, 222-0200, 222-7957
Telex: (084) 2279 — Natal-RN

ORGANIZAÇÕES
FERNANDO BEZERRIL

INAMPS REDUZ EXAMES LABORATORIAIS E RECEBE CRÍTICAS DOS MÉDICOS

Um "estouro" de verbas no INAMPS, detectado logo no começo deste semestre, impeliu a instituição responsável pela assistência médica de quase todos os brasileiros a racionar as requisições para exames laboratoriais, radiológicos e tratamentos fisioterápicos. Isto originou uma grave crise para muitas clínicas e profissionais liberais da área da saúde.

O Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social estabeleceu uma nova política para exames laboratoriais. Agora, as requisições, são severamente controladas, sem que se verifique necessidade do paciente à multiplicidade de exames. O que vai decidir se o requisitante tem ou não direito aos exames é a quantidade por ele solicitada. É essa a informação prestada por analistas e médicos.

A restrição não contempla apenas os exames laboratoriais, mas se estende até os tratamentos fisioterápicos e aos exames radiológicos.

Para os que podem complementar o pagamento dos exames excedentes, tudo bem. Mas, para a maioria dos segurados do INAMPS, pobres, que contribui compulsoriamente com 8% de seu salário para assegurar-se de assistência médica integral, a situação é calamitosa.

Outro detalhe que preocupa os pacientes e os próprios analistas, diz respeito ao critério na redução dos exames: que tipos de exames podem ser destacados pelo INAMPS, quando se sabe que a requisição feita pelo médico, embora múltipla, cerca cautelosamente as diversas probabilidades para um diagnóstico e um tratamento seguros? Essa redução, tida pela maioria como respostas às dificuldades financeiras atravessadas pe-

la Previdência, pode resultar em consequências altamente danosas à saúde dos pacientes, segurados e contribuintes do INAMPS.

UM CRIME — Para o analista Alcício Alexandre, do Instituto de Análises Clínica de Natal, IACN "não existe crime maior do que se cortar verbas para a saúde". Com essa concepção, o profissional afirma que, primeiramente, o grande prejudicado é o povo; em seguida os próprios analistas, e por último, os médicos credenciados pelo INAMPS.

O prejuízo dos segurados, fica confirmado através do seguinte raciocínio de Alcício Alexandre: "por força de lei, os trabalhadores brasileiros recolhem compulsoriamente à Previdência Social 8% dos seus vencimentos, quantia essa que deve ser retribuída através de assistência médica, aposentadoria, etc.. Ora se o INAMPS não mais atende plenamente esses serviços, é fácil concluir que o objetivo proposto foi esvaziado, permitindo a conclusão de que não há reciprocidade equivalente à prestação paga. A segunda consequência é a mais grave: ou o segurado faz o exame particularmente (o que é mais difícil por falta de condições financeiras), ou, logicamente, não saberá realmente a doença que tem".

O Instituto de Análises Clínicas de



Alcício Alexandre afirma que não existe crime maior do que cortar verbas para a saúde.

Natal, nesses últimos noventa dias, registrou uma queda em 60% dos exames anteriormente requisitados pelo INAMPS. Afirmou o analista daquele laboratório que a Unidade previdenciária agora só paga um exame laboratorial por cada requisição médica. Dois problemas: o paciente não é atendido satisfatoriamente e os laboratórios enfrentam uma crise financeira vez que 80% dos seus serviços eram frutos do credenciamento com o INAMPS.

"Cada paciente agora só traz uma requisição para exame. Mesmo aqueles, supostamente portadores de Hepatite ou febre Tifóide como o médico poderá clinicá-lo perfeitamente com apenas um exame?"

Conforme asseverou, um médico só poderá clinicar eficazmente um suposto portador de Hepatite ou febre Tifóide caso esteja munido, no mínimo de dois exames complementares laboratoriais de cada moléstia. Como o INAMPS restringiu ao mínimo as solicitações de exames, qual seria a situação do médico ante seu paciente para elaborar um diagnóstico seguro?

CLÍNICA SOBERANA — O últi-

mo desabafo do titular do IACN dá conta de que *"a Clínica médica é soberana. Se um médico solicita um, dois, cinco ou dez exames complementares de um só paciente é porque o profissional vê razões para aquelas solicitações. Infelizmente, por força dessa nova política muitos médicos, para não perderem o credenciamento do INAMPS têm mesmo que seguir aquela absurda recomendação, fazendo uma medicina arcaica, ou mesmo traindo os princípios éticos da profissão"*, concluiu.

Concordando com quase todas as declarações do colega de profissão, a analista Iracema Lucas (também Presidente do Conselho Regional de Farmácia,) vai mais além em suas afirmações. Diz que com essa nova política restritiva do INAMPS, alguém fica sem assistência médica; os laboratórios sobrevivem a duras penas não tendo condições de reaparelhamento, e já começam a haver demissões. *"No meu laboratório (o Adolpho Lutz) já demiti um funcionário, porque não suportava mais as despesas, frente à inexpressiva receita"*, afirmou Iracema.

Iracema Lucas é também chefe do Departamento de Análise Clínica e Toxicológica do Centro de Ciências da Saúde da UFRN. Mais do que ninguém, teria credibilidade e sensibilidade para questionar as perspectivas profissionais: *"Os alunos aqui da Faculdade de Farmácia, com especialidade os futuros analistas clínicos, estão apreensivos. Ora, se os profissionais já antigos e de experiência estão passando por esse problema, quanto mais os novatos. A turma já está com medo de enfrentar o mercado de trabalho frente a esses des-casos"*.

A exemplo de várias profissões de nível superior, as informações de Iracema Lucas dão a entender que o mercado está saturado para os profissionais Analistas Clínicos. Mesmo assim a Universidade anualmente está formando de 60 a 70 desses profissionais.

UMA REDUNDÂNCIA — Mesmo sendo funcionário do INAMPS, o



Gilton de Carvalho diz que, no campo da fisioterapia, a medida do INAMPS acarreta prejuízos elevados para os pacientes e para o próprio instituto.

médico Fisiatra Gilton de Carvalho foi taxativo em dizer que a nova medida do INAMPS foi pura redundância. *"Essa medida não dá em nada. Se se tem que gastar com um paciente carente de exercícios fisioterápicos que se gaste logo, pois o tempo de permanência em tratamento será bem menor. O êxito do tratamento fisioterapêutico está intrinsecamente ligado à precocidade e continuidade das sessões"*.

O Dr. Gilton raciocinando à luz da Fisioterapia por mais de uma vez afirmou que a política restritiva do INAMPS, no mínimo em relação à

fisioterapia, era uma redundância. Desta forma, se o paciente não se submeter logo ao tratamento específico dará consequência ao prolongamento no processo de reabilitação podendo mesmo deixar o doente com visíveis deformidades.

A filosofia da reabilitação, conforme expôs aquele profissional, é tornar o paciente independente sob os aspectos sociais e econômicos. Em outras palavras significa dizer que, após tratado, o paciente, no mínimo poderá andar às próprias custas ou fazer serviços por si. Ora, um prolongamento no processo reabilitador de milhares de pessoas que necessitam de fisioterapia neste estado, o que significará para a sociedade e a economia do Brasil?

MAIS QUEIXOSOS — E as queixas não param por aí. As clínicas radiológicas também fazem coro com os queixosos, taxando de anti-ético o posicionamento da Superintendência regional do INAMPS.

O Dr. José Carlos Passos, um dos dirigentes do Instituto de Radiologia de Natal, acha que está havendo uma inversão de valores: *"O INAMPS não pode estipular quantitativamente as radiografias que os pacientes venham a necessitar. Essa atribuição deve ficar a cargo do médico. O comportamento do INAMPS é puramente anti-ético"*.



José Carlos Passos: *"o comportamento do INAMPS, estipulando quantitativamente os exames, é puramente anti-ético"*.

Procurando dar ênfase ao seu ponto-de-vista, o Dr. Passos disse, que de cada 18 ou 20 pacientes atendidos pelo INAMPS, o médico só poderá solicitar uma radiografia. Nessa linha de raciocínio perguntou: "Uma dor de estômago pode ser uma simples gastrite, úlcera ou mesmo um câncer. Como um médico poderá clinicar um paciente com esses sintomas se não estiver munido de radiografia?"

Bem mais elevados que exames laboratoriais são os preços cobrados pelo Instituto de Radiologia para a confecção de radiografias. A mais barata custa em torno de Cr\$ 2.000,00 enquanto a mais cara o paciente terá que desembolsar uns Cr\$ 10.000,00. "Certamente o povo não tem condições de pagar tão alto preço. E agora, se o INAMPS não modificar sua determinação absurda?", concluiu o entrevistado.

O QUE DIZ O INAMPS — O Superintendente Regional do INAMPS, Dinarte Mariz Júnior respondeu às seguintes perguntas:

— Qual a causa da recente política restritiva do INAMPS?

"Não há política restritiva, e sim uma tentativa de condução à volta dos padrões normais que a Previdência estipulou. Do total anual dos serviços, nenhum deixou nem deixará de ser prestado. O que houve foi um abuso no primeiro semestre, quando vários exames foram feitos até desnecessariamente, o que deu consequência a um "estouro nas verbas". O dinheiro que os laboratórios e clínicas reclamam não estarem ganhando já foi ganho antecipadamente".

O médico Dinarte Júnior explica ainda que "no primeiro semestre do ano houve abusos de Entidades que deveriam fazer exames e serviços, mas não cumpriram com suas obrigações, devolvendo esses trabalhos pa-



Dinarte Mariz Júnior, Superintendente do INAMPS, declara que a instituição sobrevive em função de verbas. Em 80, as verbas para o ano todo, foram consumidas praticamente no 1º. semestre.

ra o próprio INAMPS. Também os médicos "esticaram" as solicitações dos exames, pedindo até desnecessariamente. Como a Instituição sobrevive em função de verbas, as que deveriam ser utilizadas em todo o exercício 80, foram aplicadas praticamente em apenas seis meses.

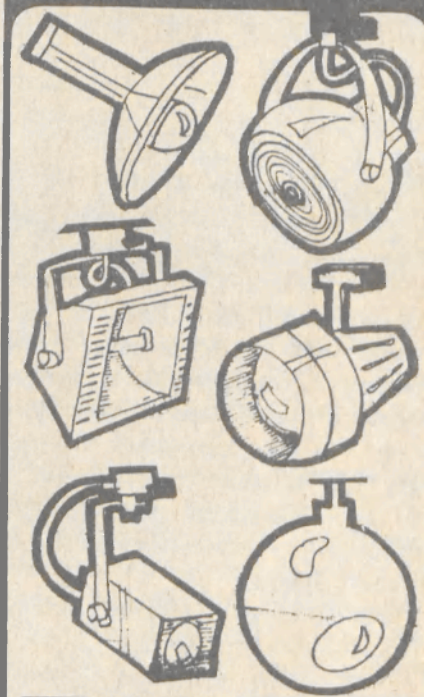
— Essa política data de quanto tempo?

"A medida foi tomada desde o início desse semestre".

— Os beneficiários não estariam sendo os maiores prejudicados com a tal determinação?

"Não. Não houve nenhuma solicitação de exames que não fizemos. Até hoje não chegou ninguém aqui reclamando desassistência nesses níveis. Caso um médico tivesse "estourado" nas requisições, dependendo do caso, nós a repletaríamos".

**Para você
que vai
construir
as coisas
ficaram
mais fáceis**



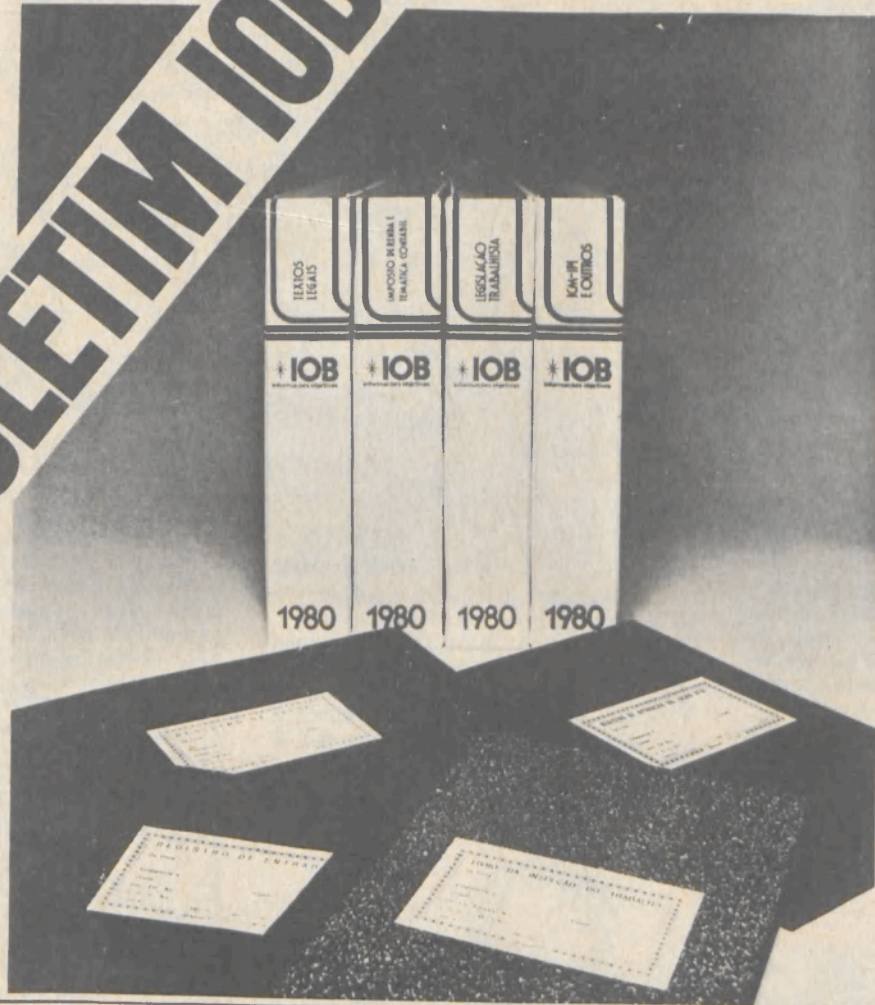
Veja as condições que a SACILUX lhe oferece. Você encontra um variado estoque de material nas condições que você deseja. SACILUX é a mais nova loja de material elétrico e de construção do Natal. Tem um amplo estacionamento para seu conforto. SACILUX uma empresa do grupo SACI.



**Av. Bernardo Vieira, 1.403
Fone: 231-5072 - Natal - RN.**

**Tranquilidade
para construir.**

BOLETIM IOB



UMA ASSINATURA OBRIGATÓRIA

Assine o Boletim IOB.

Ele leva até você o mais que necessário sobre a legislação empresarial.

Em 4 cadernos editados de 10 em 10 dias, os assinantes do Boletim IOB têm as mais claras, simples e objetivas informações sobre I.R., I.C.M., I.P.I., I.S.S., F.G.T.S., P.I.S., I.A.P.A.S., Imposto Único, Legislação Trabalhista e Previdenciária, Sociedades Anônimas, Juntas Comerciais, Correções Monetárias, entre outras. E mais: índices mensal, semestral e anual, trazendo toda a matéria publicada, em ordem alfabética e remissiva.

Acompanha 4 luxuosas e funcionais pastas plásticas para arquivamento.

Assine também o **Diário Legislativo IOB**, um informativo especializado em legislação empresarial e o mais dinâmico órgão de divulgação legislativa repleto de notícias de máximo interesse para sua vida empresarial.

Preencha o cupom e conheça todas as vantagens do Boletim e do Diário IOB, sem compromisso.

Nome: _____
Empresa: _____
Endereço: _____
Tel.: _____ CEP: _____
Cidade: _____ Estado: _____

ALGUNS OFERECEM ALGUMAS VANTAGENS. SÓ IOB OFERECE TODAS.

*** IOB**
informações objetivas
DE PROFISSIONAIS
PARA PROFISSIONAIS.

Caixa Postal 1.902
50000 - Rua São Salvador, 85
(Espinheiro) - Tels.: (081) 222-6433
231-6148 - Telex: 811843 IOBE BR
Recife - PE

Djalma Marinho

O deputado Djalma Marinho vai disputar, no plenário, a presidência da Câmara dos Deputados. Contrariando orientação do Palácio do Planalto — que ungiu o Deputado Marchezan como candidato oficial — Djalma vai tentar reabilitar a imagem de independência do Poder Legislativo. Contaria com o apoio das oposições (PMDB, PP, PDT e PTB) e dissidentes do PDS. A expectativa não é apenas do Rio Grande do Norte, mas de todo o Brasil que aposta e torce pela vitória do parlamentar conterrâneo, nunca esquecendo a memorável lição de dignidade de Djalma no episódio Márcio Moreira Alves.

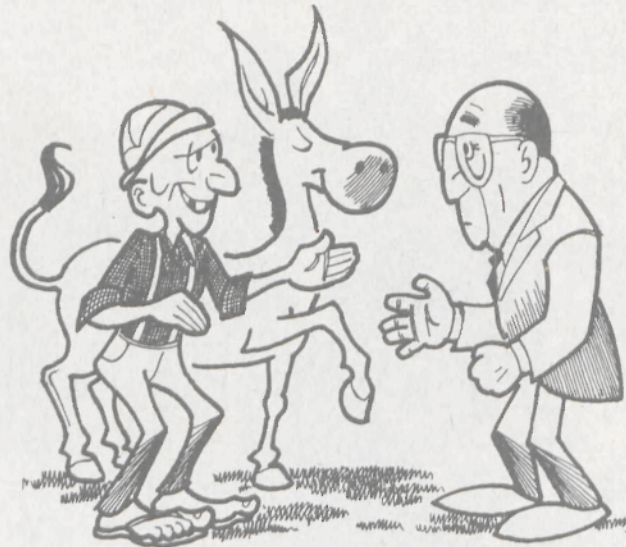
Emenda Furtado

De repente, alguns dos parlamentares norte-riograndenses foram acometidos de uma moléstia ainda não identificada, a meio caminho entre as conhecidas *oportuniste e mau caratite*. Foi no dia da votação da Emenda de autoria do Deputado Roberto Furtado, que propunha vantagens para os servidores estaduais aposentados e inativos. A doença se propagou logo depois que o Governador Maia proibiu a sua bancada de apoiar a emenda. Aqueles deputados comprometidos com a aprovação do projeto mas comprometidos igualmente com o Governador, decretaram-se leitosos — o que na linguagem do Comendador Avelino significa doentes (de leito, guardar o leito ou o leite, o que vem dar na mesma coisa).



A disputa dos alfenins

Dizem que a luta pela sucessão de Lavoisier Maia provoca rachaduras no próprio esquema palaciano; e travada entre Agripino Maia e João Faustino. Ambos não perdem oportunidade de se *queimarem* mutuamente. Os apostadores, dão larga margem de vantagem para Agripino Maia, explicando que, mesmo que o Prefeito de Natal não saia candidato a governador, ganhará os votos de Faustino para Deputado Federal. João Faustino perde duplamente: o governo do Estado e a vaga na Câmara Federal.



Figueiredo no RN

O pitoresco da viagem que o Presidente João Figueiredo fez ao Rio Grande do Norte mês passado ficou por conta de um jumento — jumento potiguar, naturalmente. O interessante animal, que atende pelo nome de *Calunga*, não deve ter compreendido porque lhe foi dada a honra de ser apresentado ao Chefe da Nação, mas o esperto agricultor caicoense seu proprietário, que conseguiu do Presidente a anistia para seus modestos débitos no Banco do Brasil, bem que poderia ter sido menos sutil e mais claro na sua mensagem a Figueiredo. Poderia, por

exemplo, ter reunido a turma da *emergência* e, depois de apresentá-la ao Presidente, ter dito em estilo curto e grosso: “*Entra ano e sai ano e continuamos trabalhando que nem jumento, por nada. Vem a seca e acaba com tudo. O pior, Senhor Presidente, é que todo mundo sabe disso: os ministros, o governador, os prefeitos e deputados, nós mesmos — e ninguém faz nada para melhorar essa situação. Na hora em que a seca acaba com tudo, fica todo mundo com a cara de Calunga (o jumento de verdade), e se joga uma emergência prá cima do Nordeste*”.

Reginaldo, o decano

Camilo Pena, ministro da Indústria e Comércio, também veio ao Rio Grande do Norte. Dispôs-se a debater com as classes empresariais os problemas econômicos do Estado, depois de ter — a exemplo de Figueiredo — feito um giro ciclópico pelo interior, onde pôde ver apenas as obras paralisadas da fábrica de barrilha. O encontro de Camilo Pena com os empresários foi coordenado pela Federação das Indústrias. Coube a Fernando Bezerra, em rápidas e bem colocadas palavras, apresentar ao ministro uma síntese das reivindicações e sugerir algumas medidas. Quando se esperava que Camilo Pena fosse falar, eis que entra em cena o decano das associações do comércio, Reginaldo Teófilo, que sem deixar ninguém tomar fôlego, faz uma peroração de quase uma hora, alinhavando temas contraditórios e levando ministro e auditório a toscanjarem. No fim das contas, como Camilo Pena destinava apenas duas horas ao encontro, restou-lhe tempo mínimo para, o vôo de pássaro, comentar a atuação da sua pasta no Nordeste. Depois, houve tempo apenas para quatro perguntas ao ministro, sendo que pelo menos duas delas diziam respeito ao ministério das Minas e Energias.

O Senador Zezito

O senador José de Souza Martins pretende reeditar o estilo do seu antecessor, Senador Jessé Freire. Sabe-se que o Senador Zezito se articula com líderes cooperativistas do Sul e Sudeste do país para formarem uma Confederação, da qual o congressista potiguar sairia presidente. Esse posto, somado ao de Senador, lhe daria uma envergadura nacional capaz de mantê-lo postulante ao Senado por várias legislaturas. Além disso, os seus assessores o aconselharam à defesa de grandes temas nacionais e regionais, na suposição de que o Senador estaria muito confinado a uma visão cooperativista localizada — o que reduziria muito as suas chances de projeção nacional e até mesmo estadual. Fontes bem informadas dão conta da criação de um terceiro bloco dentro do PDS dos Maia. O primeiro, liderado por Tarcísio Maia, continuaria lutando pela indicação de Agripino Maia a governador; o segundo, envolvendo escalões administrativos do governo, apoiaria João Faustino; o terceiro que, contaria com adesões de políticos e mesmo de administradores — entre eles, o Senador Zezito — aprovaria o nome de Geraldo Melo.

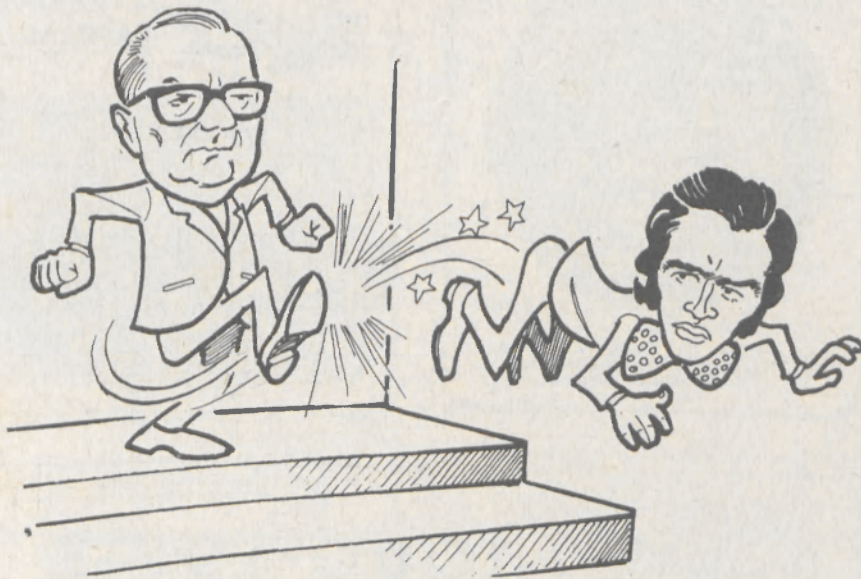
Operário Intelectual

Pedro Simões Neto, novo Pró-Reitor de Extensão Universitária da UFRN, se auto-definiu como *operário intelectual*. Procuramos a explicação: "É que não me divirto com a cultura. Ela não faz de mim um intelectual na acepção acadêmica e clássica. O ofício intelectual, no meu conceito, é principalmente um exercício de expiração. Deve encaminhar a idéia a um objetivo definido, no caso, a uma ação concreta em favor do bem comum".

Outro indicativo que ilustra a definição é o ritmo de trabalho mantido pelo novo Pró-Reitor: *doze horas diárias*.

Geraldo em alta cotação

Fontes oficiais dão como certa a alta cotação de Geraldo Melo no quadro político. Novamente sua estrela subiu e ele está no páreo, em pé de igualdade com Faustino e Agripino, para a disputa do Governo do Estado. Depende só dele, segundo o informante. No gabinete do Governador as preferências estão divididas.



Baixa cotação

Um político que tem seus dias contados é o Deputado Carlos Alberto. A versão dominante entre os *causers* da política potiguar é a de que Tarcísio Maia havia articulado uma verdadeira manobra de esvaziamento do parlamentar radiofônico. Uma vez cumprida sua missão, Carlos Alberto seria aliado da política e do governo, em favor da eleição de Agripino Maia para a Câmara Federal, no caso de ser impossível sua candidatura ao governo. (Os Maia pretendiam uma votação para o herdeiro da dinastia, maior que a de qualquer outro herdeiro, *principalmente* a de Henrique Eduardo ou de outros Alves).

Há quem ache que o Deputado Carlos Alberto perdeu a grande oportunidade de sua meteórica carreira política. Teria a grande chance de liderar um terceiro bloco político regional, com forte respaldo popular, capaz de, em 1986, conduzi-lo ao governo do Estado, ou no mínimo mantê-lo na Câmara. Atribui-se ao Deputado Pedro Lucena a avaliação da adesão do parlamentar a hora pedessista. Segundo declarações atribuídas ao Deputado Lucena, o governador Maia lhe oferecera (a ele, Lucena) muito mais vantagens — financeiras e administrativas, do que pagou pela adesão de Carlos Alberto.

TV Universitária

A televisão Universitária é uma das coisas mais sérias que se faz neste Estado. É preciso ver a dificuldade que atravessa essa instituição para se compreender o quanto há de abnegação e principalmente de descaso por parte da comunidade norterriograndense. A Universidade faz o que pode — e é bem pouco, considerando o nível de despesas com o funcionamento de uma televisão. Boa parte dos programas divulgados pela emissora já é gerada aqui mesmo, graças ao esforço de Carlos Lyra, Vicente Sereje e da equipe técnica (de altíssimo nível).

Mais quatro novos programas estarão no ar ainda este mês: *Tempo Universitário*, *Forum*, *Viajando pelo sertão* e *Chorinho*. Os programas têm ótimo nível e a televisão vai penetrando bem. Falta o apoio efetivo de toda comunidade para evitar que a emissora sofra paralização em face da exiguidade de recursos.

Roberto na OAB

Roberto Furtado é o presidente eleito para o biênio 81/83 da secção estadual da Ordem dos Advogados do Brasil. A eleição foi disputadíssima entre os quatro candidatos registrados. Votaram 517 advogados, que concederam larga vantagem de votos a Roberto.

O pitoresco da eleição ficou mais uma vez por conta do candidato Jobel Amorim. Sua chapa (azul) foi bem sufragada no início da apuração, o que levou o candidato a se comparar a Aluísio Alves, ligando sua predestinação política à do provável candidato ao governo do Estado. Constatando, momentos depois, sua derrota, comentou em alto e bom som: "Agora estou igual ao Governador nas eleições de 82".

José Augusto

Em co-edição com o Senado Federal, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte vai lançar brevemente, dois livros de autoria de José Augusto Bezerra de Medeiros: "Seridó" e "O Rio Grande do Norte no Senado da República". No primeiro, o autor trata de sua região, abordando aspectos físico-geográficos, genealógicos e biográficos. No segundo retrata, em breves mas ilustrativas pinceladas, perfis dos mais ilustres senadores do Estado — dentre eles, Amaro Cavalcanti, Almino Afonso, Pedro Velho e Juvenal Lamartine.

Greve

Na recente paralisação dos professores universitários, ficou bem registrado um novo estilo levado a efeito pela ADURN (Associação dos Docentes da UFRN). Incontinenti à paralisação, os dirigentes da ADURN foram procurar os dirigentes de ensino da Universidade para avaliar os possíveis prejuízos pedagógicos que poderiam advir da greve. E depois de identificados os problemas, se dispuseram a repará-los. Sinal dos tempos!

Vidal diz tudo

Em entrevista neste número de RN/Econômico, o presidente da Assembléia Legislativa do Estado, deputado Luiz Antônio Vidal ex-governista, diz tudo que sabe do governo. Entre outras colocações, o parlamentar de Santo Antônio, utilizando um eufemismo que atribui ao coronel Zé Lúcio, diz que o Governador "é um homem de palavra duvidosa".



Service
Service
Service

Servibrás

Empresa Brasileira de Serviços Eletrônicos Ltda.
(Oficina padrão Philips)

Assistência técnica em TV a cores e preto e branco, eletrofonos, rádios, auto-rádios e vendas exclusivas de peças originais Philips

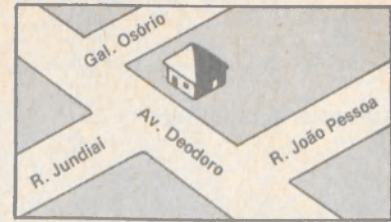
Rua Ulisses Caldas, 274
Tel. 222-4053 222-3281
NATAL - (RN)



Loja PARAIBANA Ltda.

EQUIPAMENTOS
ESPORTIVOS

Rua Dr. Barata, 197 - Tel. 222-3467
— Ribeira —
NATAL - RN



Localizado no centro da cidade
para atender suas exigências

ARNON IMÓVEIS

Av. Deodoro, 696-A - Tels. 222-5929 - 222-5158
(Diretoria) 222-0551

COMERCIO

RN/ECONÔM OS MELHORES END



EQUIPAMENTOS DE SOM E
INSTRUMENTOS MÚSICAIS.
DISCOS E FITAS

Av. Rio Branco, 621 - Centro
NATAL-RN



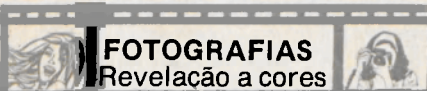
R. GAL. OSÓRIO
ED. 23 DE OUTUBRO - LOJA 02
FILIAL
GALERIA DO ED. BARÃO DO RIO BRANCO - LOJA 7
FONE: 222-5832 - NATAL-RN



LIVRARIA E
PAPELARIA

MATRIZ:
Rua Dr. Barata, 216 - Tel. 222-2203
Ribeira
FILIAL - 1
Centro Comercial "Aluizio Bezerra"
Tel. 222-3994
FILIAL - 2
Rua Amaro Barreto, 1272
Tel. 223-1548

NATAL - RN



SERVIÇOS:
Super 8
Slídes
Painés
Publicidade
Mostruário
Convites

Reportagens
Casamentos
Aniversários
Posters
Studio
Desfiles
Debutantes



Lenilson Antunes

Rua Cel. Cascudo, 332 Fone 222-1340
estacionamento próprio



RODO-FORTE REPRESENTAÇÕES E TRANSPORTES NORTESUL LTDA.

Transportes em geral, mudanças, veículos, encomendas etc...



UNIMOS O
BRASIL DE
NORTE A SUL

Matriz: Rua Ferreira Chaves, 95/98
(Sede Própria)
Tels.: 222-4080 — 222-2894 — 222-2351
59.000 — Natal — Rio Grande do Norte

Filial: São Paulo - Rua Soldado Dionísio Chagas, 8
(Sede Própria) Parque Novo Mundo
Tel. 295-4235
Rio de Janeiro - Rua Otranto, 930 - Vigário
Geral (Sede Própria) Tel. 391-7561



Viagens Personalizadas, Nacionais e
Internacionais.

Rua João Pessoa, 291 Edf. Sisal - Loja 4
Tel: 222-2974



AGROMÁQUINAS

IRRIGAÇÃO INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA.

Rua Presidente Bandeira, 853 - Alecrim

Tel. 223-1028 Telex 0842364 - AGIR

Natal - RN

Sementes, Produtos Veterinários, Vacinações, Assistência veterinária, moto-bomba, arames, adubos químicos, implementos agrícolas, moto-forrageiras, material agrícola, herbicidas, fungicidas, inseticidas. Irrigação: por inundação e aspersão.

Fazemos todo e qualquer tipo de irrigação
O NORDESTE PRECISA PROGREDIR



Casa das Cortinas

... o bom gosto ao alcance de todos

Confecções de todos os tipos de cortinas para escritório ou residência, além de reformas e lavagens. Completo sortimento de tapetes e carpetes

Av. Alexandrino de Alencar, 859

Tel. 223-2962 223-4948

Natal - Rio Grande do Norte

& SERVIÇO

INDICA PREFEITOS DE NATAL

MOLAS ZITO COM.
LTDA.



Molas, Feixe de Molas
e Acessórios

ESPECIALIZAÇÃO EM
Reforço para Caminhões

Av. Prudente de Moraes, 1471 Tel.: 223-1565
NATAL-RN.

LAËTE GASPAR
COMERCIAL LTDA.

(Assistência autorizada "CONSUL")

- Instalações
- Manutenção Preventiva
- Consertos

- peças, acessórios e equipamentos p/ refrigeração em geral e ar condicionado
- motores elétricos e capacitores
- polias e correias V
- tubos de cobre e conexões de latão
- material elétrico

O Grau Certo em Ar Condicionado

Rua Dr. Barata, 202/4 — Tel.: 222-2817
NATAL - RN

COTILDA

CONSÓRCIO TECNO-INDUSTRIAL LTDA.



Esquadrias,
madeiras e
móveis
em geral

— O menor prazo de entrega —

Av. Rio Branco, 261 — Teleg. COTILDA
Tel.: 222-1625 — Natal-RN

AUTO LOCADORA DUDU

Alugue um carro novo
com ou sem motorista.

Av. Rio Branco, 420 — Centro
Fones: 222-4144, 222-0501, 223-1106
AEROPORTO INTERNACIONAL
AUGUSTO SEVERO
NATAL-RN

M. H. T. Q. U. E. S.

Comércio e Representações Ltda.



Requinte e bom gosto em artes,
decorações e presentes.

Seu quadro é confeccionado
em 24 horas

Av. Prudente de Moraes, 623
Tel.: 222-7482 - Natal-RN

TECNOMAQ



CONSRTO E
MANUTENÇÃO
DE MÁQUINAS
DE ESCRITÓRIO
EM GERAL

M. Arismilton de Moraes

Rua Dr. Barata, 195 — Tel. 222-2147
Ribeira — Natal RN

Resende

REVENDEDOR
EXCLUSIVO AR
CONDICIONADO
"CONSUL"



Rua Dr. Barata, 187 — Av. Rio Branco, 608
Tel: 222-4363 Tel: 222-2908

berradão
NATAL - RN

Forros e tapetes para qualquer
tipo de veículo, capotas para Jeep e C-10

MATERIAL PARA
PROTEÇÃO INDUSTRIAL

Rua Mário Negócio, 1439/41
Tel.: 223-4494 - 223-2406
Alecrim - Natal-RN

IMPOSTOS & INFLAÇÃO

Já se falou muito a respeito, mas o ponto final na inflação só será dado quando o Governo assim o desejar. Por enquanto, ela não vai ser diminuída a níveis suportáveis pela população, pois a inflação é querida pelo Governo.

É o que veremos no decorrer deste artigo e é a conclusão que chegamos logo de imediato, especialmente a partir das palavras recentes do Sr. Secretário Geral da Receita Federal. Segundo noticiou à imprensa, aquele cidadão afirmou textualmente que: "Se a inflação brasileira for reduzida a 50 por cento, fechamos a Receita Federal". (in Revista Nacional, ed. de 26.out.80, p. 8).

E as palavras ditas por um representante do Governo refletem uma verdade muito maior, pois: não adianta colocar a culpa da inflação no petróleo; existem países 100% dependentes da importação de petróleo, onde a inflação é controlada, como no Japão. Não adianta culpar os salários, pois na contabilidade de custos da "empresa" Brasil, estes, se muito, representam 30% do produto interno bruto. Não adianta culpar as más safras, pois estas existem também onde a inflação não chega aos "dois números", ou seja: a mais de 9%.

Deve-se, isto sim, verificar quem mais ganha com a inflação, para então determinarmos as suas verdadeiras causas. E ninguém ganha mais com a inflação do que o devedor, pois este gasta hoje o que o credor irá receber, desvalorizado, dentro de algum tempo.

Olhando-se um balanço das contas nacionais, podemos facilmente verificar que ninguém deve mais dinheiro neste País do que os órgãos governamentais e as empresas públicas e de economia mista.

IMPOSTOS & INFLAÇÃO — Ao continuarmos pensando sobre o problema inflacionário brasileiro, a primeira preocupação que nos ocorre é a determinação dos fatores que mais concorrem para agravá-lo. Nada mais justo do que procurar as publicações especializadas. Buscamos o "Boletim do Banco Central do Brasil" e então... surpresa! Entre os elementos determinantes da inflação brasileira, ali não encontramos catalogado o campeão dentre eles: os impostos indiretos.

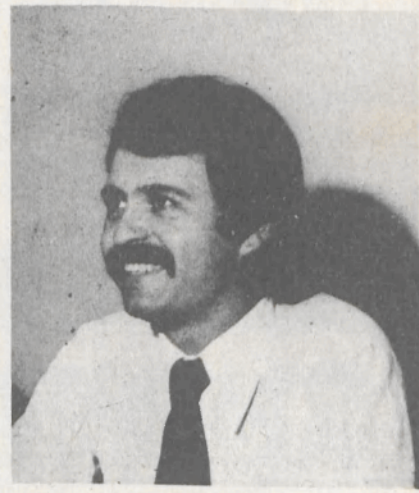
Antes de prosseguirmos, uma pequena explicação se faz necessária para entendermos aquela expressão tributária: impostos indiretos são aqueles cuja carga tributária (o pagamento) é transferida do contribui-

te de direito (aquele designado pela lei para efetuar o pagamento) para o contribuinte de fato (o consumidor final do produto, que paga o acréscimo tributário sofrido pelo bem adquirido). Um exemplo para facilitar o entendimento: quando alguém declara o seu Imposto de Renda e paga o tributo, ele é responsável direto perante o Fisco; temos um imposto direto. Quando esse mesmo alguém compra uma carteira de cigarros, a indústria do tabaco e o comércio já pagaram os impostos devidos, tendo incorporado os mesmos ao custo do produto; temos um imposto indireto: a pessoa não foi responsabilizada pelos impostos, mas os pagou.

COMO OS IMPOSTOS AGEM SOBRE NOSSO BOLSO — Pois bem, até o final do século passado, na transição para o presente, o Estado pouco agia sobre a vida sócio-econômica dos seus súditos. Nós, os contribuintes deste último quartel do século XX, teríamos uma "vida mansa" em relação aos tributos, pois o Estado Liberal somente cobrava o necessário para se manter: a finalidade do tributo era eminentemente fiscal, ou seja: dinheiro para custear o Estado.

Após a Revolução Industrial, com as consequências dela advindas, o Estado começou a se voltar um pouco mais para o fenômeno econômico. Neste século, especialmente após as duas Guerras Mundiais, o Estado aumentou enormemente suas funções, passando a intervir decisivamente nos aspectos sócio-econômicos da vida de seus súditos. Consequência natural foi o grande crescimento dos tributos, os quais passaram a ser, também, instrumentos de correção na luta pelo desenvolvimento: adquiriram, portanto, finalidades outras além daquelas de meramente arrecadar dinheiro, passaram a ter finalidades extra-fiscais. É o que vemos hoje com as isenções tributárias para empresas na área da Sudene, com a forte tributação dos produtos importados, com os altos impostos pagos pelas bebidas, entre outros exemplos.

Infelizmente, os tributos são criados e aumentados a cada dia. Se pararmos um pouco para medir a respeito do quanto pagamos de tributos e obrigações parafiscais, ficamos com a certeza de que trabalhamos mais de 50% do nosso tempo somente para pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, INAMPS, FGTS, empréstimos compulsórios e mais uma extensa lista de encargos.



EDILSON GURGEL

Um exemplo marcante do que ora verificamos está no tributo genericamente conhecido como ISOF (Imposto Sobre Operações Financeiras). A previsão orçamentária desse imposto, para o corrente exercício, estava em torno de 27 bilhões de cruzeiros. Pois bem, modificações ocorridas a partir de maio do ano em curso, fizeram a arrecadação subir a mais de 100 bilhões de cruzeiros!

COMO OS TRIBUTOS AGEM SOBRE A INFLAÇÃO — Tudo que vimos até aqui vem contribuir de maneira decisiva para a inflação. Os impostos diretos, como o incidente sobre a renda, já são bem conhecidos e os incluímos em nosso orçamento. Mas, e os impostos que muitos desconhecem e pagam sem saber? Quantos sabem que: ao adquirir uma carteira de cigarros de Cr\$ 45, está pagando mais de Cr\$ 30, só de tributos? Ao adquirir um automóvel está pagando aproximadamente 50% do preço só de tributos? E que este percentual aumenta, em muito, se o carro for importado?

Se o problema ficasse somente nos percentuais, não existiria razão para se dizer que os tributos contribuem para a inflação. No entanto, é o aumento da participação dos mesmos no custo final do produto, que elevam o preço final ao consumidor, contribuindo, assim, de forma decisiva para a espiral inflacionária continuar em alta.

A frieza dos números estatísticos são por demais contundentes para comprovar os pontos-de-vista ora enfocados. Senão, vejamos:

1. — No Brasil, de 1970 a 1976:

1.1 — Índice Geral de Preços (média anual) aumentou = 276,5%

1.2 — Receitas do Governo cresceram..... = 766,0%

1.3 — Impostos indiretos aumentaram..... = 691,5%

Fonte: O Estado de São Paulo, ed. 1º.jul.77, p. 3.

2. — Ainda no Brasil:

2.1 — Em 1970, os impostos indiretos representaram 6,2% do PIB.

2.2 — Em 1976, os impostos indiretos representaram 7,2% do PIB.

Fonte: Idem, idem.

3. — Finalmente, os impostos indiretos:

3.1 — Em 1976, aumentaram 80,5%, contra uma inflação de 46,4%.

3.2 — Em 1979, aumentaram 120%, contra uma inflação de 77,8%.

Fontes: 3.1 — Visão, ed. 1º.ago.77, p. 51.

3.2 — Anotações do autor.

Os números falam por si: a diferença sempre reinante entre o andamento da inflação e o aumento dos impostos indiretos, é algo a se meditar. Mesmo sem levarmos em consideração os números astronômicos que compõem o Produto Interno Bruto brasileiro, que está entre os maiores do mundo ocidental, o aumento de 1% no período de 6 anos é algo que se deve olhar com cuidado.

As empresas privadas e o comércio em geral se preocupam um pouco com os aumentos dos impostos indiretos, mas os mesmos são totalmente repassados para o consumidor final.

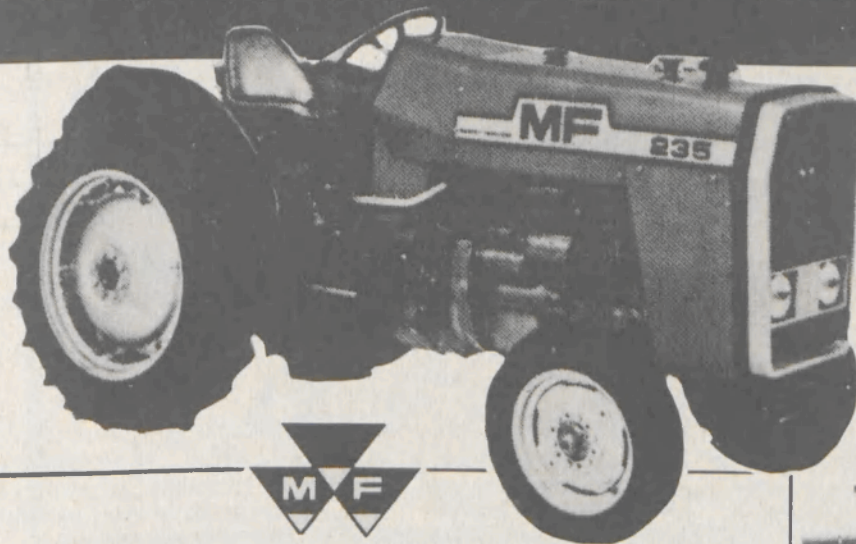
Como se isso não bastasse, em termos regionais, o Estado norte-riograndense e o Município de Natal passaram a cobrar do contribuinte até pelo fornecimento de uma certidão negativa, quanto a tributos devidos. Quer dizer, além de coagir legalmente o contribuinte a se manter em dia com suas obrigações (sob a ameaça constante da correção monetária até sobre as multas, além de juros moratórios), para os atos que o próprio Estado ou Município exigirem, o contribuinte terá de pagar pelas certidões. Pasmemos os clientes de um médico, um dentista, um engenheiro ou um advogado se, ao pagarem os honorários devidos, o profissional liberal cobrasse mais uma taxa extra para poder fornecer o recibo de pagamento àquele que recebeu o serviço. Pasmemos, então, todos, porque é exatamente isso que o Estado do Rio Grande do Norte e o Município de Natal estão fazendo: cobrando taxas para dar recibo, — no caso a certidão negativa, — de que o contribuinte cumpre fielmente suas obrigações tributárias. E tal não ocorre com o Fisco federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS — Não resta a menor dúvida de que, infelizmente, as mentes inventivas dos tecnocratas estão trabalhando avidamente para aumentar a incidência de impostos sobre os contribuintes, com graves reflexos na inflação.

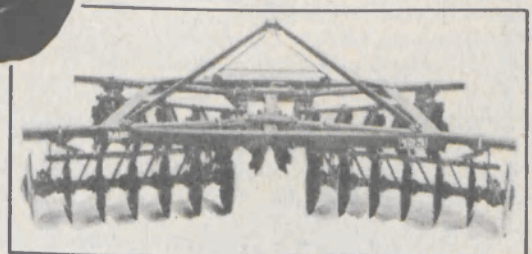
No entanto, um lembrete se faz necessário: a pressão a que se submete o contribuinte pode trazer resultados inesperados, como é o fato da "revolução" que hoje ocorre nos Estados Unidos, onde a contestação chegou a atingir tal ponto que os próprios contribuintes já votaram leis limitando o montante de impostos prediais a serem pagos no Estado da Califórnia... e a "rebelião" está se estendendo a todo o país. Tanto é que o próximo presidente americano vai enfrentar uma queda no orçamento daquela nação, em virtude da redução do Imposto de Renda em 30%, com 10% de redução a cada ano, no próximo triênio.

Se o Estado busca a cada dia mais e mais dinheiro, ao mesmo tempo que não melhora a qualidade dos serviços que presta aos contribuintes, é sinal de que algo não anda bem. É sinal que os gastos estão sendo feitos em virtude de sua má aplicação. E o contribuinte não tem culpa pela má gestão dos dinheiros públicos. O contribuinte não tem culpa pelos danos que administradores sem maiores qualificações causam ou causaram às finanças públicas. Os débitos existentes dentro dos órgãos públicos não foram causados pelo não pagamento dos impostos. A solução deve ser procurada numa melhor administração do dinheiro público e não no maior sacrifício do contribuinte.

A LINHA MASSEY FERGUSON FOI PROJETADA PARA FAZER A AGRICULTURA RENDER MUITO MAIS



A tecnologia, a economia e a versatilidade da linha Massey Ferguson faz com que o desenvolvimento da agricultura torne-se ainda maior. Massey Ferguson: a esperança para a agricultura.



Revendedor Exclusivo no Rio Grande do Norte
JESSÉ FREIRE AGRO-COMERCIAL S/A
 Matriz — Rua Teotônio Freire, 283 — Fone: 222-0710 — Natal-RN.
 Filial — Rua Alfredo Fernandes, 4 — Fone: 321-2339 — Mossoró-RN.

FRONTEIRAS DO DESENVOLVIMENTO ' (IX)

LIÇÕES DA HISTÓRIA

A história do Rio Grande do Norte é profundamente rica, em estudos, sérios e profundos sobre o Desenvolvimento do Estado. Os textos de autoria de Eloy de Souza, Felipe Guerra, Joaquim Ignácio de Carvalho Filho, Cristóvão Dantas, José Augusto, Juvenal Lamartine, e outras figuras ilustres, são de alto teor. São admiráveis, ao mesmo tempo que contraditórios, pelo sabor atual dos quadros, quando deveriam estar totalmente superados.

Esses estudos, partiram do início do século, se alongando até o final da década de 1940. Há inclusive um livro de Janice Theodoro da Silva, publicado em 1978 pela "Livraria Editora Ciências Humanas" de São Paulo, denominado "Raízes da Ideologia do Planejamento", que trata exclusivamente de autores norte-riograndenses, tendo como base o Jornal "A República", de Natal.

No Rio Grande do Norte, a maioria dos trabalhos hoje estão documentados graças a editoração da "Coleção Mossoroense", da Fundação Guimarães Duque, de Mossoró; da Fundação José Augusto do Governo do Estado, e mais recentemente a Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

VISÃO DE ELOY DE SOUZA — Extraímos trechos de discursos pronunciados por Eloy de Souza, na Câmara dos Deputados, em 28 de novembro de 1906 (trabalho editado pela "Coleção Mossoroense").

Sobre a SECA: "Os Governos só se lembram de que há seca quando o flagelo assola as regiões, mata milhares de pessoas, implanta a ruína, o desastre, a morte".

Falando da perspectiva de solução, diz: "A açudagem, barragem de rios, cultura intensa, poços artesanais, irrigações, trabalho intenso que mesmo um Governo futuro veja obrigado a concluir".

Sobre o PORTO de Natal: (ainda na mesma data da Câmara dos Deputados): "A Câmara verá a justificativa da emenda da bancada do Rio Grande do Norte consignando a verba de 250 contos para destruir a "Baixinha", rochedo que constitui o único obstáculo a entrada de grandes vapores, no Porto de Natal".

Situação, atual, dezembro de 1980: continua o impasse, embora que dentro do próximo quinquênio possamos precisar de

um Porto mais ágil em função do escoamento da produção da barrilha.

JUVENAL LAMARTINE — Preocupado com os capitais estrangeiros eis o que dizia sobre o sal o Deputado Juvenal Lamartine, em 17 de novembro de 1924, em discurso na Câmara Federal.

"Já se vê, Sr. Presidente, que as nossas salinas (falando sobre o Rio Grande do Norte), interessam até as companhias estrangeiras, que atualmente, se estão formando para explorar o carvão e o sal, em troca permanente de produtos. Sr. Presidente, serei sempre um defensor da produção nacional, porque não conheço outro meio de fazer a grandeza do Brasil". Conclui seu discurso com fundamental argumentação em defesa dos interesses do Estado, e do País.

PERCEPÇÃO OBJETIVA — Vejamos o que afirma Joaquim Ignácio de Carvalho Filho, em trabalho escrito há mais de 50 anos: "Quais são os obstáculos que vão entervando o Desenvolvimento? Uma resposta cabal denunciaria a extrema complexidade do problema. Vai parece-me da carestia e morosidade do transporte, da carência da instrução popular rudimentar, a falta absoluta de crédito; da ausência da mais rudimentar preparação agrícola, das



OTOMAR LOPES CARDOSO

condições precárias do trabalho, da degradação do trabalho, até o império do grande mal — o maior de todos, — a seca". E o mesmo trabalho aponta sua ótica para as soluções com relação a transporte, educação popular, irrigação, açudes, etc.

Ressalte-se, inclusive, que as abordagens de Joaquim Ignácio de Carvalho Filho, além das colocações de ordens teóricas, se baseiam também em levantamentos e dados estatísticos, permitindo com números disponíveis, serem formuladas as projeções necessárias a maior fundamentação das idéias. Eis um dos trabalhos efetuados:

Os dados dos quadros seguintes servem pelo menos, de base para alguns cálculos.

Exportação pelos portos de Mossoró, (Areia Branca), Macau e Natal pelas Companhias de Navegação Costeira, Lloyd Brasileira, Comércio e Navegação. (Inspecção de Navegação) Exportação

E X P O R T A Ç Ã O					
E M V O L U M E S			E M Q U I L O S		
MOSSORÓ	MACAU	NATAL	MOSSORÓ	MACAU	NATAL
562.053	909.234	71.580	53.541.755	40.236.093	5.073.412
I M P O R T A Ç Ã O					
186.593	57.738	139.291	10.119.712	3.036.787	7.292.045

QUADRO OTIMISTA — No que foi possível examinar, as observações dos estudiosos norte-riograndenses se caracterizam pela visão dos aspectos fundamentais. Há uma consciência das dificuldades, mas sempre a percepção de busca de soluções.

Outro aspecto que chama atenção são as conotações sempre otimistas do processo de Desenvolvimento. Se os problemas existem são para ser resolvidos. Não há bloqueios ou situações intransponíveis. Há

um sentido permanente de lutar e uma esperança de vencer. As riquezas naturais são para ser exploradas; a seca pode ser ultrapassada; as exportações aumentadas; etc.

Não nos parece uma visão ufanista, mas muito objetiva dentro do quadro da época.

Hoje, em 1980, pergunta-se: — Como anda o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte?

**NOVO OU USADO, BASTA
ESCOLHER A MARCA. DEPOIS
VENHA BUSCAR O SEU CARRO
EM DUAUTO VEÍCULOS.**

Carros novos
de todas as marcas
com garantia de fábrica. O seu
carro usado serve como entrada!



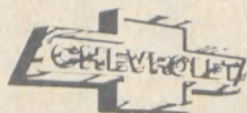
FIAT



Mercedes-Benz



Um passo à frente



Fai festa para você



d. duauto veículos ltda.

O salão nobre do automóvel.

Presidente Bandeira, 1240 Lagoa Seca.

Peças e equipamentos para o seu carro você encontra em
DUAUTO EQUIPADORA — PEÇAS E ACCESSÓRIOS
Pneus Good Year para todos os tipos de veículos procure em
DUAUTO PNEUS

Medicamentos

OBJETIVOS ECONÔMICOS

COMPROMETEM

O OBJETIVO NATURAL

Depoimento de importante autoridade médica dá conta de que no Brasil 30 por cento dos medicamentos melhoram ou curam os doenças do povo. Vinte por cento provocam intoxicações. E os 50 por cento restantes servem apenas para garantir os lucros fabulosos da indústria farmacêutica. O que está sendo feito para mudar isto?

Em agosto de 1979 a Câmara dos Deputados, a partir de pedido subscrito por mais de 200 deputados, instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito, depois conhecida como "CPI dos Remédios", que, fundamentada em 13 argumentos principais, tinha como objetivos explícitos: investigar as atividades da indústria farmacêutica, definir uma política para pesquisa e produção de matérias-primas nacionais para medicamentos básicos e obter medidas para controle das vendas de medicamentos no país.

Foi o primeiro passo, a nível institucional, direcionado para a tentativa de atacar seriamente o problema dos remédios, alvo de denúncias de médicos, farmacólogos e pesquisadores do assunto.

Todavia, os resultados obtidos pela CPI não foram suficientes para determinar modificações profundas na política farmacêutica do governo brasileiro. E o problema continuou, com novas denúncias se sucedendo constantemente, agora em maior escala, com a adesão dos meios de comunicação mais importantes do país, que, mesmo imprimindo aos fatos abordados, ares de um requintado sensacionalismo, tem contribuído para despertar o interesse das autoridades em cuja área administrativa o assunto se insere.



Jonas Pinheiro: "A legislação farmacêutica e a fiscalização do governo são ineficientes".

Algumas medidas levadas a efeito pelo Ministério da Saúde demonstram, embora em um grau de profundidade muito aquém do desejado (e evidentemente necessário), a preocupação oficial para com a gravidade que o problema assume. Entre estas podemos citar a recente proibição de 122 remédios (quimioterápicos e homeopáticos) fabricados à base de compostos mercuriais.

AS DENÚNCIAS — Dentro do universo do problema dos remédios,

alguns aspectos recebem especial ênfase nas denúncias formuladas. Um deles refere-se à vertical disparidade existente entre o número de remédios licenciados e vendidos livremente e a quantidade deles que são realmente indispensáveis à saúde dos

brasileiros. A AMERJ (Associação Médica do Estado do Rio de Janeiro) denunciou um total de 218 remédios, dentre uma faixa de 7000 a 60 000 largamente consumidos, como ineficazes, prejudiciais ou até mesmo fatais à vida humana, o que perfaz um percentual de 97% de segurança — considerando-se a quantidade de 7 000 como real.

Entretanto, para muitos médicos, esse índice de 3% de nocividade é uma taxa maior do que se pode tolerar, posição endossada pela Professora Maria Iracema Lucas, presidente do Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Norte, que afirma: "O índice de nocividade indicado (de 3%) é extremamente otimista; existe uma plethora de associações medicamentosas irracionais licenciadas no Brasil e em vários países do mundo, inclusive nos Estados Unidos, a exigir uma completa reformulação nos critérios de licenciamentos, na metodologia do controle de qualidade e na efetivação da Polícia Sanitária Farmacêutica".

Abordando a mesma questão, o médico José Elias Murad, professor da Universidade Federal de Minas Gerais e especialista no tema, tem uma opinião ainda mais contundente, radical até: "No Brasil, apenas 30% dos remédios melhoram ou curam os que os usam. Outros 20% intoxicam e às vezes matam e 50% servem apenas para fortalecer os donos dos laboratórios". E é novamente a prof^a. Maria Iracema Lucas quem analisa estes números. Dizendo concordar "em tese" com os índices citados, ressaltando "não disponho de elementos para me referir a dados estatísticos ou percentuais, há falta de estudos amplos e oficiais para delimitar a gravidade do problema. Disponho de informações, através de discurso do senador Edward Kennedy, de que nos Estados Unidos morrem por ano cerca de

30.000 pessoas, em consequência de medicações inadequadas”.

Como se percebe, não há coerência na citação de dados ou de números estatísticos, fato patenteado quando se trata de estabelecer a quantidade ideal de remédios indispensáveis ao tratamento das doenças detectadas no país. Segundo a Organização Mundial da Saúde, bastariam 208 fórmulas de medicamentos. A CPI da Câmara dos Deputados ficou-se em 800. Já a prof^a. Maria Iracema Lucas tem opinião também divergente: “Prefiro adotar a orientação da Central de Medicamentos, que preconiza, para o Brasil, cerca de 320 fármacos para atender às necessidades terapêuticas”.

A FISCALIZAÇÃO — Outro problema denunciado é a absoluta precariedade da fiscalização exercida junto aos laboratórios. Para Jonas Bessa Pinheiro — proprietário do Laboratório Sanarina S. A. e há muitos anos “convivendo com os remédios” “a legislação farmacêutica e a fiscalização do governo são ineficientes e os fabricantes não têm escrúpulos. Há algum tempo, na Paraíba, um determinado laboratório, fabricante de um antibiótico à base de Tetraciclina, colocava no produto, ao invés do composto de Tetraciclina, fubá de milho refinado, de cor semelhante à droga”. Já a prof^a. Maria Iracema acha que “a legislação brasileira é boa e eficaz, só resta cumpri-la. E fato patente que não existe fiscalização sanitária farmacêutica em nosso país”. Jonas Bessa ainda acrescenta: “A deficiência principal, em termos de fiscalização, é a enorme quantidade de medicamentos à venda, licenciados ou não. Além do mais se usa muito remédio proibido em outros países e comercializados no Brasil. A solução seria racionalizar a concessão de licenças para as fórmulas, separando os remédios por grupos, segundo a sua utilidade imediata: antibióticos, vitaminas, etc., e conscientizar o povo, através de campanhas, para não utilizar remédios sem prescrição médica, porque grande parte dos remédios não contém as dosagens anunciadas nas bulas. Nos Esta-

dos Unidos, por exemplo, não se usa bula. O médico prescreve o medicamento de acordo com o grau de adiantamento da doença e da idoneidade do produto”.

Outra questão denunciada e discutida: o trabalho da Central de Medicamentos (CEME), órgão do governo criado com a finalidade de fornecer medicamentos às populações mais carentes de recursos. A professora Maria Iracema Lucas considera-o “um excelente agente moderador do mercado, inclusive se capacitando para intervir em colaboração com o Ministério da Saúde para a racionalização da terapêutica no Brasil”. Jonas Bessa Pinheiro tem opinião igualmente favorável: “A CEME é um órgão sério, mas o povo não lhe dá valor. Os medicamentos produzidos têm controle rígido de qualidade”. Agora, o governo pretende transformá-la em empresa pública. Ela voltaria, assim, à sua finalidade original: pesquisa de insumos médicos nacionais e compra e distribuição gratuita de medicamentos aos 90% da população atendidos pela Previdência Social e Ministério da Saúde. O plano é transformar o projeto em lei no fim do primeiro semestre do ano que

vem — e não se sabe, ainda, até que ponto ele poderá afetar o mercado de medicamentos, que fatura por ano cerca de 60 bilhões de cruzeiros. A professora Maria Iracema considera a medida eficiente e acertada: “Entendo que a transformação da CEME em empresa de economia mista é medida que se impõe para tornar mais versátil o seu trabalho, já que, desse modo, poderá atuar mais eficazmente na melhoria do programa da indústria farmacêutica no Brasil”. Para Jonas Bessa, entretanto, “a CEME deve permanecer como está, diretamente na mão do governo, como empresa livre da ingerência de capital estrangeiro. Já bastam os grandes laboratórios, segmentos das multinacionais do remédio, que dominam praticamente todo o mercado da indústria farmacêutica no Brasil”.

A HOMEOPATIA — Em meio a todas as controvérsias que o assunto arrasta, a Homeopatia segue ganhando mais espaço junto à população a despeito daqueles que contestam a sua utilidade, atribuindo o aumento do seu consumo a uma espécie de modismo que logo se extinguirá.

RECOMAPE TEM TUDO, ABSOLUTAMENTE TUDO PARA SEU ESCRITÓRIO



Cadeira “ESTIL”
Linha Diretor



Máquinas de
escrever
“REMINGTON”



Mesa “ESTIL” Linha 90

RECOMAPE Revendedora Costa, Máquinas e Peças Ltda.



MATRIZ: Rua Dr. Barata, 242
Filial: Praça Augusto Severo, 91
Fones: 222-1467 e 222-4208

FILIAL EM MOSSORÓ:
Rua Cel. Gurgel, 266
Fone: 321-1330

A verdade, porém, é que a flora brasileira dispõe de inúmeros recursos curativos, ainda não de todo estudados (e aproveitados) e que são mais utilizados através da homeopatia. Calcula-se, por exemplo, que, das 200.000 espécies vegetais brasileiras, apenas 4 000 já foram estudadas, esperando-se encontrar nas 196.000 restantes um sem-número de substâncias curativas que poderão ser sintetizadas.

No Rio Grande do Norte, já se fazem estudos dirigidos para a difusão da homeopatia no universo dos medicamentos aqui consumidos, principalmente nas classes sociais menos abastadas, por razões mais econômicas do que científicas.

A própria Universidade Federal do Rio Grande do Norte iniciou um processo de fomento à pesquisa e à manipulação da homeopatia, através da criação do NEPSI (Núcleo de Estudos e Promoção da Saúde Integral), situado no âmbito de ação do Projeto Vanguarda. Segundo o Prof. Jorge Boucinhas — Nutrologista — “o NEPSI foi fundado há dois anos atrás, com a finalidade de iniciar, de forma pãra-oficial, o estudo de homeopatia no ambiente acadêmico do RN, de forma a preencher as lacunas existentes, na área de saúde, principalmente”. A iniciativa mostrou-se altamente válida e propiciou a implantação, já para o próximo ano, de duas disciplinas — Homeopatia Básica e Homeopatia Prática — no curso de Medicina, bem como ocasionou a criação de uma farmácia e de um laboratório para manipulação dos compostos homeopáticos, além de um ambulatório localizado nas Quintas, todos enquadrados no trabalho do NEPSI.

Comercialmente, a homeopatia tende a se expandir cada vez mais, Em Natal, a Casa da Homeopatia e Plantas Medicinais monopoliza o comércio do gênero. Para o seu proprietário, Eugênio Pacelli de Souza Costa, “a procura de medicamentos



Eugênio Pacelli: “A homeopatia, em muitos casos, é mais eficiente”.

homeopáticos ainda é relativa”, principalmente “porque só há um médico homeopata em Natal”. Esperando um acréscimo nas vendas à medida que o interesse do público pelo assunto aumente, ele acredita que “a homeopatia, em certos casos, é muito mais eficiente que a farmacologia”, com o que não concorda Jonas Bessa Pinheiro, para quem a questão é tão simples assim: “a homeopatia é uma medicação que teve sua época. Volta agora porque o povo, de certa forma, está saturado de produtos químicos. Mesmo assim, sou mais pela farmacologia, embora não faça nenhuma restrição à homeopatia. Não é à toa que ela é usada há séculos”.

Em meio a tantas denúncias, dúvidas e descontraídas opiniões, o Ministério da Saúde divulgou nota oficial, onde apregoa: “O Ministério da Saúde está fazendo uma revisão em todos os registros de medicamentos à disposição do público. Todo e qualquer medicamento faz mal”, continua, informando que “os medicamentos serão, na medida do possível, retirados das prateleira e levados para análise, a fim de sabermos se o que diz as fórmulas está de acordo com o conteúdo e a dosagem do produto. O problema de disciplinar ou regular o uso de fármacos não é tão simples que possa ser expresso por proibições categóricas — implica fundamentalmente em educação do consumidor e do profissional que prescreve. A grande falha, no nosso ver, está na educação do médico — por exemplo, na ausência de uma cadeira de terapêutica no currículo da faculdade de medicina, e na má informação que o profissional recebe de um número cada vez maior de substâncias lançadas anualmente no mercado”.

E o consumidor? Saturado pela avalanche publicitária que pretende impor o produto “x” ou “y”, encontra-se permanentemente dividido, hesitando entre ir ao médico e tomar o medicamento receitado ou aceitar a “sugestão” deste ou daquele comercial e automedicar-se, em ambos os casos sujeitando-se à possibilidade de tornar-se paciente de moléstias provocadas não por vírus ou outras causas, mas pelo medicamento ingerido no tratamento de uma outra doença.

A MELHOR OPÇÃO

Na hora de comprar, vender ou alugar seu imóvel procure Sotil Imobiliária, uma organização que sempre preservou os interesses dos seus clientes.



SOTIL IMOBILIÁRIA

Av. Alberto Maranhão, 1881 -
Tel.: 321-4693 — Mossoró-RN



POTENCIALIDADES E DISTORÇÕES DA ECONOMIA BRASILEIRA

Não se pode menosprezar as potencialidades do Brasil, quando se pretende analisar seu processo sócio-econômico. Porque são incontestáveis os fatos das riquezas naturais, que existem no acervo territorial deste país. Sua enorme área cultivável, suas incomensuráveis reservas minerais, a imensidão de suas florestas, a enormidade do tamanho dos seus rios e sua continental extensão territorial nos mostram a dimensão de sua grandeza material e física. Isto tudo constitui uma esperança para nós brasileiros, mesmo diante de um surto inflacionário desenfreado e de uma dívida externa desalentadora.

O importante é que essas riquezas sejam exploradas, racionalmente, de forma tal que todos os brasileiros possam usufruir delas para sua melhoria de vida.

Analisemos a seguir algumas potencialidades e distorções econômicas do nosso país.

A INFLUÊNCIA DO PETRÓLEO NA ECONOMIA — Os acontecimentos mundiais no tocante ao comportamento das economias do mundo têm nos mostrado que países em desenvolvimento não exportadores de petróleo, são os que mais sofrem drasticamente as consequências das políticas deflacionárias. Isto porque a inflação alimentado pelos preços do petróleo tornou-se um problema de tamanha dimensão mundial, que emperra o crescimento da economia, pressionando os governos dos países vítimas lançarem mão das políticas de deflação, como freio contra o surto inflacionário. Esse tipo de política consiste na redução da procura. Medida esta tomada no sentido de diminuir os meios de pagamentos, reduzindo assim a capacidade de compra dos consumidores, acarretando a minimização do crescimento da economia. Essa redução do crescimento econômico é forçado, como é fácil de perceber, pelo setor empresarial, porque na medida que o meio circulante vai diminuindo seu volume, os consumidores passam a comprar menos, e o empresário, por sua vez, procura reduzir sua produção, atenuando portanto a expansão da economia e provocando desemprego.

Sabe-se que o Brasil não poderia estar fora desse contexto mundial, pois ele também é um desses países importadores de petróleo. E como ele importa esse líquido torna-se também vítima de uma inflação importada. Qualquer subida de preços do petróleo determinada pela OPEP refletirá nos preços dos produtos brasileiros.

Daí, hoje, o petróleo se constituir num determinante forte na composição do pro-

cesso inflacionário brasileiro. É portanto um dos fatores responsáveis pela gravidade do problema da inflação e do déficit do balanço de pagamentos.

AGRICULTURA E DISCREPÂNCIAS — A revista "VEJA" de agosto de 1980 pág 64, afirma que nosso país tem 851 milhões de hectares agricultáveis e apenas 1% dessa área é cultivada. Como se vê, esse 1% constitui um "pingo de água" no oceano de 851 milhões de hectares disponíveis. Bastaria dobrarmos essa área de 1% para deixarmos de importar feijão, milho, trigo e outros produtos agrícolas e passarmos a assumir a posição de exportadores. Os cerados que, há cinco anos atrás, eram considerados imprestáveis para a agricultura, hoje tem uma área de 55 milhões de hectares, onde se pode cultivar feijão, milho, arroz, trigo, sorgo, soja e outras plantas. É realmente impressionante a quantidade de terras de que dispomos para a agricultura. E por que estamos importando cereais e outros produtos agrícolas? Há uma explicação para isso a meu ver. Primeiro, nosso país é continental e rico em discrepâncias regionais, que dificultam a distribuição equitativa e equilibrada do seu espaço econômico. Segundo, a agricultura sobretudo, do Nordeste ainda está mergulhada num arcaísmo de técnicas ultrapassadas e não conta com uma infra-estrutura adequada para se adaptar à inovações de uma agricultura moderna. Terceiro, pouca ou quase nenhuma pesquisa agrícola, que possibilite novas perspectivas na produtividade dos campos, foi realizada. Nota-se que muitos órgãos responsáveis pela política agrícola ou pela sua execução, de duas décadas para cá, não foram, evidentemente, agentes de mudanças profundas nesse segmento econômico. Quarto, apesar de algumas mudanças, o crédito rural ainda precisa de sofrer reformulações. A burocracia ainda constitui um fator que emperra bastante a transação bancária do agricultor. Além da ênfase que o governo vem dando à agricultura, ainda há necessidades de mais incentivos, quer no crédito, na comercialização, no sistema de armazenamento, quer na assistência técnica e na instrução do RURICULA. Quinto, o agricultor também não pode fugir do princípio micro-econômico da lucratividade. Ele só planta mais a cultura que lhe oferece mais lucro. É claro. É aqui que o governo deve estruturar uma política agrícola bastante racional.

Há anos atrás, era divulgado na imprensa do sul que os agricultores que cultivavam o café estavam arrancando-o e em



PAULO PEREIRA DOS SANTOS

seu lugar plantando a soja, porque esta era mais rentável na época. Tinha melhor preço no mercado internacional.

Esse tipo de especulação é assaz prejudicial à economia no seu todo. Então se faz necessário uma intervenção do governo no sentido de controlar esse tipo de problema. Nos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e agora no Estado de São Paulo, o governo já está fazendo um zoneamento da área agrícola, separando área onde só se deve cultivar o café, de outras, onde só se planta a soja.

No nosso estado do Rio Grande do Norte, já começaram a aparecer sinais dessa natureza com a corrida desenfreada dos agricultores para o plantio da cana-de-açúcar. Já ouvimos dizer que há grupos agrícolas interessados no plantio da cana na várzea do rio Açu, área esta fertilíssima que poderia ser utilizada com olericultura, fruticultura e cereais de que tanto precisamos. Ou se toma medidas sérias nesse sentido ou, então, em futuro próximo, não se terá mais terras boas onde cultivar o feijão, o milho, o arroz e outras culturas básicas para a alimentação do povo.

É imprescindível portanto que sejam tomadas providências visando coibir o surgimento desse tipo de problema. Principalmente, no nosso Estado que é pobre em tudo e de tudo. Antes que esqueçamos, desejamos afirmar que uma das redencões para o Nordeste brasileiro será, indiscutivelmente, o armazenamento de água através de barragens, açudes e poços tubulares, onde for possível a sua perfuração, visando a irrigação.

A imprensa brasileira já está falando que o Sr. Ministro da Agricultura deseja autorizar o aumento da taxa de juros agrícolas. Pode-se admitir isso para as regiões ricas do país, mas para a região nordestina representa um contra-senso e falta de conhecimento da realidade desta área tão assolada pelas intempéries climáticas.

Fala-se também que o Ministro acha correto que os Bancos passaram a cobrar juros sobre fertilizantes. É outra medida que, se for adotada, significa mais um

ônus para o agricultor nordestino e mais desestímulo à adubação dos seus campos.

Os que defendem um tratamento diferenciado para o Nordeste brasileiro têm bastante razão. E é à luz desse tratamento que todas as medidas deveriam ser adotadas no tocante, sobretudo, à política agrícola. Ou as autoridades econômicas do país se convencem disso ou nunca haverá uma redução das discrepâncias existentes entre a região Sul e a Nordeste. Já que é impossível se conseguir a igualdade entre essas regiões, que façamos tudo para a diminuição da desigualdade que não é pequena.

São todos esses bloqueios que emperam a expansão da nossa agricultura.

EMPRÉSTIMOS EXTERNOS E INFLAÇÃO — No nosso artigo do mês passado, falávamos que para a economia crescer, sob a taxa desejada por Delfim, precisava de se valer de recursos externos. E as viagens do Sr. Ministro à França e ao Japão visavam, como já se sabe, conseguir empréstimos para o Brasil. Ele foi realmente bem sucedido nisso.

Na verdade, o país não tem recursos suficientes próprios para fazer crescer sua economia a uma taxa de 7% ao ano, nem pode emitir mais do que vem emitindo, do contrário a inflação iria subir, velozmente, na vertical. Então a melhor opção são os empréstimos externos. Depois o efeito destes cursos sobre o surto inflacionário se processa lentamente, ao passo que o efeito provocado pela emissão do papel-moeda é mais veloz, agravando rapidamente a tensão inflacionária.

Como se sabe, todas as duas opções são prejudiciais à economia, então que escolhamos a menos prejudicial que são os empréstimos. O importante é que esses recursos sejam aplicados realmente em fontes multiplicadoras de riquezas para o país, possibilitando assim condições de minimização de nossa dependência externa.

CARAJÁS E CAPITAL DE GRUPOS ESTRANGEIROS

Até que enfim, o projeto de CARAJÁS despontou com a autorização do Conselho de Desenvolvimento Econômico para o VALE DO RIO DOCE começar as obras iniciais do projeto.

Conforme estatísticas divulgadas pela imprensa brasileira, Carajás constitui uma das maiores reservas minerais do mundo, estimada em 18 bilhões de toneladas de ferro, 1 bilhão de Níquel, 200 milhões de bauxita, 40 milhões de manganês e milhares de toneladas de estanho e ouro. Esse manancial imensurável de minerais já começou a despertar os interesses de grupos poderosos, que pretendem investir nele. A imprensa tem publicado que mais de

20 grupos fortes, nacionais e estrangeiros já se pronunciaram, que estão interessados em investir no projeto.

É nessa escolha de investidores, que o governo precisa criar critérios de seleção que favoreçam melhor o investimento brasileiro, não que sejamos contrário a capital estrangeiro, mas é uma oportunidade de se incentivar nossos talentos empresariais. É claro que com o desenvolvimento da economia mundial, dos nossos dias, país nenhum deverá recusar investimento de outros grupos estrangeiros, sobretudo quando sua economia está necessitando desses recursos para a mobilização de suas fontes geradoras de riquezas. E é esse o caso do Brasil.

Se nossa economia, atualmente, precisa de um volume de investimento acima das possibilidades dos investidores brasileiros, que abra suas portas para receber grupos de outros países que desejam investir. Não vamos parar um projeto da envergadura de Carajás por falta de capital. Pois, nele repousa uma grande parcela de contribuição para nossa independência externa. Acabemos com aquela mentalidade subdesenvolvida de que não se deve receber capitais de grupos empresariais de outros países. Nenhum país do mundo, atualmente, que zele pelo seu desenvolvimento, pode prescindir de investimentos oriundos de empresários estrangeiros. São recursos que irão produzir mais bens, mais serviços e emprego para o povo.

Agora é evidente, que o governo deverá estipular normas e critérios monetários e fiscais capazes de coibir ingerências nocivas à economia brasileira por esses grupos investidores. É claro, que essas precauções serão adotadas pelo governo.

SALÁRIO E INFLAÇÃO

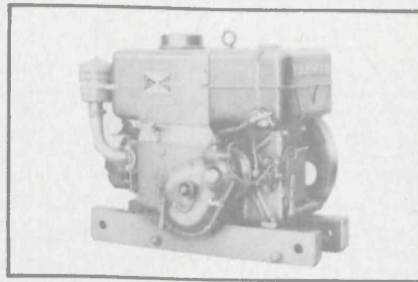
Indiscutivelmente, a elevação salarial sempre foi, em qualquer economia capitalista, um fator pressionador do aumento da taxa inflacionária. É claro que a subida do salário força um incremento nos custos de produção das unidades produtoras, induzindo acréscimos nos preços do produto final, porque o empresário ou o produtor nunca abrirá mão do percentual de sua lucratividade. Pois, ele sempre transferirá esse diferencial de custo para o consumidor, mesmo com a fiscalização do governo.

Com a criação do reajuste salarial semestral, isso tornou-se em maior gravidade. Mais cedo ou mais tarde, o empresário brasileiro não vai suportar essa política salarial. Porque nem em todos os momentos dos reajustes ele vai poder compensar sua perda proporcionalmente, e isso irá gerar sérios problemas para suas empresas e para o governo.

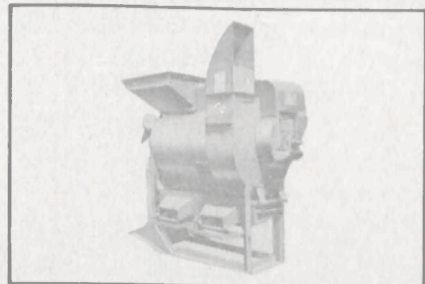
DUCAMPO

O Lojão da Agropecuária

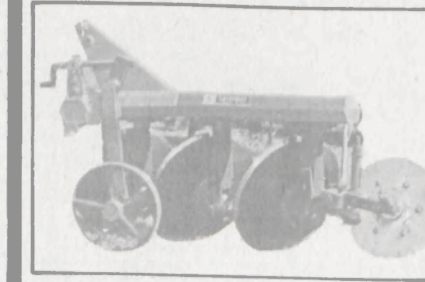
Motores "Yanmar"



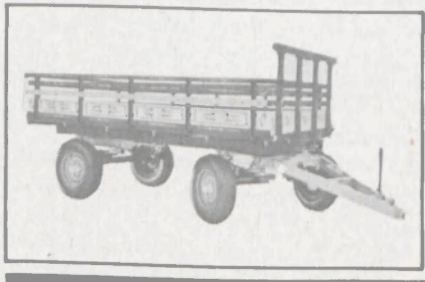
Batedeiras de Cereais "Laredo"



Arados "Lavromec"



Carretas "Fanavia"



DUCAMPO — Agro Ind. e Com. Ltda.

MATRIZ: Praça Augusto Severo nº. 89/91 — Ribeira
Fones: 222-4590 — 222-4434

FILIAL: R. Dr. Mário Negócio, 1469 — Alecrim
Fone: 222-4557 — Natal-RN.

INTERIOR: João Câmara — Nova Cruz — e Calço

O reajuste salarial anual nos parece mais racional e menos problemático; a exemplo de outros países.

Um fato que nos deixa perplexos, é a discrepância que existe entre o nível salarial dos empregados da iniciativa privada e dos assalariados do serviço público federal. Os da empresa privada recebem reajuste salarial semestral e os do serviço público federal reajuste salarial anual.

É interessante enquanto o governo obriga as empresas particulares reajustarem semestralmente os vencimentos dos seus empregados, ele mesmo deixa de fazer isso no serviço público federal, como se os funcionários públicos não tivessem as mesmas necessidades.

É um tipo de distorção que exige correção justa por parte dos responsáveis pela política de salário.

A BAIXA DO ÍNDICE INFLACIONÁRIO EM SETEMBRO

Há muito tempo, que se esperava por alguns resultados das medidas de retração de crédito, embora timidamente, tomadas pelo governo. A inflação chegou ao mês de setembro sob a taxa inferior às anteriores. E esse índice teria sido ainda mais baixo se essas medidas recessivas fossem adotadas com mais agressividade, não. há

menor dúvida sobre isso.

Mesmo assim, com o despontar do novo quadro econômico resultante do Conflito Iraque/Irã, não se pode mais alimentar ufanismo no tocante às futuras taxas. A tendência, agora, é se complicar mais o problema inflação/dívida externa, pelo menos a médio prazo.

Não há mais dúvidas de que o processo inflacionário brasileiro só será controlado a longo prazo. Os resultados frustrados das políticas antinflacionária está nos comprovando isso.

Não sei até onde vamos suportar essa situação. Conviver muito tempo com uma inflação galopante setores econômicos têm demonstrado ser impossível, sem haver levantes, guerras e movimentos revolucionários e etc. Mas como nosso povo tem vocação para sofrer, poderá optar pela convivência com a inflação por mais tempo.

ALTERNATIVAS ENERGÉTICAS

Hoje não se pode prescindir mais das várias formas de energia, seja o país desenvolvido, em desenvolvimento e subdesenvolvido. E o Brasil como um país em desenvolvimento terá que incluir nas suas prioridades econômicas as alternativas de energia, sob pena de sofrer um atraso irre-

cuperável na sua economia.

O governo, na verdade, vem se preocupando intensivamente com o problema energético do país, e não poderia ser diferente.

Em termos de energia de origem vegetal, somos um dos países privilegiados do mundo. Haja vista a área imensa que o país possui para o cultivo da cana-de-açúcar, da mandioca, do eucáipto e do plantio de oleoginosas.

Com relação à energia solar contamos com a ação do sol durante todo o ano, principalmente, no nordeste brasileiro.

A energia hídrica pode ser bastante aumentada em seu volume pelos mananciais ainda existentes e não utilizados para esse fim.

As jazidas de carvão encontradas no país constituem um potencial promissor para o segmento energético de nossa economia. Inclusive, há poucos dias, o Sr. Presidente da República inaugurava uma USINA para o beneficiamento desse carvão, que servirá de substituto do óleo industrial.

Enfim, apesar de certo atraso, a política energética brasileira nos parece está indo bem.

Mesmo com todos esses impasses na nossa economia, acreditamos nas potencialidades brasileiras.

SKF
Rolamentos.
POP
- Rebites e
Rebitadores
SCHULZ - Co
- mpressores.
ELETELE - Re
ostatos e Resistências.
RIGID - Ferramentas
Pré-testadas
que Reduzem o Trabalho.



CODIF TEM:

Brasil S. A. - A mão de Aço para quem não é de Ferro.
TELEVOLT - Estabilizadores Automáticos de Tensão.
INVICTA - Tudo para Madeira. **WEG - O Motor Elétrico.**
OSRAM - Lâmpadas. **SIEMENS - Material Elétrico Industrial.** **HARTMANN & BRAUN DO BRASIL**
Transformadores de Corrente. **OK - Eletrodos.**
BACHERT - Tecnologia em Ferramentas.
ELIANE - Azulejos e Pisos. **COBEL**
Equipamentos para Lubrificação.
ADELCO - Transformadores.
ELETROMAR - Chaves Magnéticas. **STARRETT - Serras de Aço.** **BURNDY DO BRASIL**
Conectores e Válvulas. — Etc.

3M
Emendas das Terminações.
PIRELLI - Fios e Cabos Elétricos. **3M**
PETERCO - Iluminação Comercial. **STANLEY - Ferramentas de Aço.** **BELZER**
ITMA - Ferramentas do

COMPANHIA
DISTRIBUIDORA
DE FERRAGENS

CODIF
Matriz: Recife-PE
Filial: Natal-RN. R. Dr. Barata, 190
Tels.: 222.3571 - 222.8210
222.8033 — Natal-RN

BNH: EMERGÊNCIA TEM OUTRA INTERPRETAÇÃO

O governo, para atender às reclamações das cidades atingidas pela seca, idealizou um plano de emergência na área da habitação popular. A idéia era a de empregar a mão-de-obra ociosa do interior num programa de alcance social. Mas o BNH estragou tudo, a partir da hora em que não compreendeu o significado da palavra "emergência". Há seis meses, ainda não deu sua palavra sobre o assunto.

O Governo viu no campo habitacional uma solução para utilização da farta mão de obra existente nas cidades atingidas pela seca, colocadas ou não no Plano de Emergência estabelecido pelo Governo Estadual.

A idéia, muito boa, solucionaria de uma só vez, dois problemas: falta de moradias nas cidades interioranas e desemprego. Todavia, se teoricamente o caso estaria solucionado, na prática a questão muda de figura. Até o momento, de vinte cidades colocadas no plano de emergência nenhuma teve iniciada a construção das casas populares.

Os prefeitos das cidades colocadas dentro das prioridades da emergência pelo BNH — Banco Nacional da Habitação, já não sabem mais para quem apelar, pois a COHAB-RN, não tem condições de resolver nada, a não ser elaborar os projetos, examiná-los e encaminhá-los ao BNH para que sejam liberados recursos para a efetivação das construções.

PLANOS — Nas cidades de Angicos, Bento Fernandes, Cruzeta, Coronel Ezequiel, Jandaira, Jaçanã, João Câmara, Pendências, Lajes, Pedra Preta, Caiçara, Presidente Juscelino, Santo Antônio, Serrinha, São Tomé, São José de Campestre, São Bento do Trairí, São João do Sabugi, Sítio Novo e São Vicente, os pro-

jetos estão em fase de estudos, elaboração e conclusão, mas depois de seis meses de espera, não se tem mais confiança de que os planos traçados pelo Governo possam ser executados.

Estão previstas 800 construções de casas populares na chamada área de emergência do Estado, as quais iriam beneficiar cerca de 800 famílias, abrindo mais de 3.500 pessoas.

Se as obras tivessem começado na data projetada, atualmente estariam ocupados aproximadamente 4.000 operários, o que seria uma grande ajuda que se dava às cidades castigadas pela seca, uma vez que, os trabalhadores desempregados, perceberiam salários executando obra de interesse social, fugindo do sistema paternalista da "emergência" tradicional.

CULPA — De quem é a culpa? É difícil a resposta, pois ninguém quer assumir a responsabilidade. Alguns Prefeitos do interior cujas cidades estão incluídas no programa habitacional da emergência(?) já estão desesperados; prometeram aos habitantes da sua localidade o trabalho na edificação de casas, e até agora ninguém está trabalhando. O Prefeito

de Pedra Preta, Saturnino Teixeira, afirma que já não sabe mais a quem recorrer. Se vai à COHAB os seus dirigentes informam que todo o planejamento foi feito e enviado ao BNH que até agora nada respondeu. Se tenta um contato com o BNH, o negócio complica, pois ali o acesso é tremendamente difícil e a burocracia é tanta, que alguns já passaram até três dias para tentar falar com alguém que pudesse resolver o problema e não conseguiram.

Outro que também está sem saber o que fazer é o Prefeito de Serrinha, Manoel do Carmo Santos, que há seis meses vem lutando para que as obras em sua cidade sejam iniciadas. A Prefeitura daquela cidade já doou o terreno para construção, pagou os impostos, teve até que colocar em dia o INPS atrasado há mais de 3 anos, para ver se as obras começavam para dar trabalho ao povo, e todos os esforços foram em vão.

De todos aqueles que estão envolvidos na área de emergência habitacional, após tentar sem êxito, seguidamente, obter soluções através da COHAB que é o órgão encarregado de executar o programa no Estado, alguns de maior prestígio, conseguiram chegar até os escalões superiores do BNH. E verificaram que o grande entrave está no próprio Banco.

Como exemplo, citam a remessa da documentação de um projeto da emergência (que vai escrito em letras "vermelhas" para ser melhor distinguido), que somente em "exame" da documentação (que nada mais é do que uma planta do terreno, e a Escritura) o Departamento Jurídico do BNH tem demorado nunca menos de 4 meses para devolvê-lo, isto, quando a documentação não tem nenhum problema. Diante disso tudo se conclui que, se somente na documentação jurídica a demora é em torno de 4 meses, quando o processo seguir toda a sua tramitação legal, com a super burocracia existente no

BNH, já terão decorridos cerca de 10 meses, até mesmo um ano, para que os recursos sejam liberados e a obra tenha seu início.

TERRAS — Outro problema que vem sendo sentido, agora por parte de proprietários de terras, é a demora excessiva para recebimento do dinheiro da venda de terrenos ao BNH. Alguns proprietários já tentaram até mesmo desfazer a venda, como é o caso do Sr. Enock de Amorim Garcia, que vendeu em maio deste ano um terreno de 120.000,00 m² em Macaíba, para a COHAB edificar um conjunto habitacional e até esta data não foi pago — nem o BNH permitiu que fosse corrigido o valor da venda.

Boanerges Soares foi outro que se desentendeu com o BNH, por conta de correção de valores, de terras que vendeu à COHAB, e cujo pagamento levou quase um ano para ser efetivado com grandes prejuízos para ele,



A construção de casas populares nas regiões atingidas pela emergência seria uma medida de grandes efeitos sócio-econômicos.

considerando-se a inflação.

O fato é que na atual situação, poucos estão querendo negociar com o BNH, uma vez que o critério adotado pelo organismo — de compras à vista — se distorce em desfavor do vendedor, que reduz o valor do ter-

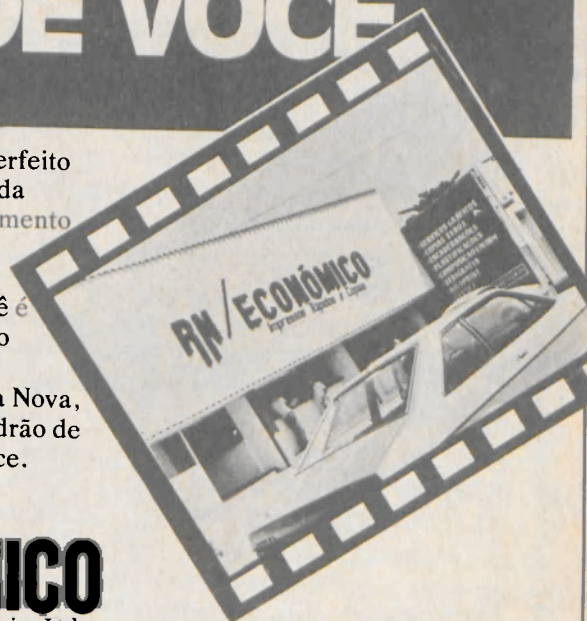
reno como compensação pelo negócio à vista. Quer dizer, tem duplo prejuízo: primeiro, pelo que deixou de ganhar; segundo, pelo que perdeu, em razão da inflação, acumulada, às vezes, em períodos que chega a um ano.

RN ECONÔMICO AGORA MAIS PERTO DE VOCÊ

RN/ECONÔMICO funciona agora com uma loja de serviços gráficos, cópias xerox, reduções, encadernações, serigrafia, composição em IBM, fotocomposição, plastificações, clichês em nylonprint, e mais uma infinidade de serviços nos setores de offset e tipografia. Com uma vantagem; está mais perto de você, no centro da cidade, oferecendo o

atendimento mais rápido e perfeito que você pode imaginar. Ainda mais: assegurando estacionamento para seu carro.

Visite e comprove o que estamos dizendo. Mas se você é conservador, continue fazendo serviços com a Editora RN/ECONÔMICO, em Lagoa Nova, onde se mantém o mesmo padrão de qualidade que Natal já conhece.



RN/ECONÔMICO
Impressos Rápidos e Cópias Ltda.
Rua Princesa Isabel, 483 - Fone: 222-8868 - Natal-RN

AS EXPORTAÇÕES DO RN ESTÃO CAINDO

O governo federal, responsável pela política de incentivo às exportações, reconsiderou o projeto de expansão do setor, em atenção à própria realidade da crise econômica em que está mergulhado o país. Os reflexos da nova política já são sentidos no RN: o crescimento das exportações sofreu redução este ano, comparando-se com as taxas do ano passado.

A exportação não alcançou os níveis esperados para este ano no Rio Grande do Norte. Comparando-se o período compreendido entre janeiro e setembro de 1980 com igual período do ano passado, o incremento registrado será de 6,98%, considerado pelos mais otimistas como sendo um crescimento "modesto".

Diante desse fato, e observando-se as causas de tal comportamento, alguns empresários são taxativos: está caracterizada a crise no setor exportador norte-riograndense, a qual repousa sobre fatores de difícil solução e, muitas vezes, alheios à vontade dos empresários, e mesmo do Governo.

Entre as principais causas dessa performance inferior à que havia sido previsto e do crescimento negativo de alguns segmentos do setor de exportação, ocupa um lugar de destaque, no âmbito mundial, a crise energética, geradora de retração no mercado internacional. Nacionalizando-se os problemas, surge a inflação, cujos índices são superiores à taxa cambial, o que encarece os produtos brasileiros e diminui o seu poder de competitividade. A retirada total de subsídios para a exportação, bem como o peso de alguns impostos, medidas do Governo Federal, e os altos custos de produção são fatores que figuram entre os maiores obstáculos.

No caso específico do Nordeste e, mais particularmente, do Rio Grande do Norte, uma das maiores queixas dos empresários, reconhecida como

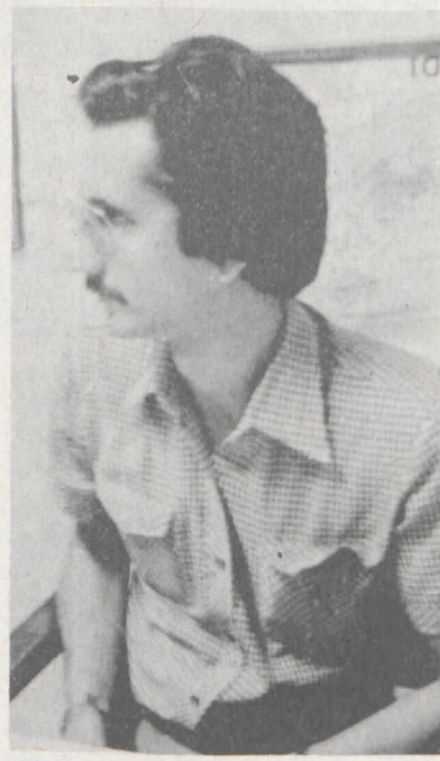
legítima pelas esferas governamentais, refere-se à questão de transporte. Desde 1974, época do "Milagre Brasileiro", já se falava na possibilidade de implantação de um *corredor de exportação*, a estrutura de um porto através da qual se escoaria toda a produção nordestina, anulando-se o problema da falta de carga suficiente ou da inexistência de navios.

O *corredor de exportação*, no entanto, ainda existe somente como projeto. Em Natal, apresenta-se um problema típico da região nordestina, porém muito agravado e causador de evasões na pauta de exportações do Estado: Não há navios porque o volume de cargas é insuficiente; não há carga porque não há navios. De modo que, formando um ciclo vicioso, mesmo estando o Governo interessado em proporcionar ao porto as infra-estruturas de serviço e equipamentos indispensáveis, as necessidades das indústrias não estão ainda sendo atendidas.

QUADRO ATUAL — O advogado Breno Fernandes Barros, ex-coordenador da PROMOEXPORT — Coordenadoria de Promoção e Apoio às Exportações, ligada à Secretaria da Indústria e Comércio, classificou o RN como o "estado do já teve", justificando a denominação com o argumento de que as coisas sempre chegam atrasadas às terras potiguares, como no caso da própria PROMOEXPORT — ou então já existiram e foram desativadas.



Breno Fernandes Barros diz que, no setor da exportação, o RN é também o "Estado já teve".



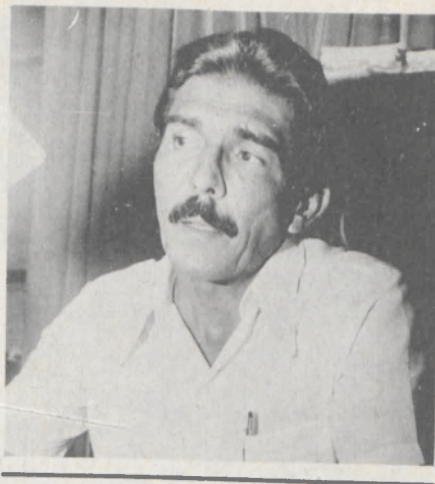
Adriano Fernandes de Miranda, coordenador da PROMOEXPORT, reconhece como modesta a expansão das exportações.

"Há cerca de 15 anos atrás — disse o advogado — o RN, em termos de exportação, se resumia a produtos básicos, ou seja; *scheelita, algodão, torta, cera de carnaúba, couro, pele e sisal*. Isso representava, no período, um valor médio de US\$ 5 ou 6 milhões. Com o início da industrialização, a pauta começou, também, a crescer. Em 1975, o primeiro demonstrativo da pauta de exportações do RN indicou o valor de US\$ 15 milhões de dólares. Alcançaríamos, hoje, tranquilamente US\$ 40 milhões, não fosse essa uma época de crise".

Breno Fernandes colocou a pauta de exportações do Estado como sendo "irreal", já que cerca de US\$ 10 milhões de dólares anualmente se evadem devido ao embarque dos produtos norte-riograndenses através de outros portos.

Registrou-se, ultimamente, a entrada de novos produtos na pauta de exportações — como berilo e tantalita — bem como a volta da fibra do sisal, além de produtos manufaturados como fio de algodão, *baller twine* (cordoália do sisal) tecidos, balas e pirulitos. Dentro destes últimos, uma vitória: a Simas Industrial está exportando goma de mascar para os Estados Unidos. A castanha-de-caju está tendo, atualmente, muita ascensão dentro da pauta, e as confecções de couro poderão, em breve, despontar nesse cenário.

De acordo com as informações de Antônio Adriano Fernandes de Miranda, coordenador da PROMOEXPORT, as exportações desse ano no período de janeiro a setembro alcançaram o valor de US\$ 25,9 milhões de dólares, sendo que os 10 principais produtos, ocupando 93,17% no total da pauta são por ordem de valores, os seguintes: *baller twine*, cauda de lagosta, fios de algodão, *scheelita*, castanha de caju, tantalita, fibras de sisal, couros bovinos, óleo de mamona e cera de carnauba. Adriano Miranda reconheceu como tendo sido modesto o incremento da pauta desde o ano passado, e apontou quais os segmentos que mais sofreram com a crise, tendo um crescimento negativo: "Cauda



Paulo Adelino Dantas, da CACEX, não acredita em números alentadores nos próximos anos

da lagosta (-44,68%), fibra de sisal (-34,69%), couros bovinos (-56,22%), e óleo de mamona (-34,79%).

Entre as causas dessa redução, encontram-se os impostos, que até agosto desse ano tinham um valor que variava, para o couro, entre 23 e 36% e de 10% para o óleo de mamona. Estes impostos foram revogados, como também o de fibra de sisal, mas deixaram consequências danosas.

No caso da cauda da lagosta, as altas taxas de esgoto cobrados pela CAERN, por um serviço que não oferece às empresas lagoasteiras — além dos altos custos de produção, estão provocando a realocização dessas empresas em outros estados. Aliados a esses fatores existe também a escassez do produto. Quanto à fibra de sisal, o *baller twine* vem in fluindo decisivamente no seu decréscimo.

Mesmo assim alguns produtos tiveram um crescimento extraordinário, podendo ser citados o *baller twine*, fio de algodão, castanha de caju, tantalita e cera-de-carnauba, com percentuais de crescimento variando entre 75,64% e 349,53%.

Quanto à CACEX, Carteira de Comércio Exterior, administrado pelo Banco do Brasil, o acesso aos dados é muito restrito. Entre as informações prestadas pelo supervisor Paulo Adelino Dantas Filho, há uma pequena contradição com relação à PROMOEXPORT: o crescimento no valor das exportações, dado pelo primeiro órgão, é de 8%. Devido aos dois anos de seca consecutivos, Pedro Adelino não acredita na possibilidade de cifras alentadoras no volume de

SISTEMAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIOS

GESTETNER
Impressoras offset, mimeógrafos a tinta, gravadores de stencil, materiais de impressão.

MAGGIPLAST
Materiais para plastificação e guilhotinas manuais.



equipe
LTD.

Av. Prudente de Morais, 536, Fones: (084) 222-2865 222-3784
Natal-RN.

vendas, especialmente se a seca se prolongar até 1985, segundo as previsões.

PERSPECTIVAS — Para Breno Fernandes, como o último trimestre do ano tem um movimento mais interno em relação às vendas, talvez os índices subam um pouco. Quanto à crise energética, porém, há um problema: existe um esquema do Governo visando a proibição da exportação de óleos vegetais. Caso isto ocorra, o Estado estará enfrentando um novo obstáculo quanto às exportações, pois os óleos de caroço de algodão, oiticica e, principalmente, mamona (da Salha) vão deixar de serem atuantes na pauta de exportação.

O empresário Francisco Dantas Guedes, diretor administrativo da Comércio e Indústria de Fibras — CISAF — não vê nenhuma dúvida quanto ao estado atual das exportações. “É de crise, mesmo”. Segundo explicou, *está havendo retração no mercado internacional porque as empresas de diversos países estão pressionando seus governos para que diminuam as importações; por outro lado, os altos índices inflacionários do Brasil não encontram absorção nos países de pequena inflação, diminuindo a competitividade dos produtos brasileiros*.

Apesar dos esforços do Governo, Dantas Guedes não crê que o porto esteja atendendo às expectativas das empresas, pois além da pouca profundidade da entrada da barra e da faixa de atracação não permitirem a chegada de navios de grande calado, o capital do exportador é pequeno para aumentar a produção e atrair navios.

Mesmo face a essa situação, nenhum dos entrevistados se mostrou pessimista quanto às perspectivas. A maior parte acredita que os obstáculos serão vencidos.

Do lado dos empresários, tanto Dantas Guedes como Breno Fernandes solicitam uma atuação mais enérgica por parte do Governo. No dizer de Dantas Guedes, *“o poder público é muito forte num país intervencionista. A ação isolada do empresá-*



Francisco Dantas Guedes: “O estado é de crise mesmo”.

rio não é suficiente, como também não basta um bom relacionamento entre Governo e empresariado. É necessário que se ofereçam atrativos, na nossa região, para a implantação de indústrias”.

Para o advogado Breno Fernandes, o RN é um Estado com amplas potencialidades, sobretudo, minerais, que poderiam ser exploradas. Mais incentivos do Governo, e também a implantação de um corredor de ex-

portação são soluções que apontou.

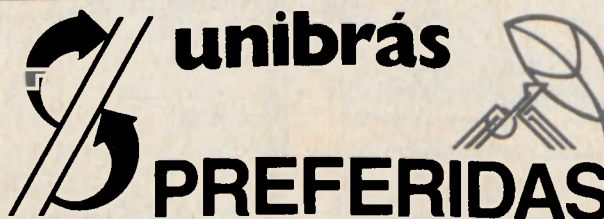
Adriano Miranda, da PROMO-EXPORT, considera o problema do porto, de modo mais geral, do transporte, o mais grave: *“O Governo Federal deveria dar mais atenção a esse aspecto da exportação do Nordeste. Nossa região é geradora de divisas, superavitária na balança comercial do país, exportando mais do que importando. Podemos exigir mais. Um corredor seria uma grande solução”.*

MUDANÇAS E CARGAS



Mudanças locais, intermunicipais e interestaduais

Representante em Natal Queiroz e Carvalho Transporte e Representações Ltda.



Av. Sen. Salgado Filho, 1597 - Boa Sorte Tel.: (084) 231-3573, 231-4724, 231-6489

INFLAÇÃO E BALANÇA DE PAGAMENTOS: AS ANGÚSTIAS DO BRASIL

JOHN KENNETH GALBRAITH, neo-liberal, professor da Universidade de Harvard, analisa a crise mundial a partir do que chama "as angústias do momento". Elas são cinco: o temor de uma inflação endêmica, pandêmica e cada vez mais grave; o temor de que esta inflação leve a uma depressão devastadora; o temor de que o mundo fique sem petróleo, alimentos e outras matérias-primas; o temor de que a inflação, a recessão e a penúria destruam a ordem econômica mundial; e o temor, enfim, de que os sofrimentos e frustrações nos dêem, como em 1939 (início da Segunda Guerra Mundial), uma colheita de frutos envenenados, extremismos políticos ou mesmo conflitos armados. Na realidade, diz Galbraith, a inflação é a mãe de todos os outros problemas. Todas essas angústias resultam de nossa incapacidade ou impotência para controlá-la.

Ele acredita que o temor da depressão é, em boa parte produto da matéria social: "No espírito das pessoas, a grande crise dos anos 30 continua como o desastre maior. No entanto, se olharmos de perto as causas da estagnação e do desemprego atuais, constataremos que estes decorrem das medidas adotadas contra a inflação — juros altos, restrições de crédito, etc. Assim, o perigo de recessão é a consequência da inflação, ou melhor, da maneira como a combatemos".

As penúrias de matérias-primas também decorrem da inflação, que segundo Galbraith, sempre favoreceu os produtores: "Inútil lembrar o quanto ela beneficiou os produtores de petróleo. Ainda aqui no Brasil, a inflação é em parte responsável pela penúria alimentar.

Em sua análise Galbraith propõe cinco medidas para combater tais angústias: 1º) recorrer bem menos à política monetária, pois foi ela que, sem estancar a inflação trouxe o desemprego e a recessão, especialmente nos Estados Unidos; 2º) reduzir os rendimentos dos ricos através de um Imposto de Renda fortemente progressivo e de taxas pesadas sobre os produtos de luxo e as sucessões; 3º) graças a essas medidas, trazer de volta o consumo dos operários à escala das possibilidades da produção; 4º) estabelecer um controle de preços — eis um ponto essencial; 5º) instaurar um mecanismo de equilíbrio da ofer-

ta e da procura, sem para isso recorrer à política monetária, mas ao fisco: taxar rapidamente quando a procura aumentar, e reduzir as taxas quando for o caso da oferta. Galbraith sabe que não é fácil fazer variar os impostos, sobretudo em alta: "Infelizmente, diz ele, a gestão da economia quase nunca aceita soluções fáceis".

RECORDANDO NOSSA MAIOR ANGÚSTIA — Depois de um período de crescimento rápido, a economia brasileira começou, a partir de 1974, a apresentar sinais de desaceleração. Inicialmente, a maior parte dos problemas foi atribuída a recessão internacional, agravada pela elevação dos preços do petróleo.

A redução das atividades econômicas no Brasil tem que ser compreendida dentro do contexto da política antiinflacionária que caracterizou todo o ano de 1974. É importante notar, para isso, a mudança que ocorreu na natureza da inflação brasileira.

Em 1964, há 16 anos, portanto, a inflação brasileira era explicada fundamentalmente por uma expansão dos meios de pagamento, associada ao financiamento do déficit do Governo. Na realidade, a estratégia gradualista de combate à inflação pode ser descrita, de forma bastante simples, como uma troca do déficit do Governo por expansão de crédito ao setor privado, com a economia ganhando na troca em termos de redução na taxa de crescimento dos preços.

A partir de 1970, porém, esta troca se tornou difícil, desde que por essa época, foi praticamente eliminado o "déficit" do setor público (na realidade, a partir de 1972, o setor passa a ter um papel deflacionário na economia). Em outras palavras, começa-se a observar no Brasil uma situação de superavit orçamentário. Esse superavit orçamentário atua como fator de redução da expansão monetária e, portanto, como fator de produção de inflação.

Ao mesmo tempo em que se reduzia o papel do déficit do setor público, aumentava-se a importância relativa do crédito ao setor produtivo como fonte de expansão monetária. Assim já a partir de 1970, as pressões inflacionárias no Brasil estavam nitidamente associadas à demanda de crédito, o que evidentemente torna mais sen-



AMARILIO DUQUE

sível as relações entre ritmo de produção e a execução da política orçamentária.

Isto porque nas condições brasileiras, reduzir a expansão do crédito — pelo menos a curto prazo — significa necessariamente afetar a capacidade de produção e, portanto, de emprego.

Há ainda que se considerar a ligação quase automática que se estabeleceu, desde 1968, entre o mercado de capitais doméstico e o mercado de capitais externo (através das operações 4131 e das operações 63).

Com isso, uma parcela crescente do crédito ao setor de produção, passou a depender do fluxo de recursos externos. Foi, portanto, introduzido um novo elemento de variação na expansão monetária que não está diretamente sob o controle do Governo.

Se analisarmos, por exemplo, a aceleração da expansão monetária em 1973 (que já em 1974 tomou a forma de uma aceleração da inflação), vamos perceber que ela pode ser explicada fundamentalmente pela entrada de recursos externos, num volume muito acima de qualquer previsão existente em termos de orçamento monetário. Tanto isso é verdade que, em 1973, houve aumentos sucessivos no prazo de entrada de recursos externos no País. Esses aumentos de prazo não podem ser explicados apenas por uma necessidade de melhorar a nossa composição de pagamentos da dívida externa — quanto mais longo o prazo, melhor. Ele tem que ser analisado também sob a ótica dos efeitos monetários dessa entrada de recursos externos. Ou seja, quando se tem um acréscimo líquido de recursos externos, eles são transformados em acréscimos líquidos de cruzeiros. Isso representa uma expansão monetária que, como já disse, não está sob controle direto do Governo.

Nesse caso, o que as autoridades monetárias podem fazer é tentar neutralizar "a posteriori" esses acréscimos de liquidez, através de mecanismos compensatórios. O mais fácil são as operações de mercado aberto (open market). Ou seja, o governo

simplesmente vende títulos ao público a fim de que possa recolher o excesso de liquidez existente na economia, associada de recursos externos num nível acima do planejado.

O excesso de liquidez associado a uma expansão exagerada do crédito, causa inicialmente um aumento de produção que leva muitas vezes à euforia. A um prazo mais longo, porém, que tende a variar de seis meses a dois anos, o impacto principal é mesmo sobre os preços. Isto foi exatamente o que ocorreu com relação aos anos de 1973/1974. A aceleração da inflação em 1974 tem suas raízes na expansão exagerada do crédito no ano anterior, especialmente devido à importância crescente dos recursos externos.

A CULPA NÃO É SÓ DO PETRÓLEO —

Evidentemente, a crise do petróleo contribuiu para que as pressões inflacionárias já existentes fossem ainda mais exacerbadas, principalmente através de seu impacto na formação de expectativas com relação ao comportamento futuro dos preços.

Assim, os anos de 1974 e 1975, devem ser considerados como dois anos típicos de ajustamento. O ano de 1974 foi o ano de ajustamento à nova realidade inflacionária. E o ano de 1975 é o ano de ajustamento a uma realidade representada pelo balanço de pagamentos. E de lá para cá assistimos ano após ano aumentarem nossas angústias, passo a passo aos desajustes causados pelas medidas casuísticas, fazendo subir seguidamente a espiral inflacionária.

Ora, todos os ajustes são dolorosos. Eles quase que necessariamente exigem algum sacrifício do ritmo da atividade econômica. Para agravar o quadro, acresce que, na situação atual a expansão das empresas no Brasil está dependente de forma excessiva de créditos a curto prazo. Assim, quando há necessidade de uma redução na expansão monetária — a fim de reverter tendências inflacionárias — surge como consequência uma redução no volume de crédito (em termos reais) colocado à disposição do setor privado. E essa dificuldade de crédito é que acaba por afetar a capacidade de produção das empresas. Além disso, há as consequências clássicas associadas à eliminação do excesso de demanda por bens e serviços na economia.

É preciso ficar bem claro que, na situação atual brasileira, a execução da política monetária é extremamente complexa pelo fato de toda a expansão monetária estar ligada com o crédito. E também porque uma parcela substancial desse crédito é de origem externa, fora, portanto, do controle direto do Governo.

O DÉFICIT — Se existe um déficit na balança comercial, ou seja, um excesso de importações sobre as exportações, só existem quatro mecanismos para corrigir isso: aumentar as exportações, reduzir as impor-

tações, tomar dinheiro emprestado no exterior, ou utilizar parte das reservas disponíveis.

A utilização das reservas não é um mecanismo permanente. É possível usá-las durante certo período, a fim de evitar que todo o ajustamento seja feito sobre o nível de produção e emprego. Para tomar empréstimos no exterior, existem restrições associadas às próprias condições do mercado de capitais externo (taxas de juros e prazos de empréstimos) e outras restrições de prazo mais longo associadas às próprias do país de pagar suas dívidas. Ficamos então com a alternativa de reduzir as importações e aumentar as exportações.

Em 1977, a balança comercial havia acumulado um superavit de US\$ 96,8 milhões; esperava-se um superavit muito mais acentuado em 1978. A queda da safra agrícola modificou totalmente o panorama. Encerramos o exercício de 1978 com um déficit em torno de US\$ 1,0 bilhão. Calcula-se que a queda da produção agrícola, em termos cambiais, representou para o Brasil, em 1978, uma perda de cerca de US\$ 1,5 bilhão, levando em conta a redução das exportações e as necessidades de importação (para o milho, notadamente). Sem essas perdas, teríamos um superavit de cerca de US\$ 500 milhões.

A um déficit da balança comercial vêm acrescentar-se os efeitos negativos de um aumento da taxa de juros no mercado internacional, que nos obriga a pagar mais para os bancos estrangeiros.

Foi graças a um aumento considerável dos empréstimos e financiamentos externos, em 1977 e 1978, que conseguimos obter um superavit no balanço de pagamentos que explica o aumento das reser-

vas nesse período. Esse aumento foi objeto de grandes controvérsias. As autoridades econômicas o aceitaram apenas porque conseguimos uma redução sensível do "spread", que para operações a 10 anos, caiu de 2,2% para 1,0%. Mas tivemos de pagar um preço muito alto por esse aumento das reservas, com um crescimento excessivo dos meios de pagamentos, que contribuiu para favorecer a alta de preços.

Não é difícil entender que esses empréstimos externos seriam traduzidos em investimentos internos e que a subida da taxa de investimentos exigiria uma ampliação persistente das importações de bens de produção, o que significa criar pressões cada vez maiores sobre o balanço de pagamentos, que seriam tanto mais graves quanto menos favorável fosse a conjuntura internacional, e ainda a subida contínua da taxa de investimentos promoveria a intensificação crescente das pressões inflacionárias.

Não é preciso dizer que essas questões já se vislumbravam desde 1973. A questão da inflação ficará muito tempo mascarada, justamente porque o aumento das importações amortecia as pressões inflacionárias desviando, para fora do País parte da demanda de bens de produção que se exerceria internamente. Daí sermos capazes de crescer muito, durante certo tempo, com baixas taxas de inflação.

Hoje estamos com dois problemas angustiantes — a balança de pagamentos e a inflação — que adquiriram contornos da maior gravidade: estamos ameaçados tanto pela hiper-inflação quanto pelo espectro, a mais longo prazo, é certo, da insolvência internacional.

comunique-se com o grupo executivo GTE



816
1 tronco — 6 ramais



829
2 troncos — 10 ramais



849
4 troncos — *10 ramais



860
6 troncos — 30 ramais

CÉSAR Comércio e Representações Ltda.

RUA DR. BARATA, 209 — CX. POSTAL, 71 — FONES: 222-8490 E 222-8491 — NATAL-RN.

DESAJUSTES DO MERCADO CRIAM DIFICULDADES PARA A MAMONA

A irregularidade do mercado abastecedor de matéria-prima, as especulações dos atravessadores e o controle dos preços do óleo no mercado externo por grupos multinacionais, são problemas graves que prejudicam o produtor do óleo de mamona da região.



Genário Fonseca informa que tudo está sendo feito para que o RN produza a mamona suficiente para atender à indústria de óleo.

SITUAÇÃO DE MOMENTO — A notícia circulante nos meios econômicos de que está havendo uma grande depressão no mercado da mamona, não é real. Pelo menos, os industriais ligados ao comércio da mamona, não confirmam esta hipótese.

O industrial Genário Fonseca, diretor de Salha Indústria e Comércio, tem uma explicação para o fato, começando por não acreditar numa depressão no mercado da mamona. Para ele, isso não existe. O que está havendo, segundo afirma, é especulação: *“Tudo vem acontecendo após o término da COSEOM, um organismo que agrupava os fabricantes do óleo de mamona, e por meio de cotas, fazia a distribuição do produto para o exterior”*. Adianta Genário Fonseca que estas cotas eram prejudiciais para as pequenas indústrias, uma vez que as grandes cotas ficavam sempre em poder das multinacionais. Existia uma distribuição desuniforme, como por exemplo: a SANBRA detinha 45%, a Orlando Moscoso, a Lotus, e a Brasway, detinham cerca de 45% e para as empresas de médio e pequeno porte restava apenas 10% das cotas que eram redistribuídas entre si.

Todavia, em boa hora, conforme comenta Genário Fonseca, o Governo resolveu acabar com esse organismo, deixando à livre iniciativa de ca-

da empresa à venda do seu produto.

Extinto o organismo que controlava as exportações, as multinacionais ficaram na expectativa de que as médias e pequenas empresas produtoras do óleo de mamona, desarmadas, partissem para vender seus produtos por um preço abaixo da realidade, e resolveram baixar o preço da mamona para compra. Entretanto, a resposta não foi aquela esperada pelas multinacionais, pois as empresas estocaram o produto, recusando-se a vendê-lo.

Não vendendo o óleo, logicamente não haveria exportação. Sentindo o problema, o governo resolveu estudar uma maneira de retirar o imposto de exportação, que vinha ocasionando problemas para os exportadores da mamona, e, com a queda desse imposto melhorar a situação dos produtores. Outro problema reside no preço da matéria prima que continua elevado. Até dezembro do ano passado o saco de mamona era comprado ao preço de Cr\$ 350,00 e hoje, menos de um ano depois está sendo comprado a Cr\$ 1.200,00.

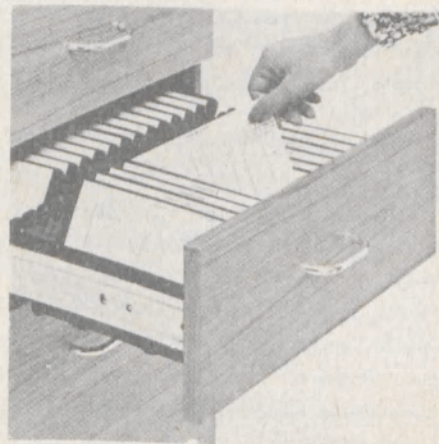
RECLAMAÇÕES — As reclamações dos consumidores de que o custo final do produto está muito elevado, têm sentido. Na opinião de Genário Fonseca, o problema existe devido à inflação, à ganância exagerada de alguns atravessadores, além do encarecimento da matéria prima

que concorre sobremaneira para elevação do custo final do produto.

Por esta razão, no Rio Grande do Norte, se vem tentando resolver o problema do alto custo da matéria prima, que no momento vem afetando as indústrias produtoras, (o produto é adquirido diretamente de Jacobina, na Bahia), iniciando-se uma campanha de incentivo à plantação de mamona que, sendo vendida a um preço razoável, será suficiente para que o mercado volte à sua normalidade. Tudo está sendo feito no sentido de que num breve espaço de tempo, o RN tenha uma produção que permita a sustentação das nossas indústrias especializadas sem recorrer a outros Estados.

PREÇOS — É impraticável a venda aos atuais preços de mercado — esta é a afirmação do industrial Genário Fonseca — considerando-se o custo da matéria prima, hoje, acrescido dos elementos utilizados para fabricação do tipo de óleo exigido pelo consumo internacional, que é um óleo de primeiríssima qualidade. Por isso, o mercado está praticamente paralizado e as indústrias

**CHRIS DECORAÇÕES
APRESENTA O MELHOR PROGRAMA
PARA O SEU ESCRITÓRIO:
MÓVEIS ESCRIBA**



CHRIS MÓVEIS — DECORAÇÕES

Av. Hermes da Fonseca, 1174 — Fone: 222-1861 — Tirol — Natal-RN

vêm aguardando o momento exato de reiniciarem sua produção por um preço compensador, tanto no mercado interno como no externo.

Devido à crise do petróleo, a procura no mercado interno tem aumentado consideravelmente, mas o problema é que as empresas não possuem capital de giro suficiente para comprar e estocar a matéria prima.

SUBSTITUTO — Devido aos problemas enfrentados, poderia parecer que a situação não seria sustentada, entretanto, os produtores têm um trunfo, qual seja, o de poder trabalhar com outros tipos de oleaginosos. Nesse projeto a maioria das empresas do setor vêm trabalhando com entusiasmo reduzindo a ociosidade, além de propiciar uma receita capaz de manter a situação financeira num ponto de equilíbrio.

A oferta de matéria prima continua muito aquém do necessário, e existe um fenômeno interessante: quando o preço da matéria prima, no Brasil, está muito elevado, outros países, que não plantam mamona (porque o preço não é convidativo para eles), passam a plantar. Há grandes produtores mundiais de mamona: Índia, China, Haiti, Honduras, Venezuela, Peru e inúmeros outros. A competição, mantém os preços numa faixa razoável para os compradores de um modo geral. Todavia, se continuar este movimento altista de preços, o Brasil vai perder a sua primazia no mercado da mamona, pois os outros países vão produzir e cobrir suas necessidades. Daí a razão desta arrancada que as indústrias especializadas na produção da mamona vêm dando tentando obter junto ao Governo, o incentivo ao plantio do produto, para tentar um refreamento nos preços e consequentemente a manutenção do País como maior exportador do produto.

O que todos esperam no RN, é uma tomada de posição do Governo do Estado através da Secretaria da Agricultura organizando um progra-

ma de apoio ao plantio da mamona, que não existe até o momento. O Rio Grande do Norte tem amplas condições de produzir muito bem a mamona, o que está faltando é apenas um programa do Governo para que possa o homem do campo ter mais uma opção para o seu plantio.

APLICAÇÕES — A rigor no Rio Grande do Norte, apenas a SALHA produz e industrializa o óleo da mamona, entretanto o nosso Estado já foi um dos grandes produtores do Nordeste. Sem incentivos, os produtores abandonaram o seu plantio para se dedicarem a outras culturas melhores apoiadas por incentivos governamentais. Hoje, nossa produção é muito pequena.

Poucos conhecem as inúmeras aplicações reais da mamona. Bastando dizer que cerca de trinta produtos podem ser extraídos da mamona: desde o óleo de mamona hidrogenado, sulfonado, desidratado, oxidado, ácidos gráxicos desidratados, dimerizados, complexos de lubrificantes sintéticos, até outras utilidades que o país ainda não detém "know how".

Em sua opinião final, Genário Fonseca continua afirmando sua total crença no futuro da mamona, e fazendo ver aos agricultores os benefícios do plantio da mamona pois o mercado consumidor está totalmente aberto, com a fábrica atual tendo capacidade para receber toda a produção que se fizer no Estado, não existindo, no momento, melhor opção que o plantio da mamona, pois os óleos produzidos estão com uma aceitação incomum no mercado nacional e internacional, oferecendo bons preços.

Conclui, fazendo um apelo aos Prefeitos dos municípios para que procurem a SALHA para obter informações completas sobre o plantio da mamona, cuja experiência traria excelentes rendimentos às Prefeituras forma de ICM, pois este circularia aqui mesmo, trazendo nova fonte de renda para os agricultores carentes.

QUALQUER QUE SEJA O TIPO DE CONSTRUÇÃO NAO PENSE DUAS VEZES.



O TIJOLÃO dispõe de grande variedade de materiais para construção e manda entregar diretamente na obra. Tudo pelos melhores preços.



O TIJOLAO

Paulo Serafim da Silva Neto

Matriz: Rua S. José, 1507
Lagoa Seca - Fone: 231-1731
Filial: Rua Pres. Bandeira, 1191
Lagoa Seca - Fone: 231-1770
NATAL-RN

INDICADOR PROFISSIONAL RN/ECONÔMICO



ADVOGADOS ASSOCIADOS

ADVOCACIA • CONSULTORIA • ASSESSORIA

**CHAGAS ROCHA — ÍTALO PINHEIRO
TAUMATURGO DA ROCHA**

Rua João Pessoa, 198 - Ed. Canaçu, 7º andar - Conj. 708/709
Telefones - (084) 222-3152, 222-2685, 222-3999 - Natal-RN



BRENO R. FERNANDES O. BARROS

ASSESSORIA JURÍDICA
ASSESSORIA TÉCNICA
A IMPORTADORES
E EXPORTADORES

Escritório

Rua João Pessoa Ed. Sisal Sala 212 - Tel. 222-3020
Res. 231-4154 Natal-RN

ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE

ELIAS INÁCIO BEZERRA
CRC - 779-RN

Rua Vigário Bartolomeu, 635 - Sala 403
Fones: 222-0310 / 222-2398
Rua N. S.ª da Conceição, 219 - Apodí - RN
Fone 333-2157



**CENTRO DE
ESPECIALIDADES
ODONTOLÓGICAS**

PRONTO SOCORRO

ODONTÓLOGISTAS

Dra. Cleide Gouveia ODONTOPEDIATRIA

Dr. Luiz A. Vilanova - PERIODONTIA

Dr. Marcelo Barreto PRÓTESE

Dr. Reinaldo Azevedo RX/ DENTÍSTICA

Dr. Walmir Guerra CIRURGIA/PRÓTESE

Dra. Zulena O. do Vale - ENDODONTIA

Rua Felipe Camarão, 478 C. Alta — NATAL
Fones: 222-9050, 222-8191 e 222-4749

ADVOCACIA

RUI SANTOS DA SILVA
OAB-RN 714

DOMICIO ALVES FEITOSA
OAB-RN 1080

**DIREITO CIVIL, COMERCIAL,
FISCAL E TRABALHISTA**

Av. Rio Branco, 571 - Sala 110
Telefone 222-4453 - Natal-RN

AUDITUS

AUDITORES ASSOCIADOS S/C

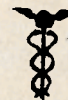
Responsável Técnico

Prof. JOSELINO SAMPAIO DE SOUZA

CRC nº 760

**AUDITORIA
PREVENTIVA**

Rua Ipanguassu 1147 - Tirol
Fone 222.5005 - Natal-RN



**Genival
Inocêncio
Penha**

Técnico em Contabilidade

Escritório:

Av. Rio Branco, 571 - Ed. Barão do Rio Branco
7º. and. - Sala 716 - Cidade Alta
Fone 222-4423



ADILSON GURGEL (Direito Tributário)
EDILSON FRANÇA (Direito Civil e Penal)
MUCIO AMARAL (Direito Civil e Comercial)
PAULO LUZ (Direito Civil)

ADVOCACIA — ASSESSORIA — CONSULTORIA

RUA PRINCESA ISABEL, 719 FONES 222-5078 • 222-8197 • 222-3142 • 222-4824
NATAL-RN

HOSPITAL MÉDICO-CIRÚRGICO

PRONTO SOCORRO DE FRATURAS E CIRURGIAS

mantém convênio com as principais instituições previdenciárias e dispõe
dos seguintes serviços:

- MÉDICOS DE PLANTÃO • RAIOS X • AMBULÂNCIA
- BANCO DE SANGUE • RIM ARTIFICIAL

Rua Joaquim Manoel, 654 - Fones: 222-2993 e 222-2242
NATAL — RIO GRANDE DO NORTE

Dr. COSTA NETO

INSTITUTO DE ENDOCRINOLOGIA E
METABOLOGIA

- TRATAMENTO ENDÓCRINO BÁSICO

TRATAMENTO METABÓLICO
LÍPIDICO

Ultra-Especializado

(OBESIDADE GENERALIZADA,
OBESIDADE LOCALIZADA E
CELULITE)

Av. Prudente de Morais, 579 - cruz. c/ rua
Mossoró - Tel.: 222-3827 - Petrópolis
NATAL — RN

Herbat Spencer B. Meira

Da Ordem dos Advogados do Brasil



Direito Civil

- família
- contratos
- obrigações
- sucessão

Direito Criminal

Direito do Trabalho

Direito Comercial

Assessoria e Consultoria

Ed. Barão do Rio Branco, 9º and. sala 910 -
Fones (084) 222-4438 e 231-2895 - Natal-RN



**LABORATÓRIO
ALEXANDER FLEMING**

PATOLOGIA CLÍNICA

**EXAMES DE ROTINA E
ESPECIALIZADOS**

Dr. Gustavo Freire Ribeiro
Dra. Maria Auxiliadora G. Ribeiro
Dr. Enildo Alves
Dra. Elineide Silva Araújo

Av. Floriano Peixoto, 276 - Fone 222-5170 - Natal



**ASSESSORIA JURÍDICA
EMPRESARIAL E
IMOBILIÁRIA**

Pedro Simões Neto
Joventina Simões Oliveira
Pedro Avelino Neto

R. MIPIBU, 719 - NATAL(RN)
FONES: 222-0334 e 222-8130

ENGENHARIA

MARCELO AMARAL
CREA 4108-75

ADAUTO ASSUNÇÃO
CREA 7833-77

**CÁLCULO ESTRUTURAL
E INSTALAÇÕES**

Edifício Barão do Rio Branco 10º Andar
Sala 1003 - Tel.: 222-8526

**PROJETOS E
CONSULTORIA**

- ARQUITETURA
- URBANISMO
- INSTALAÇÕES
PREDIAIS

José Gesy

Arq.CREA 1.074-D

Cláudio José

Eng.CREA 707 -D



**PROJETOS DE
ARQUITETURA E
ENGENHARIA LTDA**

Av. Rio Branco, 571/77
Sala 1007

Tel.: (084) 222-8367 - Natal-RN

DENTISTAS

- Odontopediatria
- Prótese
- Dentística
- Raio X

Dr.ª Joseleide Campos de Lima

Dr.ª Maria Leda Dantas

Dr.ª Suzi B. de Santana Ferreira

**ATENDIMENTO NOS
TRÊS EXPEDIENTES**

Ed. Barão do Rio Branco, 5º andar -
Sala 503 - tel. 222-8647

Odontopediatria

Dr.ª Consuelo Primola de Gusmão
Gonçalves
CRO 142 RN
Atendimento

2.ª. às 6.ª. feiras das 13:30 às 18
horas

Ed. Barão do Rio Branco, 3º andar.
Sala 311 - Natal-RN

**CONSULTORIA TÉCNICA
PROJETOS E
CONSTRUÇÕES CIVIS**



PecoL

**Projetos de Engenharia e
Construções Ltda.**

Av. Salgado Filho, 1782
Tel.: 231-6465

**PROFISSÕES
LIBERAIS EM FOCO**

**ABO ENCERRA CURSO
DE ESPECIALIZAÇÃO**

Com solenidade oficial já marcada, a Associação Brasileira de Odontologia, ABO, no próximo dia 19 encerrará o seu primeiro curso de especialização em prótese dentária, que qualifica profissionalmente a dez dentistas. Na oportunidade de encerramento será lançado o segundo número do *Jornal da ABO*, o qual está sendo impresso nas oficinas do RN/Econômico. Após 50 anos de existência, essa é a primeira vez que a referida Associação promove um curso de especialização profissional.

**CREA PARALISA
TESOURARIA**

O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia a partir de 15 de dezembro encerrará suas atividades de Tesouraria, reabrindo-as somente a 02 de janeiro de 1981. Nesse espaço de tempo ficará fechado ao público todo e qualquer movimento financeiro da Entidade. Adianta, porém, o CREA que, apesar de ficar com a Tesouraria sem funcionar, continuará recebendo do público projetos de construção civil para as devidas apreciações.

**OAB/RN ENTRA
EM RECESSO**

De 20 de dezembro a 20 de janeiro, a Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Rio Grande do Norte, não fará suas reuniões habituais, em virtude da Unidade entrar em recesso nesse período. Já a primeiro de fevereiro a OAB dará posse ao seu novo Conselho Seccional, que por sinal conta com oito membros reeleitos.

**EXPECTATIVAS DOS
ANALISTAS**

É de expectativa o clima atualmente vivido pelos alunos que se formarão nesse final de ano pela UFRN, com especialidade no curso de Farmácia. O fato é que a maioria deles não tem perspectivas de conseguir empregos a curto e médio prazos. Os laboratórios já começam a demitir parte de seus funcionários, em virtude da nova política restritiva do INAMPS que mandou reduzir ao máximo o número de exames laboratoriais.

INFORMAÇÕES ECONÔMICAS

DIÁLOGO: GOVERNO E CLASSES PRODUTORAS

Tornar mais acessível o crédito subsidiado às pequenas e médias empresas e fazer com que o acesso a ele seja o menos burocrático possível, foi a promessa feita aos empresários pelo presidente do Banco Central, Carlos Langoni, que afirmou continuará o Banco, de agora por diante, a manter sempre um diálogo permanente com as classes produtoras.

EMPRESAS TÊM PRAZO PARA DECLARAR RENDA

A Secretaria da Receita Federal estimou em 107.564 o total de empresas em todo o país que não apresentarem declaração de imposto de renda em 1980, relativamente ao ganho de 1979, e estabeleceu um prazo de 20 dias para providenciarem a declaração a partir da data do recebimento da notificação, que começou a ser enviada pelo correio. Segundo informações do Secretário Francisco Neves Dornelles, quem não cumprir a determinação ficará sujeito ao pagamento do imposto que será calculado arbitrariamente, conforme Instrução normativa nº 108.

MAIS CRÉDITO PARA A AGRICULTURA

O Banco Central autorizou um financiamento em caráter excepcional à agricultura nacional para desconto de duplicatas de até Cr\$ 20.000,00. A partir de novembro os bancos iniciam as operações de preços mínimos com sementes básicas de feijão. O preço básico será de Cr\$ 33,00 para o quilo de grão não-beneficiado e Cr\$ 47,00 para a semente propriamente dita.

REVISÃO DE CADASTROS RURAIS

Os proprietários de imóveis rurais que estejam com o cadastro incompleto ou incorretos, poderão solicitar revisão de suas declarações cadastrais, para efeito de pagamento do Imposto Territorial Rural, até o dia 15 de dezembro, conforme nova orientação do INCRA.

GUIA-PROGRAMA: NOVIDADES PARA EXPORTAÇÕES

O gerente de operações financeiras da CACEX, Narciso Carvalho, confirmou que o Governo está estudando a criação da Guia-programa de exportações, por meio da qual as empresas exportadoras poderão enviar seus produtos ao exterior sem depender das guias de exportação concedidas pela Cacex a cada remessa exportada. A guia-programa basear-se-á no programa de exportação da empresa, após o seu plano de vendas ao exterior ter sido aprovado pela Cacex, que decidirá também se a empresa teria ou não de importar componentes para os produtos que pretende exportar. Em caso positivo a guia-programa irá abranger também uma licença geral para importações e exportações.

NOVIDADE NO TRANSPORTE: FURGÃO ELÉTRICO

Até abril do próximo ano, o transporte de carga em áreas urbanas nas Capitais brasileiras, poderá ser feito com furgão elétrico, de velocidade máxima até 60 km, após a conclusão das experiências feitas pela Engesa S/A, de São José dos Campos, com investimentos globais de Cr\$ 32 milhões.

POUPANÇA NÃO SOFREU QUEDA NO TRIMESTRE

Dados divulgados agora por fontes do Governo ligados ao assunto revelam que o "poupador não saiu da caderneta". 28 milhões de depositantes continuam com seus depósitos na caderneta. Um demonstrativo registra que em julho os saques foram superiores aos depósitos; mas, sempre no primeiro mês do trimestre registra-se uma perda de saldo de poupança.

CLT SERÁ SUBSTITUIDA POR CÓDIGOS

A Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, criada em 1943, e que vem sendo alterada a cada ano, será substituída por dois códigos, um do Trabalho e outro do Processo do Trabalho. A informação foi prestada pelo Ministro Murilo Macedo, do Trabalho, que adiantou ainda existir uma comissão de alto nível estudando a questão e o projeto dos dois códigos será enviado ao Congresso até o fim do ano, para exame e votação.

BRASILEIROS PREFEREM CARRO A ÁLCOOL

O carro a álcool está conquistando a preferência dos brasileiros. Segundo uma pesquisa do Instituto Gallup, 56% dos compradores estão preferindo o carro a álcool, 38% continuam comprando o carro a gasolina, enquanto 6% estão indecisos. A pesquisa é a nível nacional, entre os compradores de carros novos.

INFORMAÇÕES ECONÔMICAS

OBRIGAÇÕES SOCIAIS PARA O MÊS DE DEZEMBRO

Dia 10 — Último dia para recolhimento do PIS/Faturamento do mês de junho. — Recolhimento do PIS/Folha de pagamento do mês de junho. — Entregar DRC solicitando os DIPIS para cadastramento dos empregados admitidos em novembro e ainda não cadastrados. — Remeter 2^{as}. vias das notas fiscais ao IBGE referentes às operações interestaduais do mês de novembro.

Dia 15 — Último dia para comunicação das Empresas à Delegacia Regional do Trabalho das dispensas ou admissões de empregados no mês de novembro.

Dia 19 — Último dia para entregar documentos relativos a cadastramento no PIS dos empregados admitidos em novembro e ainda sendo cadastrados pela Empresa. — Prazo final para pagamento aos empregados, da segunda parcela do 13^o salário.

Dia 31 — Prazo final para: pagamento do ISTR — Imposto de Renda descontado na fonte — dos empregados — e rendimentos pagos a título de comissões, honorários, etc. do mês de novembro. — Depósito do FGTS das importâncias correspondentes às remunerações pagas no mês de novembro. — Recolhimento do IUM incidente sobre as operações de outubro. — Recolhimento ao IAPAS das importâncias descontadas em folha de pagamento dos empregados, acrescidas da contribuição patronal sobre a remunera-

ção paga ou devida no mês de novembro. — Recolhimento ao FUNRURAL das contribuições de 2,5% sobre o valor dos produtos rurais adquiridos em novembro. — Entrega da CARC relativa às contribuições previdenciárias das empresas que encerram balanço no mês de outubro. — Recolhe Contribuição Sindical dos valores descontados em novembro para os empregados admitidos em outubro que não sofreram desconto anteriormente. — Entrega da relação de empregados menores a DRT.

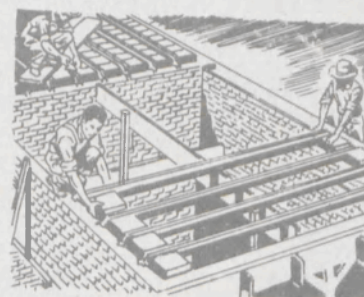
OBS.: — Convém lembrar que se no dia 31 não tiver expediente bancário, todas obrigações referentes à data, estas deverão ser antecipadas.

NÃO HAVERÁ AUMENTO NA PRODUÇÃO DO CARRO A ÁLCOOL

O Governo não pretende, no momento, elevar a produção de veículos a álcool de 300 mil para 700 mil unidades, em 1981, conforme propôs o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores — Anfavea — Mário Garnero. O Ministro Camilo Pena, da Indústria e Comércio, foi quem afirmou a posição do Governo, contrária a elevação pretendida, sob o pretexto de que, somente poderá ser estudado um aumento da produção, na proporção em que aconteça aumento do petróleo, no mercado internacional, o aumento da produtividade das destilarias de álcool e a melhoria de rendimento dos motores dos veículos, que levará a um menor consumo por quilômetro rodado.



economia,
simplicidade
e qualidade.



Com Lajes VOLTERRANA você ganha tempo e dinheiro na sua construção. E tem a garantia de uma qualidade mundialmente reconhecida.



A SACI fabrica e mantém um estoque permanente de lajes e pré-moldados de cimento para pronta entrega.



Rua Pres. Bandeira, 828 — Fones:
222-1543 — 222-4677 — 222-3513
Av. Rio Branco, 304 — NATAL-RN

ARTESANATO CONTINUA ESPERANDO INCENTIVO

O artesanato do Rio Grande do Norte é reconhecido como um dos melhores do Brasil. Mas os artesões enfrentam sérios problemas, o que os leva a duvidar se vale a pena a dedicação ao seu tipo de trabalho. As diversas tentativas de participação do governo, apoiando a atividade, não se mostram positivas.

O artesanato é uma profissão muito difícil que requer acima de tudo, muito amor e fé. De uma maneira geral os rendimentos não compensam e na maioria das vezes sequer oferece condições de sobrevivência aos artesãos, apesar de ser uma das alternativas apontadas pelos técnicos para a ocupação da mão de obra nordestina.

As cooperativas poderiam ser a solução, mas alguns acham que lhes faltam uma infra estrutura eficiente e os objetivos pretendidos ainda não foram alcançados.

Grande parte dos artesãos continua sem pertencer a nenhuma cooperativa, trabalhando por conta própria, mas, boa parte deles envolvidos com atravessadores que lhes

tiram todo o lucro.

PROFISSÃO — Parafraseando o escritor Euclides da Cunha, pode-se dizer que o "Artesão é antes de tudo um forte". Esta frase empregada como definição da fibra do nordestino, muito bem se enquadra para um profissional que precisa ser antes de tudo forte, idealista e que faça de sua arte mais do que um motivo de sua sustentação, o motivo de sua própria existência.

Dorian Gray Caldas, artesão, pintor, escultor, ceramista, um dos pioneiros da arte moderna no Rio Grande do Norte, afirma: "O artesão é de fato um elemento, pelo menos espiritualmente forte. Ele é criativo, capaz de criar um trabalho pessoal ou de reproduzir modelos pré-estabelecidos, fazendo a arte pela arte e para a arte".

Para o conhecido artesão DARI, cujos trabalhos em osso têm uma enorme aceitação, a arte exige muitos sacrifícios, muitas horas estafantes de trabalho, geralmente em condições precárias, haja vista que uma determinada parte de artesãos não possui condições materiais para execução de suas tarefas, e acima de tudo é necessário ao artesão muita determinação em tudo que executa ou vai executar.

No entender da artesã Francisca Carlos Limeira, a arte vem do berço, quem não tem vocação não pode se transformar num bom artesão. A profissão exige que se tenha vocação, que se sinta a realização de um trabalho popular feito com alma e com amor.

Outra opinião importante é da artesã Maria de Lourdes Gomes, que além de concordar com o que afirmou Francisca Carlos, acrescenta ainda a importância que este trabalho representa na continuidade da divulgação de nossas riquezas culturais na arte legada pelos nossos ancestrais e que, somente com este trabalho, se torna conhecida e continuará a ser vista e lembrada por muitos anos.

VIABILIDADE — De uma maneira geral, a impressão que se tem, é de que a profissão de artesão não origina recursos financeiros necessá-



O tapeceiro Dorian Gray acha que o artesão realmente criativo encontra mercado.

rios à própria manutenção desses profissionais. Entretanto, isso é discutível, pois, segundo algumas opiniões, as rendas originárias de trabalhos artesanais dão para o sustento do artesão e sua família.

A presidente da Cooperativa Artesanal dos Assistidos do CRUTAC - COOPERCRUTAC, Haydée Ramalho Pessoa, afirma que o artesão pode viver exclusivamente de sua profissão, desde que seja um profissional competente, e cita exemplos de artesãos que percebem no momento, em seus trabalhos normais, mais de Cr\$ 20 mil por mês, como é o caso de Valdeci Martins, Francisca Limeira, Maria Gomes e muitos outros.

Na opinião do artista Dorian Gray, o artesão criativo pode, realmente, atingir um mercado que lhe dê condições financeiras para uma sobrevivência tranquila, dentro dos padrões normais que leva; cita como exemplo, DARI, artesão cujos trabalhos com o osso, além de criativos, são de uma beleza invulgar.

José Alaír de Souza, coordenador do Programa Integrado de Desenvolvimento do Artesanato do Rio Grande do Norte — PROART, é muito otimista com relação à viabilidade do profissional em artesanato. Para ele, os resultados obtidos até então, mostram claramente que o artesão não tem porque se preocupar com sua sobrevivência, é só trabalhar que terá condições para isso.

Geralmente o artesanato ocupa mão de obra feminina, principalmente no interior do Estado, onde o homem prefere a agricultura. De uma maneira geral, expõe José Alaír, coordenador do PROART, "as mulheres artesãs estão conseguindo renda superior aos seus maridos. A grande vantagem, é que o artesanato é uma atividade permanente, estimando-se uma renda média mensal, em torno de Cr\$ 4 mil, sendo que em várias cooperativas tem artesãs que se destacam e conseguem uma renda superior aos Cr\$ 12 mil".

Coordenando o PROART, que congrega 6 cooperativas em todo o Rio Grande do Norte, José Alaír tem bases fundamentadas em suas declarações: "Os artesãos precisam ser associados às nossas cooperativas



O artesanato potiguar vende fácil mas rende pouco ao artesão.

para adquirirem melhores condições profissionais e logicamente progredirem financeiramente. No momento, 2.215 artesãos são associados às 6 cooperativas existentes no Estado: COPANAL e COOPECRUTAC, ambas em Natal. COAMO em Umarizal. COASE em Caicó, COVALE em Açú, e COPRAIA em Touros. Todos os associados até o momento têm se mantido bem através de venda dos seus trabalhos artesanais às cooperativas".

Nem todos os artesãos estão associados às cooperativas. Existem muitos que assim não procedem, preferindo fazer artesanato por conta própria vendendo em locais próprios também, ou a revendedores.

Francisco Martins Pessoa, artesão que trabalha com argila e madeira, afirma que não se associou a nenhuma cooperativa porque, metade do

lucro obtido pela produção fica em poder das mesmas, reduzindo assim a possibilidade de ganho que já não é grande. Afirma Francisco Martins que prefere vender sua arte pessoalmente, expondo aqui e ali, comparecendo às feiras livres, vendendo em hotéis, etc., pois somente assim ganha o suficiente para manter a sua família.

Ele faz uma advertência aos colegas de profissão: "Cuidado com os atravessadores. O perigo na venda a terceiros está justamente no atravessador. Ele chega com o dinheiro e se aproveita da condição precária de muitos artesãos, comprando os seus trabalhos por uma ninharia, indo buscá-los nos locais onde o artesão trabalha. Faço um pedido aos colegas que não se deixem envolver por esses espertalhões. Se não tiver dinheiro para sair do seu



ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.

Qualidade • Seguranda • Economia
Lajes pré-moldadas, tubos de concreto,
estacas, blocos, brita, cobongós, blokret,
tijolos, telhas e lajotas.

Rua Nilo Peçanha, 360 — Fone: 321-3047 — Mossoró-RN.



local de trabalho para vender sua produção, arranja emprestado, mas não venda por pouco ou quase nada o fruto de um trabalho duro e extenuante. Procure ir vender ele mesmo nos locais de maior procura do povo, pois assim, os rendimentos conseguidos darão para sua sobrevivência, ou em último caso, se não desejar ter maior trabalho para ganhar mais, se associe a uma cooperativa, onde o lucro é menor, mas é garantido, o que não ocorre com as vendas feitas a atravessadores que pagam somente 20% do valor da arte ao artesão”.

BENEFÍCIOS — Para os artesãos que negociam por conta própria, nenhum benefício existe em seu favor, nem mesmo o INPS lhes dá cobertura, a não ser aqueles, já estabelecidos ou que contribuem como autônomos.

Entretanto, para os associados às cooperativas, segundo informa o Coordenador do PROART, José Alaír de Souza, a situação é bem melhor: “Eles têm toda a assistência necessária para sua família, além disso, uma das atividades do PROART é o aperfeiçoamento e formação de artesãos. Este treinamento é efetuado em convênio com o PIPMO e LBA e até o momento 2.063 artesãos foram treinados e aperfeiçoados, sendo que somente este ano foram treinados e aperfeiçoados 982 artesãos.

Segundo o coordenador do PROART, este treinamento é dado de acordo com o tipo de produto que a cooperativa está comercializando, tendo como critério, necessidade/comercialização.

O QUE FALTA — Ouvidos artesãos, revendedores, compradores e pessoas ligadas às cooperativas artesanais, pode-se deduzir o que está faltando para maior viabilidade, em termos de rendimentos, dessa atividade.

Para a Presidente da COOPERCRUTAC, Haydée Ramalho Pessoa, “aos artesãos falta dar maior credibilidade ao trabalho das cooperativas, agrupando-se em sua totalidade, e não apenas determinados grupos, nas associações de classe, e

para as cooperativas, o capital de giro e espaço para o armazenamento do artesanato”.

Como sugestão, visando também maiores rendimentos para o artesão, Haydée Ramalho Pessoa acredita que o governo deveria aproveitar a época da emergência em que estamos, para empregar o dinheiro também no artesanato, que oferece excelentes condições de aplicação social.

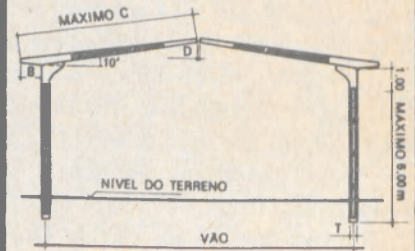
Dorian Gray vai mais além e afirma que o que está faltando é “infra-estrutura semelhante a experiências de outros programas artesanais em países mais adiantados. Para o artesão, não basta apenas a compra dos seus produtos pela cooperativa. Eles precisam, realmente, de uma oficina de trabalho onde possam desenvolver toda sua capacidade criativa. O que se compra e o que se vende, em termos de artesanato, aqui no Estado, é a consequência, quase natural, do que a natureza fornece ao artesão e ele desenvolve em forma criativa, sem nenhuma outra ajuda técnica”.

Conclui Dorian Gray que está faltando ajuda aos artesãos com a criação de oficinas e afirma que para isto já existe um projeto pronto que poderia ser agora revisado, readaptado ao mercado atual e as tendências da época.

Pelo que expõe Dorian Gray, as oficinas teriam o necessário para elaboração do trabalho artesanal. Essas oficinas deveriam ser colocadas em núcleos, com autonomia própria, e seria uma experiência muito válida, lembrando as grandes oficinas do período da renascença, onde artesãos mais bem dotados dirigiam e multiplicavam as obras, hoje consideradas verdadeiras obras primas.

Uma coisa porém deve ficar clara, explica ainda Dorian Gray: “O artesanato não é apenas o aproveitamento das matérias (palha, renda, labirinto, sisal, etc), sempre abundantes no Estado, e sim uma gama muito mais ascendente de conhecimentos de outras técnicas artesanais, como gravura, cinzelaria, metal, cobre, ferro, argila, rendas, bordados, etc., não desenvolvidas, em parte aqui no Estado, por falta de recursos técnicos”.

NEGÓCIO CONCRETO SEMPRE TEM SUAS VANTAGENS!



O pré-moldado de concreto é um produto que dispensa manutenção, pintura ou acabamento especial, e que nunca se acaba. Por isto, é a escolha mais segura e econômica.

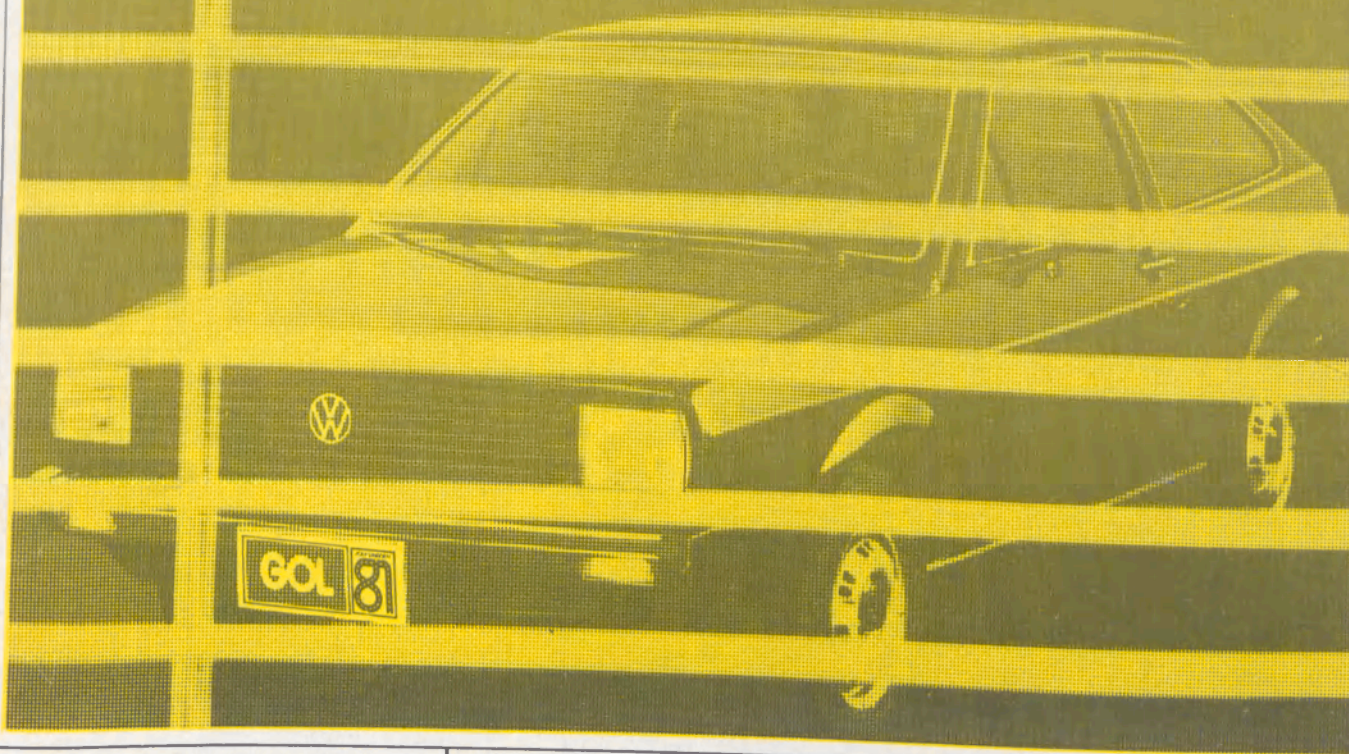


Galpões Industriais (vão livre de 11 a 18 m), Posteação, Estábulos, Cercas e Currais, podem ser construídos com pré-moldado POTYCRET, com grande economia de tempo. Britas de todos os tipos para pronta entrega. Peça informações e comprove!

POTYCRET

Quadra H, Parque - Quintas. Fones: 222-2408 e 222-4532. Natal-RN. Filial: Mossoró-RN.

**VENHA FAZER SUCESSO DENTRO DE UM CARRO ECONÔMICO,
COM MAIS ESTILO E CONFORTO. GOL 81.**



Finalmente os tempos mudaram!
Agora você pode ter um carro ágil e econômico, mas com o estilo e o conforto dos carros grandes.

Olhando para o Gol você já percebe o quanto suas linhas são atuais. Elas foram desenvolvidas por computador e testadas em

túnel de vento.

Por dentro, o conforto e o acabamento confirmam tudo o que o estilo do Gol promete. 5 pessoas viajam confortavelmente levando toda a bagagem, com a certeza de uma autonomia suficiente para um fim de semana tranquilo.

Venha escolher o seu Gol em nossa Revenda. E venha escolher um dos nossos planos de pagamento para você fazer sucesso dentro de um carro com muito mais estilo e conforto.

Volkswagen Gol 81.

Rev. Autorizados:

MARPAS S/A
AV. TAVARES DE LIRA, 159
PTE. SARMENTO, 592



DIST. AUTOMÓVEIS SERIDÓ S/A
AV. NASCIMENTO DE CASTRO, 1597 FONE 223-4566

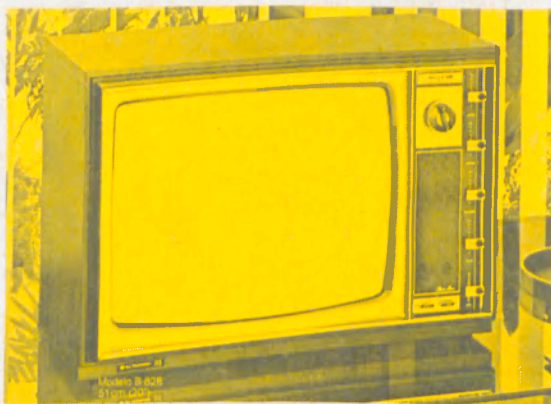
A SERTANEJA LANÇA O TESTE DO TV A CORES

É o primeiro teste global para lhe dar a garantia mais abrangente.

Escolha a marca e venha comparar: os preços; os prazos; o atendimento e a assistência técnica.

A SERTANEJA oferece, ainda, a maior variedade de televisores coloridos e garante a melhor condição para você adquiri-los.

Visite-nos e confira.



TELEVISOR EM CORES PHILCO COLORSCOPE 20



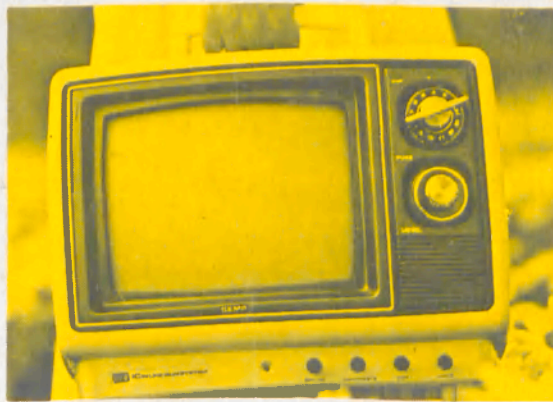
TV SANYO COLOR 14 DE LUXE



TV TOSHIBA TS - 201



Nova Linha 20 da PHILIPS.
O maior espetáculo de imagem e som.



TV SEMP COLOR 10

A SERTANEJA
Radir Pereira & Cia
a loja do povo